



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JEAN BRÁS GUERRA

**A MÚTUA IMPLICAÇÃO DE UMA NOVA SEMÂNTICA E UMA NOVA
ONTOLOGIA: A FORMA DE LORENZ B. PUNTEL SUPERAR OS PROBLEMAS
ONTOLÓGICOS PRECEDENTES**

FORTALEZA

2023

JEAN BRÁS GUERRA

A MÚTUA IMPLICAÇÃO DE UMA NOVA SEMÂNTICA E UMA NOVA ONTOLOGIA:
A FORMA DE LORENZ B. PUNTEL SUPERAR OS PROBLEMAS ONTOLÓGICOS
PRECEDENTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G963m Guerra, Jean Brás.

A mútua implicação de uma nova semântica e uma nova ontologia : a forma de Lorenz B. Puntel de superar os problemas ontológicos precedentes / Jean Brás Guerra. – 2023.
111 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira.

1. Ontologia. 2. Semântica. 3. Linguagem. 4. Fato Primo. I. Título.

CDD 100

JEAN BRÁS GUERRA

A MÚTUA IMPLICAÇÃO DE UMA NOVA SEMÂNTICA E UMA NOVA ONTOLOGIA:
A FORMA DE LORENZ B. PUNTEL SUPERAR OS PROBLEMAS ONTOLÓGICOS
PRECEDENTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento

Aprovado em 30/01/23

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Custódio Luís Silva de Almeida
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luís Alexandre Dias do Carmo
Universidade Federal Vale do Acaraú (UVA)

A todos aqueles que contribuíram para que fosse possível a conclusão desta etapa, em especial à minha família que me apoiou incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me cumulou de força para a realização deste trabalho, fortalecendo-me nos momentos mais difíceis em que apenas Ele poderia agir.

À minha família que sempre me apoiou em todas as escolhas da minha vida, e foram essenciais para que este trabalho fosse concluído, auxiliando-me desde novo em tentar priorizar a minha educação, como também dando todo o aparato afetivo para que o trabalho fosse concluído.

Aos meus amigos que foram grande sustento para que eu permanecesse firme em meio aos desafios próprios deste tempo de mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira de quem nutro grande admiração e carinho, auxiliando-me sempre com muita paciência e atenção. Sem dúvidas, com grandes orientadores, além de se ter uma maior segurança, a pesquisa acaba tornando-se mais prazerosa.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Custódio Luís Silva de Almeida e Prof. Dr. Luís Alexandre Dias do Carmo que dispuseram de tempo e empenho na leitura e nas importantes contribuições para a dissertação.

Ao Pe. Maurício e ao Colégio Salesiano Dom Bosco de Fortaleza, que me deram um enorme apoio em um momento tão importante da minha vida. Serei sempre grato por tudo o que recebi.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará e aos professores que tive nesse período, que me deram todo o suporte acadêmico e filosófico, contribuindo para o empenho deste trabalho.

RESUMO

O debate ontológico é, sem dúvidas, uma das temáticas mais antigas da história da filosofia, tendo o seu início ainda na filosofia antiga, a partir da busca por compreender o que as coisas são. Em vista de tal tento, formulou teorias que melhor explicassem o que seria o *ente enquanto ente*, sendo essa questão o centro do pensamento filosófico antigo e medieval. A teoria substancialista iniciada por Aristóteles foi uma das formas de interpretação do ente, sendo praticamente hegemônica desde este período, mostrando uma visão duo-categorial na qual o mundo é compreendido através de duas categorias fundamentais: o substrato (coisa) e os atributos (propriedades e relações). Apesar de predominante, tal teoria foi sendo criticada ao longo de sua história, sendo ainda mais questionada dentro da filosofia contemporânea, o que levou teóricos a buscarem modelos ontológicos alternativos, surgindo, dentre outras teorias, a teoria dos feixes e a teoria dos tropos, que também não foram imunes às críticas. Ao mesmo tempo, a filosofia contemporânea possui um contexto desafiador, que é o de estar situada após duas reviravoltas que mudaram a forma de filosofar: a reviravolta copernicana, fruto da filosofia transcendental kantiana, e a reviravolta linguística contemporânea. É dentro deste contexto que surge a filosofia sistemático-estrutural de Lorenz B. Puntel, que almeja a articulação de um quadro teórico mais coerente, sofisticado e abrangente, buscando também elaborar uma nova ontologia que esteja livre dos problemas das teorias anteriores, que é a *ontologia dos fatos primos*. Uma das teses fundamentais do pensamento aqui proposto é que a partir da centralidade da linguagem que o quadro teórico aqui possui, semântica e ontologia são compreendidas como dois lados de uma mesma medalha, e por isso, não é suficiente elaborar uma nova teoria ontológica, se uma nova semântica também não é desenvolvida. Fugindo da semântica composicional que implica a ontologia substancialista, Puntel se utiliza de uma *versão forte do princípio do contexto* a partir de onde se articulam a nova semântica e a nova ontologia. Como dimensão de conclusão deste novo pensamento semântico-ontológico, a *verdade* possui um papel de grande relevância, visto que esta possui tanto um caráter de determinação, que refuta a tese básica do deflacionismo de que a verdade possui um caráter apenas de redundância, como também aponta uma formulação de *tese de identidade* entre uma proposição prima verdadeira e um fato primo no mundo, e por isso, justifica semântica e ontologia serem os dois lados de uma mesma medalha. O objetivo do que será aqui proposto, portanto, é o de não apenas apresentar a visão punteliana, mas também mostrar o quanto este pensamento leva em consideração os grandes desafios que se põem à uma teoria filosófica no cenário do pensamento

contemporâneo, abordando temáticas ontológicas com o auxílio de outros autores, visando a compreender como esta não apenas se encaixa neste contexto, mas também postula uma maior coerência em relação aos outros quadros teóricos.

Palavras-chave: ontologia; semântica; linguagem; fato primo.

ABSTRACT

The ontological debate is, without a doubt, one of the oldest themes in the history of philosophy, having its beginnings still in ancient philosophy, from the search for understanding what things are, and in view of this, formulated theories to better explain what would be the being as being, this question being the center of ancient and medieval philosophical thought. The substantialist theory initiated by Aristotle was one of the ways of interpreting the being, being practically hegemonic since this period, showing a duo-categorical vision in which the world is understood through two fundamental categories: the substratum (thing) and the attributes (properties and relations). Despite being predominant, such a theory has been criticized throughout its history, being even more questioned within contemporary philosophy, which led theorists to search for alternative ontological models, arising, among other theories, the bundle theory and the tropos theory, which have also not been immune to criticism. At the same time, contemporary philosophy has a challenging context, which is that it is situated after two turns that changed the way of philosophizing: the Copernican turn, fruit of kantian transcendental philosophy, and the contemporary linguistic turn. It is within this context that the systematic-structural philosophy of Lorenz B. Puntel, who aims at the articulation of a more coherent, sophisticated and comprehensive theoretical framework, also seeking to elaborate a new ontology that is free from the problems of the previous theories, which is the ontology of prime facts. One of the fundamental theses of the thought proposed here, is that from the centrality of language that the theoretical framework here possesses, semantics and ontology are understood as two sides of the same medal, and therefore, it is not enough to elaborate a new ontological theory if a new semantics is not also developed. Eschewing the compositional semantics implied by substantialist ontology, Puntel makes use of a strong version of the context principle from which the new semantics and the new ontology are articulated. As a concluding dimension of this new semantic-ontological thought, truth has a very relevant role, since it has both a character of determination, which refutes the basic thesis of deflationism that truth has only a character of redundancy, and also points to a formulation of a thesis of identity between a true prime proposition and a prime fact in the world, and therefore justifies semantics and ontology being the two sides of the same medal. The purpose of what will be proposed here, therefore, is not only to present the puntelian vision, but also to show how this thought takes into consideration the great challenges that are posed to a philosophical theory in the contemporary thought scenario, approaching ontological themes with the help of other authors, aiming to understand

how it not only fits into this context, but also postulates a greater coherence in relation to other theoretical frameworks.

Keywords: ontology; semantics; language; primal fact.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ASPECTOS GERAIS DE UMA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL E O PRIMADO SEMÂNTICO-ONTOLÓGICO.....	21
2.1	A importância da apresentação do quadro referencial teórico para qualquer empreendimento filosófico.....	22
2.2	A centralidade da linguagem.....	24
2.2.1	<i>A referência da linguagem ao mundo e a expressabilidade universal.....</i>	26
2.2.2	<i>Linguagem natural enquanto produção humana e linguagem maximal.....</i>	27
2.3	A quase-definição da filosofia sistemático-estrutural e a superação do abismo entre sujeito e mundo da modernidade.....	31
2.3.1	<i>Contextualização acerca do abismo ontológico da filosofia moderna.....</i>	33
2.3.2	<i>Proposta da filosofia sistemático-estrutural para a suerção da problemática precedente.....</i>	34
2.4	O papel desempenhado pelas estruturas fundamentais e a importância das estruturas semânticas e ontológicas.....	37
2.4.1	<i>As estruturas formais (lógicas e matemáticas).....</i>	38
2.4.2	<i>As estruturas semânticas e ontológicas.....</i>	44
3	A FORMULAÇÃO DA NOVA SEMÂNTICA E DA NOVA ONTOLOGIA APRESENTADA PELA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL.....	48
3.1	A ontologia sustancialista e as críticas semântico-ontológicas que perpassam o seu empreendimento.....	48
3.1.1	<i>A concepção da substância como substrato.....</i>	50
3.1.2	<i>A noção da substância como particular concreto, a partir da teoria dos feixes.....</i>	53

3.1.3	<i>A noção de substância a partir da independência ontológica.....</i>	58
3.1.4	<i>A crítica de Lorenz Puntel à ontologia substancialista.....</i>	60
3.2	A ontologia dos tropos e os problemas que envolvem esta teoria alternative.....	62
3.2.1	<i>Aspectos gerais da ontologia dos tropos.....</i>	63
3.2.2	<i>As críticas mais relevantes à teoria dos tropos.....</i>	65
3.3	Uma semântica contextual que implica a ontologia dos fatos primos, como novo enfoque semântico-ontológico.....	69
3.3.1	<i>Uma nova semântica embasada no princípio do contexto.....</i>	69
3.3.2	<i>Os fatos primos: a única categoria ontológica aceitável na filosofia sistemático-estrutural.....</i>	75
2.3.3	<i>Algumas problematizações em torno da ontologia dos fatos primos.....</i>	78
4	A TEORIA DA VERDADE COMO CONCLUSÃO E DETERMINAÇÃO DA NOVA SEMÂNTICA E DA NOVA ONTOLOGIA DA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL.....	83
4.1	Pressupostos para a compreensão da teoria da verdade.....	84
4.1.1	<i>Uma visão catafórica e a análise das três funções de verdade.....</i>	86
4.1.2	<i>A tese da verdade como identidade.....</i>	88
4.1.3	<i>Três questões relevantes para a teoria da verdade punteliana.....</i>	90
4.1.4	<i>A pluralidade e o diálogo entre os variados quadros teóricos.....</i>	95
4.2	Problematizações em torno da teoria da verdade: contextualização e pressupostos metodológicos.....	99
4.3	Problemas em torno da tese da identidade que são confrontados pela filosofia sistemático-estrutural.....	102
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS.....	112

1 INTRODUÇÃO

Apesar da filosofia sistemático-estrutural que será apresentada no presente trabalho, ontologia e metafísica serem vistas como disciplinas diferentes¹, é fato que na antiguidade ambas eram tratadas como uma única disciplina, sendo distintas apenas a partir de Heidegger pela diferença ontológica entre ente e Ser. A metafísica, por sua vez, sofreu duras críticas na contemporaneidade, fazendo com que exista um minucioso cuidado ao utilizar tal palavra, já que esta possui uma “história tão dramática que faz bem ao filósofo ou evitá-la ou explicar exatamente de que forma e em que sentido ele a emprega ou empregará”². Puntel elenca três principais correntes que deram duros golpes à tal disciplina: o pensamento heideggeriano³, o positivismo lógico⁴ e o idealismo transcendental de Kant. Este último possui maior relevância para o presente trabalho e será citado em diversos momentos, pois foi a partir deste idealismo que se iniciou uma cesura entre sujeito e mundo, em que o indivíduo é capaz de conhecer apenas os fenômenos, que são representações da realidade organizadas e determinadas pelas categorias do entendimento humano, impossibilitando ao cognoscente o conhecimento do mundo como ele é em si mesmo. A tarefa da metafísica da tradição, portanto, para este autor, é inútil; ou sendo ainda mais evasivo: o trabalho desta disciplina é impossível⁵, visto que não é factível ao

¹ Puntel realiza uma distinção entre ontologia e metafísica: a primeira é a ciência do ente enquanto ente, tal qual foi compreendida ao longo da sua história; a metafísica, trata da dimensão abrangente dos entes, isto é, o Ser como tal e em seu todo. Cf. PUNTEL, Lorenz B. **A filosofia como discurso sistemático**: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto. Tradução de Nélcio Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2015. p. 99.

² PUNTEL, Lorenz. **A totalidade do Ser, o Absoluto e o tema “Deus”**: um capítulo de uma nova metafísica. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), *Metafísica Contemporânea*. Editora Vozes, 2007. p. 191.

³ Heidegger acusa toda a tradição metafísica anterior a ele de cair em um “esquecimento do Ser”, tornando a sua maior intuição, vazia e trivializada. Nas palavras do próprio: “*Embora nosso tempo se arroge o progresso de afirmar novamente a ‘metafísica’, a questão aqui evocada caiu no esquecimento. [...] A questão referida não é, na verdade, uma questão qualquer. Foi ela que deu fôlego às pesquisas de Platão e Aristóteles para depois emudecer como questão temática de uma real investigação. O que ambos conquistaram manteve-se, em muitas distorções e ‘recauchutagens’, até à Lógica de Hegel. E o que outrora se arrancou, num supremo esforço de pensamento, ainda que de modo fragmentado e tateante aos fenômenos, encontra-se, de há muito, trivializado.*” Cf. HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**; tradução revisada e apresentação de Márcia Sá Cavalcante Schuback; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão – Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006. p. 37.

⁴ Segundo Carnap, representante do positivismo lógico, as teses metafísicas são impossíveis de teorização, visto não possuírem conteúdo. Não são científicas, e, por isso, encontram-se na região das intuições puras, ou seja, não estão no plano racional, e sim no sentimental. Cf. PUNTEL, Lorenz B. **A crítica da metafísica em Carnap e Heidegger**: análise, comparação e crítica. In: *Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica*. Tradução de Nélcio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. p. 229-258.

⁵ “*A minha intenção é convencer todos os que creem na utilidade de se ocuparem de metafísica de que lhes é absolutamente necessário interromper o seu trabalho, considerar como inexistente tudo o que se fez até agora e*

sujeito apreender a realidade como ela é em si mesma. Deste modo, segundo McDowell (citado por Oliveira), uma das tarefas do pensamento contemporâneo é justamente “ultrapassar a separação entre pensar e ser, já que o grande empecilho para a exposição do mundo enquanto totalidade do ser, tarefa própria da filosofia, é [...] precisamente esse abismo insuperável entre a dimensão do sujeito e a dimensão da realidade”⁶. Ora, após tais críticas que não podem ser ignoradas, a metafísica precisou se reinventar com um maior rigor teórico das suas teses.

Desde a antiguidade, quando pelos gregos começaram a ser tratadas as questões metafísicas que buscavam compreender a totalidade do real, foram tematizadas teorias que analisaram, a partir de Aristóteles, o *ente enquanto ente*, visto que é um fato que a realidade é constituída por entidades. Tais entidades seriam constituídas por diversos atributos (propriedades e relações), e ainda no período antigo, as tais foram entendidas como *substâncias*, dando início a um longo capítulo do debate ontológico que perdura até a contemporaneidade, e que na modernidade foi denominada como *ontologia geral*. Segundo Oliveira, tal ontologia se caracteriza como “o conhecimento fundamental precisamente enquanto um saber que tem a tarefa de pesquisar o que todos os outros saberes humanos implicitamente pressupõem, ou seja, a concepção da estrutura de tudo o que é”⁷. Na antiguidade, este saber ficou conhecido como “ciência primeira”, sendo o núcleo da tradição do pensamento ocidental.

Este primeiro princípio ontológico (a substância) foi praticamente hegemônico por um longo período do pensamento filosófico (antigo e medieval), mesmo já havendo os seus críticos nestes mesmos períodos, como o nominalismo medieval. Com o passar dos séculos e o aumento das críticas a este modelo (que serão detalhadas no presente trabalho), alternativas foram pensadas buscando compreender o real por outras perspectivas, como por exemplo, pela teoria dos feixes ou pela teoria dos tropos. Estas teorias, apesar de relevantes por terem apresentado ideias de grande valor, acabam também sendo acometidas por problemas e críticas. É importante ainda ressaltar que o debate contemporâneo da temática ontológica é retomado dentro da filosofia analítica, o que deu um maior rigor teórico a tais problemáticas.

Além do problema ontológico em si, o todo do pensamento filosófico foi influenciado por duas notórias reviravoltas: a reviravolta copernicana de Kant, que passou a colocar a centralidade do pensamento filosófico não mais no mundo, mas no sujeito transcendental que é capaz de conhecer a realidade, ou sendo ainda mais preciso, a subjetividade

levantar antes de tudo a questão: de se uma coisa como a metafísica é simplesmente possível”. Cf. KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda a metafísica futura**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 12

⁶ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. – São Paulo: Paulus, 2014. p. 210

⁷ Ibidem. p. 6.

transcendental passa a ser a mediação fundamental para que o conhecimento do mundo aconteça; e a segunda se trata da reviravolta linguística contemporânea que já insere a centralidade da linguagem na filosofia, não sendo esta tratada como mais um conteúdo de uma teoria filosófica, mas como o pressuposto fundamental de sua articulação. Deste modo, enquanto na antiguidade o conhecimento do mundo era o centro do olhar filosófico, e na reviravolta transcendental kantiana o próprio sujeito transcendental passou a ser mediação fundamental para este conhecimento teórico, na reviravolta linguística a linguagem passa a ocupar este lugar.

É nesta contemporaneidade que Lorenz Bruno Puntel realiza a sua filosofia sistemático-estrutural, buscando apresentar um novo quadro referencial teórico para uma teoria sistemática abrangente, sendo abordado no presente trabalho apenas um recorte de grande importância para o todo de seu pensamento: a problemática ontológica. Em vista deste tento, será realizado todo um percurso metodológico.

Inicialmente, deverão ser apresentados aspectos basilares da filosofia sistemático-estrutural e uma contextualização do pensamento punteliano. A começar pelo conceito de *quadro referencial teórico* que é de grande relevância para o seu pensamento, afinal, de certo modo, todo o esforço do presente trabalho é o de apresentar aspectos do quadro referencial teórico da filosofia sistemático-estrutural, no que concerne ao debate ontológico. O fundamental é a percepção de que qualquer atividade teórica pressupõe um quadro teórico que precisa ser muito bem explicitado e articulado, de modo que sem isso, a teoria não se torna compreensível.

Além disso, deverá ser mostrado sobre como a *centralidade da linguagem* é fundamental para o pensamento punteliano. Isto ocorre primeiramente na compreensão de que a filosofia é uma atividade teórica, e, portanto, é realizada imprescindivelmente a partir da linguagem. Por outro lado, ela é compreendida como *mediação* entre sujeito e mundo⁸, ou em outras palavras, é por meio da linguagem que o mundo se apresenta e se expressa ao sujeito. Para tanto, o conceito de *expressabilidade universal* ganha aqui um grande destaque: a

⁸ Este conceito de mundo para Puntel possui dois sentidos fundamentais: o primeiro (Mundo com “M” maiúsculo) corresponderia à dimensão do *Ser em seu todo*, tratando de tudo aquilo que pode ser teorizado (o universo irrestrito do discurso, que será melhor explanado ao longo do presente trabalho) além da própria dimensão estrutural. No capítulo 4 de *Estrutura e Ser*, Puntel aponta o outro sentido de mundo (mundo com “m” minúsculo) como correspondente ao mundo atual e objetivo, e ao tratar deste “mundo” (com “m” minúsculo), Puntel aponta o mundo natural, o mundo humano e o mundo estético. Por outro lado, em obras mais recentes, o autor aponta quatro tipos de mundo (com “m” minúsculo): o mundo possível, o mundo ficcional, o mundo atual e o mundo abstrato. Ao longo do trabalho poderá ser compreendido de forma mais clara, que este segundo sentido de mundo já é sempre estruturado, pois existe uma intrínseca relação entre as estruturas fundamentais e o universo irrestrito do discurso.

expressabilidade é uma determinação imanente do mundo, sendo uma tese ontológica fundamental; o mundo se expressa ao indivíduo, e por isso, esse pode compreendê-lo, teorizá-lo e conceituá-lo. A instância na qual isto ocorre é a própria linguagem, de modo que não existe um abismo entre linguagem e mundo. É evidente, ainda, que a linguagem teorizada aqui não pode ser a compreendida enquanto produção humana e dependente do sujeito; mas sim uma linguagem abrangente e universal: é o que Puntel intitula como *linguagem maximal* e constitui o lado inverso da expressabilidade universal. Deste modo, já é possível compreender que ocorre aqui o que Puntel caracteriza como uma “despotencialização” do sujeito. Sobre isto, escreve Manfredo Oliveira:

A consequência de maior alcance para uma teoria filosófica se efetiva como virada radical em relação ao quadro teórico da filosofia transcendental, que pôs o sujeito no centro de todo empreendimento teórico e consequentemente da filosofia. A virada se efetiva com a mudança radical de centro: não o sujeito, mas a linguagem constitui o centro da formação de uma teoria, o que tem como implicação a despotencialização do sujeito. Aqui se mostra com clareza a posição da filosofia sistemático-estrutural em relação à questão da superação da filosofia da subjetividade.⁹

A partir destes pressupostos, já poderá ser apresentada a *quase-definição* da filosofia sistemático-estrutural, que é compreendida como a teoria das estruturas universais (mais gerais) do universo ilimitado/irrestrito do discurso¹⁰. Dois conceitos precisarão ser muito bem explicitados aqui: primeiro, o que e quais seriam essas estruturas universais, e segundo, o universo ilimitado do discurso. A visão proposta tende a também superar o abismo criado pela modernidade entre sujeito e mundo, visto que as estruturas fundamentais corresponderiam ao primeiro polo (aquilo que teoriza e conceitua, e foi chamado de subjetividade na modernidade), e o universo ilimitado do discurso ao próprio mundo, isto é, tudo aquilo que pode ser teorizado. Na visão punteliana, existe uma profunda unidade entre ambos os polos, visto que as estruturas são concretizadas quando são aplicadas aos dados, enquanto os dados, apenas são inteligíveis, quando estruturados¹¹. Deste modo, ambos se implicam mutuamente.

Após a exposição destes aspectos precedentes que são fundamentais para a compreensão do todo do trabalho, o primeiro capítulo tratará propriamente das estruturas fundamentais, que são divididas em formais e conteudísticas. As primeiras dizem respeito às

⁹ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Antropologia filosófica contemporânea**: subjetividade e inversão teórica. São Paulo: Paulus, 2012. p. 135.

¹⁰ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática; tradução: Nélcio Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2008. p. 33.

¹¹ PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus**: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J. -L. Marion. Tradutor: Nélcio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011. p. 149.

estruturas lógicas e matemáticas, e as segundas, às *estruturas semânticas e ontológicas* que são, para o objetivo do trabalho, as mais importantes, visto que o propósito aqui é o de apresentar a ontologia da filosofia sistemático-estrutural. Se já foi visto anteriormente que a tese da expressabilidade universal já mostra uma profunda relação entre linguagem e mundo, poderá ser analisada aqui uma das teses mais importantes de serem compreendidas do pensamento que será aqui proposto: as estruturas semânticas e ontológicas correspondem a dois lados de uma mesma medalha. A estrutura semântica possui um caráter funcional, que sempre aponta para algo além dela mesma: o plano ontológico; ou seja, uma mesma realidade pode ser compreendida semanticamente pela proposição prima e ontologicamente pelo fato primo, conceitos que serão detalhados ao longo do trabalho.

Antes de se entrar com profundidade na ontologia dos fatos primos que será tratada, torna-se imprescindível mostrar a problematização de alguns modelos ontológicos precedentes, sendo o primeiro deles a *ontologia da substância* que é o modelo mais antigo, e que foi praticamente hegemônico enquanto teoria ontológica não apenas na tradição, mas até a contemporaneidade, visto que existe uma nova formulação a partir da ontologia do objeto na filosofia analítica. Esta ontologia foi formulada por autores, principalmente de três formas: pela concepção de *substrato*, de *particular concreto*, e de *independência ontológica*. Além de uma explanação de cada uma destas teorias, também serão apresentados os problemas em torno delas, sendo também indispensável apresentar a própria crítica de Puntel. Em seguida, outro modelo ontológico será tratado: o da *teoria dos tropos*. Assim como foi realizado com a ontologia substancialista, além de uma problematização desta concepção, serão mostradas as suas principais críticas e a visão de Puntel acerca do tema. Vale ressaltar que apesar dos problemas desta teoria, esta influencia diretamente a filosofia sistemático-estrutural.

Após toda a problematização destes modelos precedentes, por fim, poderá ser apresentada a ontologia dos fatos primos, sendo este um momento de grande importância para o presente trabalho. Como já foi introduzido aqui, para a filosofia sistemático-estrutural, semântica e ontologia correspondem a dois lados de uma mesma medalha. De tal modo, não basta a formulação de uma nova teoria ontológica, se uma nova semântica também não é pensada; inclusive é este um dos principais problemas de concepções que buscaram superar a teoria substancialista. Vale ressaltar, que a substância possui como teoria semântica o *princípio da composicionalidade*, que sustenta a formação de sentenças do tipo sujeito-predicado. Superar este princípio é um primeiro desafio semântico para que se possa formular uma coerente teoria ontológica.

Quine foi um filósofo que buscou superar este princípio, na tentativa de solucionar o problema da não-referencialidade de termos singulares, colocando um primado semântico das sentenças, não mais das palavras. A forma como ele faz isto, é colocando os termos singulares para a posição padrão “= *a*”, que seria um termo geral/universal, que se tornaria um verbo, sendo adaptado para a forma predicativa. Um exemplo seria na sentença “um gato branco encontra um cachorro e eriça o pelo (*a White cat is facing a dog and bristling*)” que se tornaria algo do tipo “está gatando brancamente, eriçadamente e na-direção-do-cachorramente (*it’s catting whitely, bristlingly, and dogwardly*)”. Puntel reconhece o esforço de Quine na superação das sentenças do modelo sujeito-predicado, mas o critica primeiramente pela falta de um caráter ontológico em sua teoria, voltando-se apenas para uma análise lógico-semântica. Sem um caráter ontológico, tais sentenças não possuem referência e é a partir daqui que vários problemas são apontados por Puntel, por exemplo, se “está gatando (*it’s catting*)” não possui referência ontológica, então sendo a sentença “está chovendo” verdadeira, também essa não possui? Como isto é justificável? Se forem tratadas como sentenças diferentes, qual seria a exata diferença? Por que a redução de termos singulares somente a predicados? Sendo assim, mesmo sendo importante a visão quineana, a tal ainda precisa ser superada.

É deste modo que a filosofia sistemático-estrutural acolhe o *princípio do contexto* de Frege (que foi nomeado como tal por M. Dummett), afirmando que somente no contexto de uma sentença, as palavras possuem um significado¹². Assim, são formuladas as sentenças primas do pensamento punteliano, que são sentenças do tipo “é o caso que ϕ ”, que podem ser traduzidas como “é o caso que chove”, “é o caso que reverdece” etc. Tais sentenças primas possuem um teor informacional semântico, que são justamente as *proposições primas*. Estas proposições primas, por sua vez, são idênticas a um *fato primo* do mundo que é a única categoria ontológica aceita na filosofia sistemático-estrutural em nível fundamental ou basal, podendo os fatos primos serem diferenciados em graus de complexidade (fatos primos simples e complexos), espécies (estáticos, dinâmicos, concretos, abstratos etc.) e pela diferencialidade ontológica (materiais, físicos, biológicos, matemáticos etc.).

Além de apresentar a teoria proposta por meio das problematizações do próprio autor, o presente trabalho também buscará debater a tese com temáticas atuais do debate contemporâneo a partir de três questões centrais: 1) como ficaria a questão da semelhança entre os fatos primos; 2) sobre a referência abstrata; 3) como os indivíduos continuam os mesmos após as mudanças que ocorrem nestes. O objetivo aqui é justamente o de apresentar a coerência

¹² PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 265.

e o alto grau de inteligibilidade da filosofia sistemático-estrutural no debate com outros quadros teóricos, dentro da temática ontológica.

Resta, por sua vez, o questionamento acerca do que é capaz de determinar que uma sentença prima expresse uma proposição prima, e o que determina que uma proposição prima seja idêntica a um fato primo. É aqui que se chega à importante *teoria da verdade* da filosofia sistemático-estrutural, ao qual será dedicado todo o terceiro capítulo do presente trabalho. A verdade possui aqui duas dimensões essenciais de serem compreendidas: a questão da determinação plena, ou de transição metodológica do nível semântico para o ontológico, e a questão da tese da identidade. Isto implica afirmar que a teoria da verdade da filosofia sistemático-estrutural nem pode ser compreendida apenas como uma tese contraposta ao deflacionismo, e nem apenas como uma teoria da identidade, indo além disto justamente por se ter estas duas dimensões essenciais.

A partir destas duas dimensões, alguns aspectos precisarão ser melhor aprofundados, sendo o primeiro deles, o entendimento acerca da *visão catafórica do operador de verdade* que busca refutar a tese deflacionista da verdade. Para tal corrente de pensamento, o operador “é verdadeiro que” não apresenta nada de novo para uma determinada sentença ou tese, tratando a verdade como algo redundante ou como uma tautologia. Portanto, a tese deflacionista pode ser resumida como: afirmar “é verdade que p ” é o mesmo que dizer: (simplesmente) p .¹³ A forma como Puntel busca refutar tal tese é justamente com esta visão catafórica, que pressupõe que o nível anterior de determinação é incompleto, e por isso “aponta” para aquilo que está por vir: o próximo nível. Três são os níveis de determinação que serão explanados: o primeiro deles corresponde ao *status* semântico indeterminado ou subdeterminado, que aponta que este *deve* ser determinado; no segundo, ocorre a passagem do *status* que deve ser determinado, para uma completa determinação; o último, por sua vez, diz respeito ao próprio plano ontológico em que o *status* semântico completamente determinado aponta para a dimensão ontológica. É aqui que se chega a um dos pontos mais importantes acerca da verdade, que já fora citada anteriormente em outros momentos, mas receberá uma maior contextualização e aprofundamento: a tese da identidade.

Em seguida, serão tematizadas três questões relevantes tratadas pelo próprio Puntel para a sua teoria da verdade: 1) sobre a questão da falsidade; 2) sobre a referência ontológica das proposições lógicas e matemáticas; e 3) sobre como é entendida a questão do relativismo da verdade. Este terceiro problema possui uma determinada relevância por apresentar um

¹³ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 192.

conceito defendido por tal pensamento: o *relativismo moderado da verdade*, em que essa apenas pode ser compreendida dentro do seu respectivo quadro referencial teórico. É por isso, diante dessa questão, que será tratado também em uma subseção sobre a pluralidade e o diálogo entre os vários quadros teóricos, afinal, todos os quadros teóricos são igualmente verdadeiros?

Deverão ser apresentados, portanto, os graus de verdade que mostram quais quadros teóricos são “mais verdadeiros” que outros, ou seja, quais quadros teóricos possuem maior grau de inteligibilidade e coerência. Estes graus seriam: a) os graus de profundidade, que podem ser divididos em estruturas de superfícies e profundas, onde as de superfícies seriam mais particularistas, e as profundas mais universais, sendo estas últimas as com maior grau; b) o critério da texturalidade que é dividido em texturalidade grossa e fina, em que na grossa falta um maior detalhamento, e na fina, como o próprio nome já diz, é mais refinada com maiores detalhes e informações, e apta a se tornar universal, complementando o primeiro critério dos graus de profundidade, e por isso, possuindo um grau superior; e c) o grau de coerência, que na filosofia sistemático-estrutural não significa *apenas* consistência ou falta de contradição, mas vai muito além, sendo um quadro teórico com mais momentos e aspectos, possuindo também uma totalidade de relações que interconectam tais momentos, de modo que quanto mais exatas e estritas forem as conexões, mais coerente será o quadro teórico.

Por fim, do mesmo modo que no capítulo precedente, este último irá tratar acerca de problematizações contemporâneas, mostrando como a filosofia sistemático-estrutural se confronta com o atual debate em torno da tese da identidade da verdade, que é um tema de grande discussão na filosofia analítica. Portanto, serão tratados problemas contemporâneos que o presente quadro teórico pode refutar, sendo seis os principais: o modal, o do “fato certo”, o do “estilingue”, o da individuação, o da congruência e o problema da relação da verdade e do intrinsecismo.

É válido ainda ressaltar que tudo o que será apresentado aqui é apenas um recorte de um projeto sistemático muito mais abrangente que seria impossível de ser explanado neste presente trabalho, estando ele predominantemente apenas no capítulo 3 da sua principal obra, *Estrutura e Ser*, que trata da *Sistemática Estrutural*. De tal forma, esta principal obra será o livro base utilizado aqui, havendo também referências de outras obras importantes de Puntel. Além disso, serão mostrados comentários e problemáticas de autores que defendem tal pensamento, sendo o caso de Manfredo Oliveira, em que será citado principalmente (além de outras obras) *A ontologia em debate no pensamento contemporâneo*, e Wellistony Viana com a sua obra *A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática*. O ideal

aqui não é o de simplesmente apresentar a filosofia sistemático-estrutural, mas sim o de mostrar como essa se encontra absolutamente relevante dentro do debate contemporâneo, através de uma maior problematização e debate com outras teorias que serão apresentadas.

2 ASPECTOS GERAIS DE UMA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL E O PRIMADO SEMÂNTICO-ONTOLÓGICO

Em vista de ser fidedigno ao pensamento do autor abordado no presente trabalho, o primeiro passo deste não poderia ser outro senão o de apresentar os aspectos gerais de seu empreendimento teórico, afinal, o primeiro passo de qualquer teoria filosófica, para Puntel, deve ser o de apresentar a si mesma com todos os seus aspectos teórico-metodológicos. A isto ele chama de quadro referencial teórico e deverá ser o primeiro conceito abordado neste capítulo. A apresentação de tais aspectos fundamentais, ou a autoexposição de uma teoria “compreensiva não pode se dar de uma só vez, *in toto* por assim dizer, ela se dá, antes, como um processo que vai se concretizando ou determinando gradativamente”¹⁴.

Este processo de concretização gradual é o que visará a ser apresentado, abordando a centralidade da linguagem que é fundamental para o pensamento deste autor, por esta ser um pressuposto irrecusável sem o qual não é possível articular qualquer teoria filosófica. Além disso, a linguagem é ainda a instância na qual o mundo se expressa e se apresenta ao indivíduo, o que é central para se compreender a ontologia que será desenvolvida aqui. Por isso, o conceito de expressabilidade universal também deverá ser compreendido, bem como a linguagem entendida em seu *sentido maximal* e abrangente, que juntos, mostram como a posição da filosofia sistemático-estrutural evita uma visão transcendental (no sentido moderno) da linguagem.

Além disso, deverão ser apresentados aqui tanto a dimensão estrutural, como o universo ilimitado do discurso¹⁵ que constituem os dois elementos de uma teoria: pressupostos teórico-metodológicos e conteúdo. Daí porque ambos compõem a *quase-definição* da proposta

¹⁴ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática; tradução: Nélcio Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2008. p. 85.

¹⁵ Apesar do tradutor das obras de Puntel para o português (Nélcio Schneider) ter utilizado como tradução na obra *Estrutura e Ser* o termo “universo do discurso ilimitado” (*unrestricted universe of discourse*), outros pensadores (como Manfredo Oliveira) preferem utilizar como tradução mais assertiva o termo universo irrestrito/ilimitado do discurso, visto que o irrestrito aqui é o universo, e não o discurso. O próprio Schneider, em traduções posteriores como na obra *Ser e Deus*, já utilizou o termo universo irrestrito do discurso como tradução. Apesar de também ser compreensível a ideia com o termo que o tradutor utiliza na obra *Estrutura e Ser*, foi preferível a segunda tradução citada em vista de evitar-se qualquer problema de compreensão do conceito.

teórica punteliana. Por fim, será apresentado com mais enfoque o papel das estruturas fundamentais, sobretudo, as estruturas semânticas e ontológicas porque são os componentes irrecusáveis da linguagem e por isso de uma teoria uma vez que a filosofia, enquanto atividade teórica que se pretende universal, reflete sobre os seus próprios pressupostos. São estas as estruturas que praticamente serão tratadas ao longo de todo o trabalho, e, portanto, deverão ser muito bem compreendidas em vista de se entender bem o motivo da necessidade de uma nova formulação destas para um quadro teórico mais coerente e conciso.

2.1 A importância da apresentação do quadro referencial teórico para qualquer empreendimento filosófico

O primeiro conceito de grande importância na filosofia sistemático-estrutural é o de *quadro referencial teórico*. Talvez este não seja apenas muito importante, mas fundamental para a compreensão do todo de sua filosofia. Em sua obra *Estrutura e Ser*, em que Puntel expõe o cerne do seu pensamento, a primeira frase do seu primeiro capítulo já é a expressão de que tal “livro contém uma *exposição do quadro teórico* para uma filosofia sistemática”¹⁶. Em outras palavras, todo o esforço de sua principal obra visa expor de forma clara o quadro referencial teórico de sua teoria.

Em *A filosofia como discurso sistemático*, o mesmo autor realiza uma boa síntese do que se trata neste conceito.

De fato, o conceito do quadro referencial teórico é absolutamente central. [...] Parte-se da noção fundamental de que toda problemática teórica, toda questão teórica, todo enunciado teórico, toda argumentação, toda teoria etc. só podem ser entendidos e avaliados quando são concebidos como situados dentro de um quadro referencial teórico. Quando não se tem esse pressuposto, tudo fica indeterminado: o sentido de uma pergunta, de um enunciado, de uma avaliação etc.¹⁷

Em outras palavras, uma teoria apenas pode ser inteligível quando está situada dentro de um quadro teórico, que é o conjunto de fatores pressupostos em tudo o que um filósofo empreende, e por isso, o filósofo tem como primeira tarefa expressá-lo de forma clara. Segundo o autor aqui tratado, chega-se a ser até mesmo infrutífero um diálogo entre teorias, ou até

¹⁶ PUNTEL, Lorenz B. *Estrutura e ser*, op. Cit., p. 27.

¹⁷ PUNTEL, Lorenz B. *A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto*. Tradução de Nélío Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2015. p. 35.

mesmo entre a filosofia e a ciência, se cada uma não especificar qual o quadro de cada uma¹⁸. Não é tão difícil de atestar tal tese, visto que, por exemplo, é bem complexo para um discente de uma disciplina formal como a matemática, inserir-se repentinamente em um ambiente em que estão sendo discutidos elementos da filosofia da linguagem contemporânea. Provavelmente este quase não entenderia qualquer coisa, a não ser que fosse inserido dentro do quadro referencial teórico do que está sendo tratado naquela disciplina.

Por isso, para Puntel, em um debate filosófico/científico as questões apenas poderão ser tomadas racionalmente, caso fique claro “o que a questão está questionando, que conceitos ocorrem nela ou são pressupostos por ela ou estão implicados nela, que possibilidades de elucidação existem ou são exigidas etc.”¹⁹. Para tanto, o primeiro capítulo desta dissertação tem como objetivo expor os fundamentos da filosofia sistemático-estrutural, de forma que se torne compreensível tudo o que deverá ser problematizado a seguir.

Este conceito, por sua vez, foi influenciado pelo intitulado *Linguistic Framework* (quadro referencial linguístico), de Rudolf Carnap. Apesar da influência, Puntel busca aprimorá-lo e até superar problemas envolvidos em sua teoria. Segundo Carnap, se “alguém deseja falar em uma linguagem acerca de um novo tipo de entidade, deve introduzir um sistema de novas maneiras de falar, sujeito a novas regras; chamaremos a este procedimento de construção de um sistema de referência linguístico para as novas entidades em questão”²⁰.

O grande problema deste conceito em Carnap é que ele insere entidades dentro deste quadro referencial, colocando-as dentro de questões internas e externas²¹. Ou seja, não fica claro o “porque um ‘quadro referencial’ que é ‘lógico ou factual’ deva ser caracterizado como quadro referencial *linguístico*”²². Em edições posteriores, Carnap escreveu uma nota de rodapé afirmando que o *Framework* (quadro referencial) “é agora usado apenas para o sistema de expressões linguísticas, e não para o sistema de entidades em questão”²³. Aqui está o motivo da decisão de Puntel para utilizar a expressão quadro referencial teórico: com a expressão quadro

¹⁸ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 47.

¹⁹ Ibidem. p. 16.

²⁰ CARNAP, Rudolf. **Empirismo, Semântica e Ontologia**. In: Os Pensadores: Rudolf Carnap, Moritz Schilick e Karl Popper. São Paulo: Abril Cultural. p. 113.

²¹ “E agora devemos distinguir dois tipos de questões de existência: em primeiro lugar, as questões da existência de certas entidades do novo tipo *no interior do sistema de entidades* representado pelo sistema linguístico de referências; chamamo-las de *questões internas*; e, em segundo lugar, as questões concernentes à existência ou à realidade *do sistema de entidade como um todo*, chamadas de *questões externas*.” Ibidem.

²² PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 28.

²³ CARNAP, Rudolf. **Empirismo, Semântica e Ontologia**. In: Os Pensadores: Rudolf Carnap, Moritz Schilick e Karl Popper. São Paulo: Abril Cultural. p. 113.

linguístico, Carnap leva a equívocos, sendo o maior destes, reduzir a filosofia a uma pura teoria da linguagem sem seu conteúdo.

Para Puntel, é importante ainda salientar que o seu objetivo em *Estrutura e Ser* não é o de elaborar um quadro teórico absoluto, ou o único possível. Porém, este tem a pretensão de realizar o melhor quadro teórico possível na atualidade para uma filosofia sistemática²⁴. Isto implica que o seu quadro teórico é de alta complexidade, ou seja, o quadro mais abrangente é constituído por vários quadros teóricos particulares. Acerca da relação entre os vários quadros teóricos existentes, e a problemática da verdade que é importantíssima para esta discussão, serão assuntos tratados com mais detalhes no terceiro capítulo deste trabalho.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é o de que, no início, o quadro teórico é compreendido de forma muito global ou geral, e na medida em que este vai sendo delimitado, vai tornando-se mais determinado e concretizado, o que ele chama de concretização e determinação sistemática em que “novos elementos são aduzidos, de modo que, passo a passo, vão aparecendo subquadros teóricos adicionais, mais determinados, mais profícuos como formas mais concretas do quadro teórico geral”²⁵

2.2 A centralidade da linguagem

Um dos marcos centrais da filosofia contemporânea, senão o mais importante, é a reviravolta linguística (*linguistic turn*) que mudou a forma de se realizar filosofia a partir de então. Enquanto a modernidade teve como marco a reviravolta copernicana da filosofia, por conta dos impactos da filosofia transcendental kantiana e da fenomenologia (também transcendental) de Husserl que foi marcada pela consideração da subjetividade como instância determinante da filosofia enquanto tal, com o giro linguístico e a centralidade da linguagem, ocorre a eliminação do primado da subjetividade, e a “sua substituição pelo primado de uma compreensão linguística”²⁶.

Segundo Penco, o filósofo da linguagem não se pergunta apenas sobre o sentido de uma palavra ou de um enunciado (apesar de também ser um dos aspectos trabalhados pela filosofia da linguagem), mas também questiona acerca do que os interlocutores refletem *quando se questionam pelo sentido da palavra “sentido”*. “O trabalho do filósofo da linguagem se

²⁴ PUNTEL, Lorenz B. *Ser e Deus: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J. -L. Marion*. Tradutor: Nélcio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011. p. 147.

²⁵ Ibidem.

²⁶ OLIVEIRA, Manfredo A. de. *A ontologia em debate no pensamento contemporâneo*. – São Paulo: Paulus, 2014. p. 188.

refere à análise dos conceitos que são habitualmente usados para explicar a estrutura e o funcionamento da linguagem.”²⁷

Desta forma, fica-se claro o caráter de *clareza e rigor teórico* que também é fundamental para a filosofia, que provém da reviravolta linguística, sobretudo pela analítica que também influenciou o pensamento do autor aqui trabalhado. Puntel chega a afirmar que apesar de não se identificar totalmente e nem se intitular como um filósofo analítico, ele assume estes aspectos que são próprios desta corrente²⁸. É evidente ao analisar as obras de Puntel todo o minucioso cuidado que este possui ao expressar cada conceito de sua teoria, mostrando exatamente o que ele quer dizer com o que foi expresso, e até mesmo levantando problematizações contemporâneas em torno do assunto trabalhado. Isto em vista de evitar qualquer dubiedade, má interpretação ou má intenção da parte de outros autores. Quanto maior o rigor teórico e a clareza com que a teoria é feita, menor a possibilidade de estes riscos ocorrerem. Isto também impacta diretamente na elaboração de qualquer teoria filosófica: enquanto anteriormente eram vistas teorias feitas de forma vaga, isto é, em que expressava uma tese, mas não analisava os seus pormenores e as suas problemáticas, deixando a teoria absolutamente superficial, com a reviravolta linguística (principalmente na versão da filosofia analítica) e a analiticidade proposta, tais teorias são duramente criticadas.

Mas afinal, após esta breve contextualização, qual o real impacto desta reviravolta linguística na filosofia sistemático-estrutural? Primeiramente, a filosofia é teoria²⁹, ou melhor dizendo, filosofar é uma atividade que trata de desenvolver teorias. Sendo ainda mais específico, em uma “formulação breve e simplificada, o alvo da atividade teórica, por seu turno, é a exposição de teorias que reivindicam ser verdadeiras”³⁰. Assim como o objetivo da atividade estética é a exposição de obras belas, e a atividade prática a exposição de boas obras³¹.

Ora, sendo a filosofia uma atividade teórica, é impossível realizá-la sem a linguagem. Segundo Manfredo Oliveira, a linguagem para a filosofia é “uma instância imprescindível de articulação de uma teoria filosófica: sem ela nada é dado a uma teoria filosófica, o que seria dizer que a teoria seria inviável”³². Para Puntel, portanto, a linguagem é

²⁷ PENCO, Carlo. **Introdução à filosofia da linguagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 14.

²⁸ PUNTEL, Lorenz B. **A filosofia como discurso sistemático**, op. Cit. p. 35.

²⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 97.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. – São Paulo: Paulus, 2014. p. 192.

o meio expositivo da dimensão da teoricidade da filosofia enquanto expressabilidade do mundo.³³

2.2.1 A referência da linguagem ao mundo e a expressabilidade universal

Para o autor trabalhado aqui, além da questão apresentada anteriormente em torno da linguagem (como pressuposto irrecusável para qualquer teoria), existe outro aspecto ainda mais central em seu pensamento e será de grande valia para o que será trabalhado neste trabalho: a questão da linguagem como *mediação* do sujeito ao mundo. Para que isto seja bem compreendido, outro conceito aparece como de grande importância: a expressabilidade universal do mundo (ou do Ser).

Segundo tal filósofo, o mundo é *expressável*, para o sujeito, isto é, ele se mostra ao indivíduo linguisticamente, e por isso, é possível falar sobre o mundo, conceituá-lo, elaborar teorias sobre e etc. Em suma, se o mundo não fosse expressável, seria absurdo falar qualquer coisa sobre ele, e, portanto, qualquer empreendimento teórico seria inviável. Para Puntel, se isto é verdadeiro, torna-se necessária uma relação inversa: a relação do expressar. “Essa relação inversa, por sua vez, parece ser compreensível somente quando se assume uma *instância que expressa*. Essa instância expressiva é (a) linguagem.”³⁴

É por isso que a linguagem na filosofia sistemático-estrutural não é compreendida somente como um sistema semiótico de comunicação, mas vai além, tem um sentido originário. Para esta filosofia, trata-se de um sistema semiótico abstrato, no sentido de que aqui, *abstrato*, não deve ser entendido como algo intangível ou como uma ideia imaginária, mas “de tal maneira que o sistema semiótico não implica uma relação essencial com os usuários do sistema”³⁵.

Segundo Manfredo Oliveira, portanto, a “linguagem aqui é compreendida como a dimensão expressante do real o que é implicado na tese ontológica da expressabilidade do real o pressuposto básico de qualquer empreendimento teórico”³⁶. Portanto, a expressabilidade universal é uma determinação imanente ao mundo, enquanto a linguagem é a instância a ela correspondente na qual, portanto, o mundo se expressa ao sujeito, e este é capaz de compreender o real.

³³ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 100.

³⁴ Ibidem. p. 128-129.

³⁵ Ibidem. p. 129.

³⁶ OLIVEIRA, Manfredo. **Metafísica estrutural enquanto teoria do Ser**. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 1, n. 2. p. 94.

Além de toda a tese proposta, e a percepção de que a linguagem faz referência ao mundo enquanto instância correspondente à expressabilidade universal, a própria capacidade humana de raciocinar sobre algo, ou de intuir por meio da consciência, também é realizável pela linguagem, como é afirmado por Braidida na citação de que o “real experimentado, enfrentado e vivido no curso da existência humana, individual e coletiva, é ele mesmo estruturado pela consciência, que sempre já é perpassada e constituída pela linguagem”³⁷.

Outra forma de exprimir tal tese, que muito contribui para o pensamento aqui proposto é a de Kutschera. Este autor afirma que não há um conhecimento do mundo primeiro, e uma expressão do conhecimento posterior na linguagem, mas sim, “captamos a realidade, os objetos, suas diferenças, propriedades e relações em forma linguística”³⁸. Portanto, pensamento e linguagem desenvolvem-se juntos e a linguagem é o “médium” do pensamento³⁹. Diante de toda a explanação proposta aqui, o que deve ser compreendido de forma central é que a linguagem, na filosofia sistemático-estrutural, possui este papel de mediação entre sujeito e mundo, não existindo “mundo totalmente independente da linguagem, ou seja, não existe mundo que não seja exprimível na linguagem. A linguagem é o espaço de expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade”⁴⁰.

2.2.2 Linguagem natural enquanto produção humana e linguagem maximal

Após toda a questão problematizada na subseção anterior, uma questão pode ficar ainda sob indagação: a linguagem debatida aqui, seria a linguagem enquanto produção humana⁴¹? Se se trata desta linguagem, o pensamento proposto aqui seria apenas mais uma variante da filosofia da subjetividade, tornando o sujeito princípio de determinação da realidade, proposta que Puntel rejeita. Indo além, se essa proposta de pôr o sujeito como princípio de determinação é equivocada (na filosofia da subjetividade) o mesmo ocorre quando se trata de

³⁷ BRAIDA, C.R. In: OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. – São Paulo: Paulus, 2014. p. 190.

³⁸ Ibidem. p. 187.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. Edições Loyola, 1997. p. 13.

⁴¹ O termo “produção humana” deve ser compreendido aqui, como produção de uma comunidade humana concreta que constrói a sua própria língua em vista da sua comunicação, podendo inclusive dar continuidade a este processo por meio de criação de novas línguas utilizando outras como base, como é o caso das comunidades que criaram a partir do latim, a língua portuguesa no decorrer da história e de todo o seu contexto. Portanto, falar de produção humana aqui, não nega que essa produção esteja condicionada à determinados contextos históricos que antecedem tais comunidades, mas sim que são estas mesmas comunidades que criam, moldam e “reformam” tais linguagens a partir de seus próprios contextos.

os sujeitos a partir de uma análise intersubjetiva, que foi proposta por Apel e Habermas. Isso porque a passagem da subjetividade para a intersubjetividade, como categoria central da filosofia, não elimina o caráter de filosofia da subjetividade no sentido da filosofia transcendental, nem mesmo substituindo a consciência pela linguagem; sobre isso, Apel deixa muito claro ao afirmar que a linguagem é a nova “grandeza transcendental”.

Se não é uma produção humana, como pode ser entendida a linguagem aqui? Este é um dos problemas que precisam ser resolvidos de antemão.

Primeiramente, torna-se evidente que esta linguagem enquanto produção humana é de grande importância para a comunicação humana, e torna-se vastamente utilizada inclusive para a realização de teorias, apesar de este último ponto ser alvo de críticas. Mesmo tendo a sua importância, é fato que esta linguagem é um produto humano, que foi criado tendo em vista a necessidade humana de comunicação, e o próprio sistema semiótico linguístico é tão produto humano quanto outras invenções humanas ao longo da história, como um sistema legal, um sistema métrico e etc.⁴².

Além de tudo, ela é absolutamente limitada, no sentido de que não é universal, havendo uma vastíssima pluralidade de linguagens. A problemática que surge aqui, portanto, é: poderia uma linguagem que é produção humana ser mediação de uma expressabilidade que é universal? Para autores como Putnam, por exemplo, a linguagem compreendida enquanto produção humana seria a única mediação possível para compreender o mundo⁴³, estando ela indefinidamente em um processo em que vai sendo melhorada para melhor abarcar a realidade. O questionamento levantado é justamente, se esta linguagem enquanto produção humana, que por ser limitada precisa estar sempre em um processo para melhor se adequar ao real, é de fato suficiente.

Ora, se como foi mostrado na subseção anterior, a expressabilidade universal é uma determinação imanente do mundo, essa determinação ocorre na linguagem, e como tem sido apresentado nos parágrafos precedentes essa linguagem não pode ser compreendida como a linguagem enquanto produção humana, então de qual linguagem é tratada aqui? Para Puntel,

⁴² PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 526.

⁴³ “Podemos perceber que um dos resultados da crítica de Putnam ao realismo tradicional é que nossa linguagem pode ser indefinidamente melhorada para nos referirmos ao mundo empírico, mundo esse externo e independente de nós. Embora essa independência (enquanto existência do mundo externa à mente humana) seja algo patente, a respeito do qual Putnam não contrapõe nenhum argumento, ele sublinha o papel da linguagem no mundo real. Desse modo, o mundo real, formado pelos objetos aos quais nos referimos, é moldado segundo nossos critérios de aceitabilidade racional, propostos por nossa linguagem.” Cf. JUNIOR, Alexandre de Freitas de Mello. **Realismo interno como realismo pragmatista e o esquema conceitual**: uma proposta crítica à metafísica tradicional. Griot: Revista de Filosofia, vol. 13, núm. 1, 2016. p. 209.

existe a necessidade de uma linguagem ainda mais abrangente, e é intitulada *linguagem maximal* ou *linguagem absolutamente universal*. “Ela designa o lado inverso da expressabilidade do mundo ou do ser em seu todo. Essa linguagem é pura e simplesmente coextensiva ou coextensional com o mundo, com o ser em seu todo”⁴⁴. Esta linguagem maximal é coextensiva à expressabilidade do mundo e é por meio dela que o mundo se expressa. Sobre este aspecto, Puntel afirma que Gadamer conseguiu formular essa noção de um modo drástico e indiferenciado a partir da sua afirmação de *que o ser que pode ser entendido é linguagem*⁴⁵. Para a filosofia sistemático-estrutural, esta noção apesar de importante (pois “articula em forma de linguagem” uma noção sistemático-compreensiva fundamental⁴⁶), é vaga para o propósito de ser adequadamente compreensível. Este sentido vago é superado quando tal sentença é rearticulada do modo “O ser que pode ser entendido é o universo do discurso”, possuindo aqui o ser uma relação imanente essencial com a linguagem.

Esta linguagem não pode ser compreendida como um produto humano. Sobre isto, o próprio autor explica de forma clara.

A linguagem no sentido maximal, isto é, como linguagem absolutamente universal, não é um produto humano, visto que ela está “dada” com o mundo em sentido mais amplo da realidade, universo, ser em seu todo, pois lhe é imanente. Com isto já está dito que a linguagem como sistema puramente semiótico composto de uma quantidade infinita não enumerável de símbolos igualmente não é produção humana, quando esses símbolos não são especificados de uma ou outra maneira, ou seja, quando não são entendidos como símbolos linguísticos no sentido acima elucidado. Porém, assim que “entram no jogo” símbolos linguísticos no sentido bem familiar (qualquer que seja a sua forma), é o ser humano que entra em cena com sua própria história, com suas próprias produções e contingências. Sem o ser humano não existem símbolos linguísticos específicos bem determinados.⁴⁷

Ou seja, a partir do que o próprio autor expõe, esta linguagem maximal não é uma linguagem que pode ser aprendida e comunicada, pois é na verdade a condição de possibilidade para que as linguagens produzidas pelo próprio ser humano sejam compreensíveis e apreensíveis. Estas linguagens, portanto, são “somente um segmento de uma linguagem muito mais abrangente”⁴⁸. Torna-se até interessante quando se percebe na própria comunicação humana, quando mesmo linguagens que são tão diferentes umas das outras, são capazes de comunicarem-se seja por meio da tradução (no caso das variadas línguas) ou por meio da

⁴⁴ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 527.

⁴⁵ Ibidem. p. 526.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem. p. 528.

⁴⁸ Ibidem. p. 526.

apresentação de um quadro teórico (no caso das linguagens das mais variadas ciências). Ora, é justamente esta instância que possibilita este processo, pois antes de serem uma linguagem X (produzidas), estas fazem parte de uma instância abrangente que possibilita a interconexão de todas elas.

É deste modo que em alguns trechos, Puntel ao falar desta linguagem, usa também o termo “*linguisticidade universal*”, ou ainda, de “*linguisticidade-do-ser*” o que mostra que a linguagem maximal também não pode ser compreendida como apenas uma linguagem mais abrangente, que abarca todas as demais linguagens. A linguagem maximal, sendo “linguisticidade”, é a condição de possibilidade para que tanto o próprio mundo seja capaz de se expressar (e por isso é a instância na qual o mundo ou o ser se expressam), como também (como foi apontado no parágrafo anterior), as próprias linguagens compreendidas como linguagem humana sejam linguagem. Nesse sentido, “o ser possui ou comporta uma relação imanente essencial com a linguagem”⁴⁹. É por causa da linguagem maximal (ou da linguisticidade-do-ser) que o próprio ser é teorizável, e o mundo é objeto de teoria, e por isso é compreensível e explicável. Portanto, “esta linguagem é pura e simplesmente *coextensiva* ou *coextensional* com o mundo, com o ser em seu todo”⁵⁰, e corresponderia exatamente ao “discurso” na formulação do universo irrestrito do discurso.

Outra informação de grande valia colocada na citação anterior, é a de que é a partir do ser humano que se podem ter símbolos linguísticos bem determinados. Ou seja, a linguagem maximal, em si mesma, não é um “algo” determinado. Esta passa a determinar-se a partir da necessidade que o ser humano possui da linguagem, da comunicação, da expressão, do conhecimento e etc. Apenas com o ser humano se tem *símbolos linguísticos familiares*, que são reconhecíveis entre os pares.

É por isso que trabalhando ainda a linguagem maximal, Puntel afirma que a tal “não ‘existe’ em lugar nenhum, embora em uma perspectiva fundamental ela exista em toda parte, na medida em que nada existe que não seja ou não possa ser ‘articulado em forma de linguagem’, isto é, *em forma dessa linguagem*”⁵¹. Em outras palavras, a linguagem maximal não é um objeto existente no mundo que pode ser encontrado, por outro lado, é por ela que é possível a existência da(s) linguagem(ns) nas suas mais variadas formas, e pressupõe a expressabilidade que permite a teorização do próprio mundo. Portanto, a linguagem maximal “não só constitui o lugar originário da compreensão da linguagem, mas só a partir daqui se pode

⁴⁹ Ibidem. p. 527.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

compreender adequadamente o que significa propriamente falar de centralidade da linguagem na filosofia”⁵².

À guisa de conclusão, pode-se perceber que a expressabilidade é, então, uma determinação imanente do mundo, e a instância implicada por ela é a linguagem. Esta linguagem, porém, não pode ser compreendida enquanto produção humana, visto que esta “enquanto se compõe de símbolos linguísticos no sentido familiar é uma produção histórico-contingente dos sujeitos humanos”⁵³. A linguagem compreendida como instância pela qual o mundo se expressa seria justamente a linguagem maximal, ou linguagem absolutamente universal, que é capaz de expressar ou articular todo o universo do discurso. A linguagem maximal é, portanto, o lado “reverso” ou “inverso” da expressabilidade universal. Isso é sintetizado por Oliveira ao afirmar que “à expressabilidade universal do Ser corresponde a universalidade da linguagem, sua instância expressante”⁵⁴, e ela é, portanto, uma linguagem originária, ocupando uma posição primordial na filosofia. Apenas com a compreensão de todos estes aspectos tratados poder-se-á partir para os próximos aspectos que se aproximam ainda mais do tema central do trabalho aqui elaborado

2.3 A quase-definição da filosofia sistemático-estrutural e a superação do abismo entre sujeito e mundo da modernidade

Tendo sido compreendidos os aspectos precedentes sobre a centralidade da linguagem, será possível avançar, enfim, para o que seria a quase-definição da filosofia sistemático-estrutural aqui analisada. Segundo Puntel, a *filosofia sistemático-estrutural é a teoria das estruturas universais (mais gerais) do universo ilimitado/irrestrito do discurso*⁵⁵. Em vista de uma mais aprofundada explicação desta quase-definição, alguns pormenores ainda deverão ser bem compreendidos.

Primeiramente, ao tratar-se de quase-definição, este “quase” não deve ser compreendido em um sentido de que esta definição está incompleta, ou inconclusa, ou no sentido de que sendo ela tratada no início da sua obra, no seu término haverá outra definição mais completa e cheia de sentido (como se esta não possuísse). O que ocorre, na realidade, é

⁵²OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A metafísica do ser primordial**: L.B Puntel e o desafio de repensar a metafísica hoje. São Paulo: Edições Loyola, 2019. p. 310.

⁵³ Ibidem. p. 309.

⁵⁴ Ibidem. p. 310.

⁵⁵ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 33.

que se trata de uma definição *programática*, em que na medida em que o quadro teórico vai sendo mais exposto e desenvolvido, mais clara esta definição vai tornando-se.

Ao longo desta subseção, poderá ser trabalhada uma apresentação das estruturas e do universo irrestrito do discurso, que, como se pôde ver, são palavras chaves da quase-definição da filosofia sistemático-estrutural. Além de explicar o que seria cada uma, será analisado ainda aqui como tais problemáticas possuem um caráter bem determinante: a de superar a dicotomia ou abismo causado pela filosofia transcendental na relação entre sujeito e mundo. Estes são pressupostos irrecusáveis da linguagem, sendo de tal forma, pressupostos irrecusáveis de qualquer teoria filosófica.

A iniciar pelo conceito de estrutura, em uma primeira definição, segundo ele, intuitiva, poder-se-ia supô-la como “inter-relação diferenciada e ordenada ou como relação e interação de elementos de uma entidade, de uma área, ou de um processo etc.”⁵⁶. Portanto, para tal filósofo, a estruturalidade implica a negação do simples, e de tudo o que não possui inter-relação. Em outras palavras, o próprio conceito de estrutura já pressupõe a conexão de elementos que precisam ser relacionados e organizados. Por isso, tal conceito é visto como “noção original, como conceito original ou até como ‘fator original’ em todo empreendimento teórico”⁵⁷. O próprio Puntel chega a afirmar que este conceito de estrutura pode ser compreendido como sinônimo de “interconexões”⁵⁸, visto que é praticamente isto que se almeja com a noção de estruturalidade, e ao concluir-se toda a determinação do quadro teórico da filosofia sistemático-estrutural, é claríssima a percepção da importância deste conceito, estando todos os aspectos da sua filosofia estruturados/interconectados em *estruturas* cada vez mais complexas.

A tese de necessária compreensão que o autor deseja afirmar é: não existe qualquer empreendimento teórico que não seja estruturado; é por isso que são compreendidos pelo indivíduo humano. Indo além, todos os dados recebidos do mundo são compreensíveis porque também são devidamente estruturados. Para o filósofo aqui em questão, cabem exatamente às *estruturas fundamentais* o papel de realizar tal articulação. Estas podem ser divididas em dois tipos: as estruturas formais (e aqui estão enquadradas a lógica e a matemática), e as estruturas conteudísticas, que se dividem em outros dois tipos: as estruturas semânticas e as estruturas ontológicas/einailógicas, que serão centrais para o presente trabalho.

⁵⁶ Ibidem. p. 34.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ PUNTEL, Lorenz B. **A filosofia como discurso sistemático**: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto. Tradução de Nélio Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2015. p. 114.

A segunda palavra-chave de grande relevância na quase-definição da filosofia sistemático-estrutural, é justamente o “universo irrestrito do discurso”, conceito este que diz respeito diretamente ao *campo dos dados*. Dados, para Puntel, são os candidatos à teoria⁵⁹ e são candidatos a objeto da filosofia sistemático-estrutural. Trata-se, portanto, do que “é dado para ser compreendido ou explicado pela filosofia, isto é, tudo aquilo com que a teoria filosófica pode e deve se ocupar”⁶⁰. O universo ilimitado do discurso, então, seria o grande dado [*datum*] abrangente, ou a dimensão abrangente que abarca os dados.

Segundo Puntel, esta dimensão pode ser vista, de um ponto de vista, como “neutra”⁶¹ visto que ela não possui qualquer determinação mais precisa de conteúdo. Esta apenas passa a ser determinada quando é *estruturada* pela primeira dimensão (a das estruturas). Por outro lado, este neutro também não deve ser compreendido como *vazio*, visto que como candidatos à teoria (os dados), eles possuem um conteúdo (não determinado) disposto para que o filósofo/cientista seja capaz de utilizá-lo. Em suma, o “filósofo sistemático deve usar todos esses tipos de dados como ponto de partida e tentar reuni-los em uma teoria geral”⁶².

Tendo realizado este primeiro contato com tais conceitos, poderá ser mostrado agora como a relação entre a dimensão das estruturas fundamentais e a do universo irrestrito do discurso, serão suficientes para apontar a superação do abismo entre sujeito e mundo impactado pela filosofia transcendental.

2.3.1 Contextualização acerca do abismo ontológico na filosofia moderna

É um grande fato que a filosofia moderna deixou um profundo embate a ser resolvido pelos teóricos posteriores. Principalmente no que diz respeito ao idealismo transcendental, que ao mesmo tempo em que apontou o papel decisivo que a razão possui diante do conhecimento, também gerou um grande abismo ou cesura entre sujeito e mundo. Para Puntel, respondendo ao questionamento realizado por McDowell, é imprescindível “ultrapassar a separação entre pensar e ser, já que o grande empecilho para a exposição do mundo enquanto totalidade do ser, tarefa própria da filosofia, [...] é precisamente esse abismo insuperável entre a dimensão do sujeito e a dimensão da realidade”⁶³

⁵⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 13.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

⁶³ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. – São Paulo: Paulus, 2014. p. 210.

Este abismo ocorre porque Kant afirmou que apenas é possível ao sujeito cognoscente conhecer os *fenômenos*, que são as afecções da sensibilidade enquanto organizadas e determinadas pelas categorias do entendimento humano. O mundo, entendido como ele é em si mesmo (o *noumeno*), não pode ser conhecido. “Isto conduz à tese de que a experiência do mundo em última instância é uma ‘criação’ do sujeito cognoscente que, dessa forma, molda o que lhe é dado na percepção.”⁶⁴ E ainda, nada “do que dizemos descreve o objeto como ele é em si mesmo, independente de sua ação sobre nós enquanto seres com nossa natureza racional e nossa constituição biológica determinada”⁶⁵.

Muitos filósofos, posteriormente, buscaram resolver tal problemática. Hegel, por exemplo, buscou unir novamente estes dois polos (subjetividade e mundo) por meio do conceito de Ideia Absoluta.

A ideia é o verdadeiro em si e para si, a unidade absoluta do conceito e da objetividade. O seu conteúdo ideal nada mais é do que o conceito nas suas determinações; o seu conteúdo real é apenas a sua exibição, que o conceito a si mesmo dá na forma de existência externa, e esta forma, incluída na idealidade dele, no seu poder conservar-se assim na ideia.⁶⁶

Apesar de uma boa intuição tida por Hegel, que inevitavelmente também influenciaria o pensamento de Puntel⁶⁷, esse atesta que o idealista alemão possuiu alguns problemas em torno do método desenvolvido por ele: o método dialético. Sobre isto, porém, não poderá haver um maior detalhamento aqui⁶⁸. Diante de todo o presente contexto, pode-se, enfim, buscar o aprofundamento da proposta do próprio autor aqui trabalhado para a superação deste abismo.

⁶⁴ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A metafísica do ser primordial**: L.B Puntel e o desafio de repensar a metafísica hoje. São Paulo: Edições Loyola, 2019. p. 286.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome**. Lisboa: Edições 70, 1988. § 213. p. 209.

⁶⁷ Puntel ateve-se por grande parte de sua vida ao estudo de Hegel, e apesar de ter deixado o estudo deste autor após se ter deparado com alguns problemas encontrados por ele na Ciência da Lógica, passou a estudar a tradição analítica até desenvolver o seu próprio pensamento. Mesmo tendo deixado o pensamento de Hegel, é inevitável a percepção de que em alguns aspectos, existe uma clara influência do idealista alemão na filosofia sistemático-estrutural, no que concerne a tentativa de superação deste abismo a partir de uma profunda unidade entre os dois polos. O grande problema está em que hoje Puntel defende que a postura de Hegel na realidade é uma variante da forma moderna de filosofia da subjetividade. No fim das contas, ele apenas pretendeu superar a forma limitada desta filosofia articulada por Kant e Fichte.

⁶⁸ Sobre esta temática, Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Idealismo transcendental e idealismo absoluto**. In: Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica. Tradução de Nélio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. p. 176-199.

2.3.2 Proposta da filosofia sistemático-estrutural para a superação da problemática precedente.

Assim como os filósofos acima citados, dentre outros, Puntel também ousa a elaboração de uma proposta que busque superar tal dicotomia apresentada. Porém, para o autor em questão, é detectável a existência de dicotomia entre dois grandes polos ao longo de todo o pensamento filosófico, apesar de que cada uma destas polarizações não possui um grau equivalente de diferença.

- ser e ente [Seiendes]
- ser e aparência
- pensar e ser, mais exatamente nas suas diversas variações ou variantes: sujeito (subjetividade) e objeto (objetividade) (sendo que “objeto [objetividade]” assume muitas formas, como “ser”, “realidade” “mundo” etc.)
- homem e natureza (mundo, cosmo)
- homem e história
- homem e sociedade
- homem/mundo e Deus
- linguagem e mundo (realidade, ser)
- conceito e mundo (realidade, ser)
- dimensão formal (lógica, matemática) e mundo (ser, realidade...)
- e outras mais.⁶⁹

A filosofia sistemático-estrutural possui como proposta mostrar que tal cisão é absolutamente equívoca, e a própria quase-definição desta já pressupõe tal tese: *filosofia sistemático-estrutural é a teoria das estruturas universais (mais gerais) do universo ilimitado/irrestrito do discurso*. A partir de tudo o que foi abordado no início da parte 1.3 do presente trabalho (que detalhou a dimensão das estruturas e a do universo ilimitado do discurso) não é difícil de atestar isto.

Segundo o autor, o polo das estruturas fundamentais corresponderia ao primeiro polo (que teoriza, conceitua e etc. Ou seja, ao que a modernidade chamou de subjetividade), enquanto o universo irrestrito do discurso corresponderia ao próprio mundo, isto é, tudo aquilo que pode ser considerado objeto de uma teoria filosófica. O importante agora é o de compreender o porquê não ocorre uma dicotomia na visão punteliana.

A ideia que será apontada aqui, nas palavras do próprio autor é a tese central da filosofia sistemático-estrutural: existe, na realidade, uma *profunda unidade* entre as estruturas fundamentais e o universo irrestrito do discurso, sendo ambos os polos inseparáveis. Puntel separa ambos apenas em um ponto de vista metodológico. “Essas estruturas são concretizadas

⁶⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 47.

na “aplicação” aos dados, resultando em que aparecem, então, como as estruturas dos próprios dados.”⁷⁰ Ou seja, as estruturas são “algo” porque são aplicadas aos dados. Se não houvesse dados para serem teorizados, não haveria teoria e nem se precisaria de teoricidade. De modo inverso, “os dados são incluídos ou integrados n(a dimensão d)as estruturas”⁷¹. No próprio momento em que foi detalhado o papel da dimensão dos dados, este ponto já foi alcançado: os dados são candidatos à teoria e por isto são “neutros” (o que não implica dizer vazio), e na medida em que estes são estruturados (por esta outra dimensão) estes passam a atingir um nível de inteligibilidade.

A síntese aqui é a de que as estruturas precisam dos dados para serem concretizadas, e os dados precisam das estruturas para serem compreensíveis e inteligíveis. As estruturas sem os dados seriam algo vazio, enquanto os dados sem as estruturas seriam sem forma, e por isso, não seriam “mundo”. Para Puntel, quando se teoriza a dimensão estrutural (a dimensão que é capaz de compreender), o que se está a fazer é analisar e explicitar “o quadro adaptado à coisa [*Sach-Rahmen*], portanto, o quadro referencial para compreender a ‘coisa mesma’”⁷².

Além do que foi exposto, há ainda outro elemento fundamental da filosofia sistemático-estrutural que aponta o abismo como inexistente: a tese da expressabilidade universal. Isto se deve ao fato de que a expressabilidade, imanente ao Mundo, pressuposta em qualquer empreendimento teórico, só tem sentido se se compreende o mundo como algo que possui a sua instância de expressão que é demandada pela própria tese da expressabilidade, uma vez que ela exige ou implica uma instância de expressão. Em outras palavras, se o mundo é expressável, é expressável a partir de uma instância de expressão que é a própria linguagem. Portanto, nenhum abismo é afirmável aqui.

A partir da unidade entre ambas as dimensões, este filósofo elaborou uma nova tese, que onde tal unidade pressupõe uma outra dimensão mais originária e mais abrangente, que é a condição de possibilidade da unidade entre estas outras duas dimensões; esta meta-dimensão, é intitulada Ser, e por isso, constitui o momento mais elevado da filosofia sistemático-estrutural. Em vista de não a tratar de forma superficial, não será possível realizar maiores explanações neste presente trabalho⁷³. O que seria interessante de trazer aqui, é que segundo Manfredo

⁷⁰ PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus**: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J. -L. Marion. Tradutor: Nélcio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011. p. 149.

⁷¹ Ibidem.

⁷² PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 207.

⁷³ Sobre essa problemática, uma boa contextualização pode ser encontrada em: Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A metafísica do ser primordial**: L.B Puntel e o desafio de repensar a metafísica hoje. São Paulo: Edições Loyola, 2019. p. 282-299.

Oliveira, esta perspectiva seria uma reviravolta da reviravolta copernicana⁷⁴, em que a própria dimensão teórica se “revela então como sendo uma parte do universo, como parte do Ser em sua totalidade: a teoria também é, é ser, é parte do ser em seu todo, ela é uma forma de manifestação do ser”⁷⁵.

2.4 O papel desempenhado pelas estruturas fundamentais, e a importância das estruturas semânticas e ontológicas

Já foi abordada na subseção anterior a visão de que a “ideia central geral da filosofia sistemático-estrutural pode ser caracterizada da seguinte maneira: a formação da teoria filosófica consiste na elaboração do nexos entre a dimensão dos dados (no sentido aclarado) e a dimensão da(s) estrutura(s), em suma: a dimensão estrutural”⁷⁶. Por isso, a dimensão abordada foi central para todo o objetivo de *Estrutura e Ser*. A pergunta que ainda ocorre é a do *como* acontece essa relação ou unidade entre ambas as dimensões, ou seja, mais do que intuir uma unidade, é decisiva a explanação sobre o como esta é possível. Para a filosofia sistemático-estrutural isto ocorre a partir do detalhamento das *estruturas fundamentais*, de forma ainda principal, as estruturas semânticas e ontológicas.

Como já foi especificado ao serem introduzidas as estruturas fundamentais, o quadro estrutural abrangente é formado pelas estruturas formais e conteudísticas, sendo as formais, a lógica e a matemática, e as conteudísticas, a semântica e a ontologia. Para Puntel, porém, esta relação entre formal/conteudístico foi mal interpretada ao longo da história do pensamento filosófico, pois acentuou a dicotomia entre estas duas dimensões.

A principal assunção tradicional em conexão com essa diferenciação é a representação de um “hilemorfismo” abrangente e incontestável em todos os planos, inclusive no plano ontológico: uma “matéria” é entendida como algo que está na base e uma “forma” como aquele momento que “molda” esse algo que está na base, o qual é visto como algo sem forma. Quando se fala de “lógica formal” nessa perspectiva, o pressuposto é que se trata de uma “forma pura” dissociada de qualquer matéria, no sentido de que não está dado nenhum “conteúdo” que lhe corresponda. A partir daí se transformou, então, estruturas lógicas(sic) em “leis do pensamento”, “leis da argumentação etc. A diferenciação radical – e até a separação – entre a dimensão lógica e a ontológica tornou-se, desse modo, em um dogma fundamental, que muitas e

⁷⁴ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. – São Paulo: Paulus, 2014. p. 210.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J. -L. Marion**. Tradutor: Nélío Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011. p. 149.

muitas vezes dominou a filosofia e continua dominando-a também e em especial no presente.⁷⁷

Portanto, a ideia aqui não é compreender as estruturas formais como estas formas puras, que não possuem qualquer relação com a realidade na forma em que foi analisada por outros autores como Carnap⁷⁸. Apesar de manter esta terminologia e submeter-se ao risco de não ser bem entendido por conta das visões anteriores, o autor deixa muito bem claro que o seu pensamento não é desenvolvido a partir destas visões, e sim “como diferenciação entre o mais universal e o ‘concreto’, sendo que entre esses extremos há muitos níveis intermediários”⁷⁹. O que ele deseja expressar com esta afirmação é que as estruturas formais são mais universais, abrangentes e menos determinadas, enquanto as conteudísticas são mais concretas por tratar diretamente dos conteúdos que abarcam uma teoria filosófica. Portanto, uma fórmula sucinta para esta proposta é a de que “*tudo e cada coisa é estrutura*, ainda que não no mesmo nível”⁸⁰.

2.4.1 As estruturas formais (lógicas e matemáticas)

As estruturas formais, apesar de serem importantes para o pensamento do autor em questão, não possuem, para o objetivo deste trabalho, tanta relevância quanto as estruturas semânticas e ontológicas. Para tanto, estas não poderão ser aprofundadas com maior detalhe. De qualquer forma, estando dentro do campo das estruturas fundamentais e possuindo certa relação com as estruturas conteudísticas, é muito relevante ao menos uma introdução acerca do tema.

O primeiro aspecto a ser aclarado acerca destas dimensões é a de que, para a filosofia sistemático-estrutural, tais estruturas possuem um *status ontológico*⁸¹, o que implica afirmar que, apesar de ter um caráter mais universal e abrangente, elas *são algo* e podem ser teorizadas. Para o pensamento aqui proposto, além destas terem a possibilidade de teorização por possuírem um *status ontológico*, ainda são não *ab-solutas* (no sentido que já foi delimitado, estas estão em relação com as outras estruturas fundamentais).

⁷⁷ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 224-225.

⁷⁸ Este autor trabalhou em torno da tese de um primado sintático, em que a filosofia deveria tratar apenas de uma análise lógica das sentenças, não tendo nada a opinar acerca da realidade; este outro campo é objeto apenas da ciência. Carnap também foi um dos que trabalhou esta distinção entre “forma” e “conteúdo” que também é criticada por Puntel. Para um breve aprofundamento do tema, Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A metafísica do ser primordial**: L.B Puntel e o desafio de repensar a metafísica hoje. São Paulo: Edições Loyola, 2019. p. 43-58.

⁷⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 225.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem. p. 224.

Se estas estruturas são “algo”, ao que estas correspondem, afinal? Segundo o próprio autor, estas são a “‘camada’ mais geral, mais universal do universo irrestrito do discurso [...]”. Essa ‘camada’ é, por assim dizer, a dimensão de todas as interconexões, de todos os modos de configuração de tudo o que ocorre no universo irrestrito do discurso”⁸². Tendo esta tese ontológica, seria absurda a afirmação de que em Puntel estas estruturas lógico-matemáticas construiriam conexões apenas na mente⁸³. Estas estruturas interconectam as estruturas do próprio universo irrestrito do discurso, e por isso, as coisas se mostram inteligíveis e expressam algo.

A filosofia sistemático-estrutural também não anula o fato de que tanto a lógica como a matemática são disciplinas autônomas, apesar de que isto não implique a afirmação de que “a filosofia nada tenha a dizer sobre lógica e matemática”⁸⁴. Assim como estas disciplinas são autônomas, elas também são diferentes e não podem ser reduzidas uma à outra, como por exemplo afirma o logicismo. A proposta da filosofia sistemático-estrutural é a de unir ambas as disciplinas em uma *disciplina formal fundamental*, ou a *disciplina das estruturas formais fundamentais*⁸⁵ em vista de um mesmo objetivo. Isso não anula a diferença entre ambas. O intuito deste filósofo é além de compreender melhor esta dimensão, “esclarecer em que proporção e de que modo a teoria filosófica depende da lógica e da matemática ou pode e até deve recorrer à lógica e à matemática”⁸⁶.

Em sua obra *A filosofia como discurso sistemático*, o autor afirma que as grandes questões que envolvem estas estruturas seriam, i) do ponto de vista da formalidade delas, ii) quanto à questão da generalidade, e iii) sobre a inter-relação entre a formalidade e a generalidade.

Iniciando pela formalidade (i), o autor pontua que existe uma tendência de uma parte da filosofia em afirmar que estas estruturas não significam nada com conteúdo, e nem possuem qualquer conteúdo. Ou seja, estas estruturas não designam e nem expressam “algo”⁸⁷; Puntel critica tal visão. Para este filósofo, muitos autores não percebem a diferença entre sentença e *expressum* da sentença. “Estruturas lógicas/matemáticas formais são o *expressum* de sentenças lógicas/matemáticas. Todo *expressum* constitui um conteúdo *sui generis*; nesse caso,

⁸² PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus**, op. cit., p. 158.

⁸³ OLIVEIRA, Manfredo. **Metafísica estrutural enquanto teoria do Ser**, op. cit., p. 303.

⁸⁴ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 229.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ PUNTEL, Lorenz B. **A filosofia como discurso sistemático**, op. cit., p. 65.

trata-se de um conteúdo formal e não de um conteúdo 'concreto' (seja de que tipo for)"⁸⁸. Os conteúdos formais destas estruturas seriam, por exemplo, a negação, a conjunção, a equivalência, os conectivos e etc. Em outras palavras, o conteúdo destas estruturas não deve ser entendido com o conteúdo das estruturas conteudísticas que possuem um conteúdo mais determinado.

Em relação ao ii), que seria sobre a generalidade dessas estruturas, o que o autor pretende aqui é um caráter de ilimitação delas, "dado que essas estruturas formais não podem ser reduzidas a algo limitado – seja de que tipo for"⁸⁹. Estas estruturas são coextensivas com a realidade, visto que já foi elaborado acima que estas são a camada mais geral e abarcante do universo ilimitado do discurso. Neste sentido, estas podem ser caracterizadas como abstratas, no sentido de que são compreendidas "em conexão com a generalidade: sendo ilimitadas, as estruturas lógicas/matemáticas, quando tomadas como tais, abstraem de toda particularidade"⁹⁰. Isto, porém, não exclui a possibilidade de aplicação aos campos particulares, que é o que de fato ocorre.

Após estes dois aspectos, chega-se ao iii) que é justamente pensar que a filosofia sistemático-estrutural assume para si e une ambas as teses (a generalidade e a formalidade), principalmente no que diz respeito à referência destas (as estruturas lógicas/matemáticas) ao plano ontológico. Parece difícil de se assumir uma implicação ontológica quando se possui como pressuposto apenas a formalidade. Quanto à generalidade, esta parece ser melhor aceita e é sustentada por muitos teóricos, destacando-se Bertrand Russel e Quine⁹¹. O objetivo aqui é o de apontar justamente estas estruturas como os traços mais universais possíveis da realidade, ou "a dimensão mais universal da ontologia (e da teoria do Ser)"⁹². Abordando então estas problemáticas fundamentais trazidas pelo próprio autor, pode-se, enfim, abordar com mais clareza quais seriam as funções desempenhadas por estas estruturas.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Bertrand Russel afirma: "A lógica, eu afirmaria, não deve admitir unicórnios mais do que a zoologia pode admiti-los; pois a lógica diz respeito ao mundo real tão verdadeiramente quanto a zoologia, embora com suas características mais abstratas gerais."

Enquanto Quine: "A simplificação e a aclaração da teoria lógica, para a qual contribui uma notação canônica, não é só do tipo algorítmico, mas também do tipo conceitual. [...] A busca pelo padrão abrangente mais simples e mais claro possível da notação canônica e a busca pelas categorias de validade última - a busca por uma exposição dos traços mais universais possíveis da realidade - não podem ser diferenciadas. Não se deve objetar a isso que tais construções seriam coisa da convenção e não ditados da realidade – pois, não se poderia dizer o mesmo também da física? Todavia, é inerente à realidade que uma teoria física proporcione mais avanços do que outra – mas o mesmo vale também para notações canônicas" Cf. Ibidem. p. 65-66.

⁹² Ibidem. p.66.

Iniciando pelas estruturas matemáticas, Puntel afirma que o próprio *conceito de estrutura* é evidente a partir desta estrutura específica, a dizer, da própria matemática. A designação estruturalismo matemático possui como expoente Nicolas Bourbaki⁹³, tendo um método axiomático que possui este conceito de estrutura como seu cerne. Atualmente, existe um “consenso sobre a tese de que a matemática possui um ‘caráter estrutural’; porém, não há consenso sobre como ‘estrutura’ deve ser entendida exatamente e como deve ser definida em termos sistemáticos sua importância no todo da matemática”⁹⁴.

Na subseção 3.2.1.2 de *Estrutura e Ser*, Puntel propõe uma análise acerca desta questão da estrutura em Bourbaki, a partir da visão de Leo Corry que percebe que para aquele filósofo, o conceito de estrutura é “entendido como uma maneira de praticar a matemática”⁹⁵ de uma forma não formal. Para Corry, por sua vez, não analisar a diferenciação entre o significado não formal e o formal de estrutura pode dar origem a inúmeras confusões. Puntel, porém, realiza uma análise sua a partir tanto da compreensão das obras de Bourbaki, como da interpretação de Corry⁹⁶.

O que vem para o interesse do que se pretende expor acerca das estruturas são dois pontos comentados por Puntel acerca da obra de Bourbaki: primeiro é que as citações de Bourbaki (tanto acerca do conceito não formal, como o formal) de estrutura, corroboram com o conceito de estrutura proposto pela filosofia sistemático-estrutural⁹⁷. O segundo, por sua vez, é que o matemático se volta contra questões filosóficas em torno de natureza ou dos objetos (ou entes) ou problemas metafísicos relativos à essência da matemática. Para ele, de “acordo com este novo ponto de vista, as estruturas matemáticas são propriamente os únicos ‘objetos’ da matemática”⁹⁸. As estruturas matemáticas (para Bourbaki) não devem ser concebidas como “entidades” o que lhe nega um valor ontológico.

⁹³ Que é um pseudônimo para um determinado grupo de matemáticos franceses e norte-americanos. Cf. PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 232.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Para analisar em detalhes tal problemática, pode-se analisar a mesma subseção citada no início do parágrafo. Cf. Ibidem. p. 232-236.

⁹⁷ Citação da definição não formal do conceito de estrutura de Bourbaki: “É possível [...] deixar claro o que se deve entender, em termos gerais, por estrutura matemática. Comum aos vários tipos de representações designadas com essa denominação genérica é que elas podem ser aplicadas a conjuntos de elementos, cuja natureza não está fixada; para definir uma estrutura matemática, assume-se como dada(s) uma ou mais relações entre esses elementos (não definidos mais precisamente); [...] então se postula que uma relação dada (ou as relações dadas) satisfazem certas condições que são explicitamente fixadas e que constituem os axiomas da estrutura examinada. Propor a teoria axiomática de uma estrutura dada desse modo desemboca na dedução das conclusões lógicas a partir dos axiomas dessa estrutura, sem levar em consideração alguma outra hipótese sobre os elementos examinados ou sobre a natureza desses elementos” Cf. Ibidem. p. 233-234.

⁹⁸ Ibidem. p. 235.

Em resumo, o que as estruturas matemáticas tendem a levantar para a filosofia sistemático-estrutural é exatamente o conceito de estrutura, e é influenciada por Bourbaki nesta questão. Porém, o pensamento de Puntel opõe-se à visão de que tais estruturas não tenham um caráter ontológico. Sobre tal caráter, ainda será apresentado com maior especificidade (ao serem tratadas das estruturas ontológicas), como exatamente pode ser conferido este *status* também para estas estruturas formais.

As *estruturas lógicas*, por sua vez, apesar de também possuir um conceito de “estrutura” que também é relevante, segundo Puntel, não o é tanto quanto este mesmo conceito é para a matemática. O ponto central destas estruturas dentro do pensamento da filosofia sistemático-estrutural, então, é a questão da *sintaxe lógica*. O pensamento punteliano almeja trabalhar esta dimensão da sintaxe junto à questão semântica, visto que ao longo da tradição contemporânea estas duas dimensões são fundamentais para a questão da linguagem, seja na afirmação de uma relação entre ambas, ou no oposto desta tese. A forma como o autor realiza isso é pelo questionamento de: “como ficam as sentenças que formulam ou articulam ‘relações’ sintáticas? Essas sentenças não expressam nenhuma proposição? [...] acaso a sentença, mediante a qual é ‘articulada’, por exemplo, a estrutura lógica sintática *dedução* não possui *expressum*?”⁹⁹ O questionamento que resta, portanto, é se haveria diferença entre o “articulado” por essa sentença e a proposição expressa por ela.

A resposta encontrada para esta questão é de que o articulado por tal sentença é algo sintático, e essa também possui um “*expressum* sintático”, que também expressa uma “proposição sintática. As conclusões tidas aqui é que, primeiramente, esta diferenciação₂ entre ambas₂ precisa ser melhor aprofundada, e principalmente, ambas as dimensões não devem desvincular-se. A distinção mais importante que deve ser trabalhada, é justamente a de dois aspectos destas duas dimensões: o aspecto objetivo e o aspecto da formulação¹⁰⁰.

O primeiro aspecto seria quanto à análise objetiva que examina o que elas são em si mesmas, “sem levar em conta fatores como a formulação dessas dimensões e afins”¹⁰¹. No segundo aspecto, se tem o trabalho destas dimensões juntamente com a sua formulação/articulação (que não se tinha no primeiro aspecto). Para o pensamento deste autor o “sintático é a dimensão das interconexões lógicas de puros símbolos (linguísticos), ao passo que o semântico é a dimensão dos ‘valores’ atribuídos aos símbolos lógicos (portanto, dos

⁹⁹ Ibidem. p. 236.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 237.

¹⁰¹ Ibidem. p. 237.

valores semânticos)”¹⁰². É interessante pois esta visão também é bastante hegemônica no que diz respeito a esta distinção; Miller, por exemplo, afirma em sua obra introdutória à filosofia da linguagem que ao ser tratada a sintaxe de uma linguagem “lidamos somente com as propriedades puramente formais de suas expressões constituintes. Mas, naturalmente, em acréscimo a estas propriedades, as expressões podem também possuir propriedades semânticas: elas significam isso ou se referem àquilo”¹⁰³.

A tese a ser articulada a partir do segundo aspecto exposto acima, é que na medida em que o sintático é formulado, ele se mostra como uma espécie bem determinada da semântica, “pois, nesse caso, o sintático possui o status de um valor (justamente semântico!) que é atribuído à sentença que articula o sintático”¹⁰⁴. É interessante que a própria citação trazida por Miller anterior a esta de Puntel, já demonstra isso: uma determinada expressão, sendo bem articulada sintaticamente, acaba possuindo também propriedades semânticas. Uma expressão que não possui um sentido, seria absolutamente vazia. É a partir desta visão que Puntel continua afirmando que tal expressão bem determinada do semântico (a que envolve as sentenças sintáticas) constitui um *expressum* sintático e, desse modo, uma *proposição* sintática. Este filósofo resume muito bem o que deseja concluir com tais afirmações.

Pode-se dizer, então, neste ponto, que, em conformidade com o segundo aspecto, uma sentença (lógico-)sintática expressa uma *estrutura (lógico-)sintática*. Inversamente, das ponderações expostas acima com referência à relação entre o semântico e o sintático resulta que: na medida em que o semântico é ‘formulado’ ou ‘articulado’, ele se evidencia (também) como uma forma bem determinada do sintático, pois, nesse caso, o semântico (a proposição ou a estrutura expressa) está, por assim dizer, ‘incluída’ na dimensão do sintático, visto que a formulação *também* possui uma forma sintática.¹⁰⁵

O importante de ser compreendido até aqui (acerca da lógica) é que a sintaxe não pode ser compreendida na filosofia sistemático-estrutural como uma dimensão absoluta e independente, que não possui qualquer relação com a dimensão semântica. Para Puntel, a relação entre estas dimensões é fundamental.

À guisa de conclusão, o autor explana que existiram tentativas que buscaram dar à esfera da lógica uma compreensão mais elevada a partir da dimensão da “estruturalidade puramente formal”¹⁰⁶, e o autor cita como notável exemplo a teoria de A. Koslow, que faz tal

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ MILLER, Alexsander. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 20.

¹⁰⁴ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 237.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 241,

teoria abrangente a partir do conceito de estrutura de implicação ($I = \langle S, \Rightarrow \rangle$)¹⁰⁷. Para Puntel, é relevante o possível caráter ontológico que lhe é atribuído (onde a estrutura lógica também pode estruturar “coisas reais”¹⁰⁸). Koslow afirma também que estas estruturas podem ser “entidades objetivas”, sendo também “entidades formuladas ou articuladas”; em outras palavras, estas são *expressa* lógicos de sentenças lógicas, podendo ser também chamados de proposições lógicas, ou estruturas lógicas. Pode-se perceber que esta teoria pode ser, em alguns aspectos, interessante e compatível com a filosofia sistemático-estrutural, mas até certo ponto, pois esta não mostra como tais sentenças podem ser determinadas. Esta tarefa é bem resolvida por Puntel, ao formular uma teoria da verdade como determinação que ainda será apresentada mais adiante.

2.4.2 As estruturas semânticas e ontológicas

É fundamental a compreensão das estruturas formais (lógicas e matemáticas) que dizem respeito a uma estrutura mais universal e abrangente. Porém, o objeto das ciências e da filosofia não é apenas tal dimensão mais universal, e sim, aquilo que é chamado de “realidade”¹⁰⁹. O problema para tratar deste objeto específico, como já foi visto, precisa ser muito bem formulado tendo em vista os desafios trazidos pelo pensamento moderno, que implicam resquícios influentes até a contemporaneidade (como já foi apresentado em 1.3.1). Para Puntel, é necessário chegar à apreensão e articulação da dimensão concreta, e a resposta dada é “por meio da tematização de linguagem – e isto significa: por meio da elaboração das *estruturas semânticas* e, em seguida, das *estruturas ontológicas*”¹¹⁰, ou seja, tratando das estruturas conteudísticas. É a partir delas que se pode trabalhar com mais profundidade a relação entre as estruturas fundamentais e o universo irrestrito do discurso.

Isto ocorre porque tudo o que aparece (ou seja, a dimensão dos dados), aparece como “conteúdo conceitual”, sendo “articulado no meio da linguagem ou em conexão com a linguagem”¹¹¹. A questão da centralidade da linguagem e a sua importância como mediação entre os dois polos (sujeito/mundo) já foi abordada em outra subseção, mas o que vale de ser ressaltado aqui é que este conteúdo conceitual citado (a dimensão dos dados) não existe sem sua articulabilidade linguística. Portanto, “não se pode separar ‘conteúdos conceituais’ de sua

¹⁰⁷ Para maiores detalhes da análise de Puntel acerca da teoria de Koslow, cf. Ibidem. p. 239-243.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 241.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 225.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem. p. 226.

articulação linguística”¹¹². Isto não deve significar que tais conteúdos são equiparados a “entidades linguísticas”, visto que estes não são constelações puramente sintáticas de símbolos não interpretados. Puntel entende este conteúdo conceitual como *entidades não linguísticas dependentes da linguagem* (no sentido de linguisticamente articuláveis)¹¹³.

Segundo Manfredo Oliveira, esta visão da filosofia sistemático-estrutural, em certa medida, é comparável ao pensamento de Apel quando é pensada uma mudança radical na concepção de linguagem. Aqui, a linguagem não é mais compreendida como “um meio para exposição ou expressão de conteúdos conceituais que de algum modo ‘existem’ ou são ‘possuídos’ independente da linguagem”¹¹⁴. Esta forma da linguagem é muito semelhante à de uma “ferramenta” que era justamente a forma como a linguagem era articulada na antiguidade (sobretudo por Platão), que trouxe também influências para uma teoria instrumentalista da linguagem. Segundo o mesmo filósofo citado no início deste parágrafo, “a linguagem [para Platão] não é, pois, constitutiva da experiência humana do real, mas é um instrumento posterior, tendo uma função *designativa*”¹¹⁵.

A visão que Apel e Puntel apresentam é absolutamente diferente desta proposta designativa da linguagem; a linguagem agora “constitui *meio indispensável* da expressão ou exposição, uma vez que, se compreendidos *adequada e rigorosamente*, os assim chamados ‘conteúdos conceituais’ não existem sem sua articulação linguística”¹¹⁶. Apesar de ser comparável a visão de linguagem destes autores, a essencial diferença entre Apel e a filosofia sistemático-estrutural é justamente que este primeiro filósofo acaba levando a linguagem para a dimensão da intersubjetividade, situando-se na esfera da comunicação. O problema aqui é que esta acaba se mostrando uma nova forma de filosofia da subjetividade, visto que o decisivo são os atos dos sujeitos na ótica da primazia da dimensão pragmática. Por isso, a determinação da linguagem, para Apel, ocorre no plano pragmático, deixando que o vocabulário semântico seja absolvido por este outro plano. Diferente desta proposta, o pensamento punteliano visa a propor um *primado semântico* em sua filosofia.

Ora, mas o que seria, afinal, a dimensão semântica para o pensamento punteliano? Para este autor, a semântica é uma “‘estrutura funcional’, composta de uma função e de um

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. – São Paulo: Paulus, 2014. p. 218.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. Edições Loyola, 1997. p. 22.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Manfredo A. de, **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. , op. cit., p. 218.

conjunto de argumentos da função”¹¹⁷. Isto implica na afirmação que a estrutura semântica, sendo funcional, sempre aponta para algo além dela mesma; este algo, seria o plano ontológico. É por isto que até mesmo na filosofia da linguagem contemporânea, filósofos como Frege e Wittgenstein (do *Tractatus*), ao tratarem da dimensão semântica da linguagem, acabaram inevitavelmente tratando da relação da própria linguagem com o mundo. A semântica aponta para um ponto ontológico, e é esta a proposta que a filosofia sistemático-estrutural também assume de uma forma ainda mais rigorosa. Deste modo, Puntel resume tal tese.

As estruturas semânticas que constituem o plano semântico são, é certo, os *expressa* das sentenças teóricas; essa caracterização, porém, articula somente o lado de sua “proveniência”. Pois as estruturas semânticas possuem um outro lado absolutamente essencial: elas “intermedeiam” algo, apontam para além delas mesmas. Esse algo, esse para-além é o plano ontológico. A tese respectiva da filosofia sistemático-estrutural tem o seguinte teor: quando as estruturas semânticas (os *expressa* das sentenças teóricas, as proposições) são plenamente determinadas, elas se revelam idênticas ao plano ontológico. [...] Um axioma básico da semântica aqui visada pode ser formulado, num modo de expressão um tanto solto, da seguinte maneira: semântica e ontologia são os dois lados de uma e mesma coisa (medalha); dito de outro modo: entre ambas reina perfeita conformidade.¹¹⁸

Tal citação possui algumas notas que merecem especiais comentários, como por exemplo, a tese de que quando as estruturas semânticas são plenamente determinadas, estas se mostram *idênticas* ao plano ontológico. Esta talvez seja uma das teses centrais (senão a mais) da filosofia sistemático-estrutural, visto que esta atesta a própria quase-definição do seu pensamento. Uma proposição prima (que ainda será entendida no próximo capítulo) verdadeira é idêntica a um fato primo no mundo. Possivelmente estas afirmações apenas ficarão suficientemente claras ao leitor ao final dos próximos capítulos, pois ainda serão aprofundados os conceitos de proposição prima e fatos primos, além da própria verdade como determinação/identidade. Porém, torna-se importante a percepção de que para Puntel, existe uma estreita relação entre semântica e ontologia, de modo que são compreendidas como dois lados de uma mesma medalha; em outras palavras, é uma mesma “realidade” que se manifesta ontologicamente pelo fato primo e semanticamente pela proposição prima.

Para o autor aqui apresentado, a “articulação que aqui se tem em mente significa que as sentenças da linguagem ‘atingem’ real e literalmente as ‘coisas’, ‘alcançam’ as mesmas em sentido enfaticamente realista”¹¹⁹. Para Manfredo Oliveira, se linguagem e mundo fossem

¹¹⁷ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 244.

¹¹⁸ PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus**, op. Cit. p. 159.

¹¹⁹ Ibidem.

compreendidos como dimensões distintas e independentes uma da outra, como se explicaria então a relação entre elas? Como o próprio mundo é articulado pela linguagem?¹²⁰ Sendo esta tese negada, a referência da linguagem ao real, seria uma espécie de milagre ininteligível¹²¹, o que é absurdo para o nível de compreensão que já foi alcançado: existe uma estreita relação da linguagem com o real e essa é explicada por meio das estruturas semânticas e ontológicas.

Portanto, “linguagem é sempre linguagem de algo (mundo), e o mundo é sempre o mundo que se expressa na linguagem de modo que uma semântica plenamente determinada é uma ontologia. Está em jogo aqui a inteligibilidade do mundo: trata-se de conceber e articular o mundo”¹²². É fundamental, então, que na filosofia sistemático-estrutural a semântica possua um importante primado, que ainda será melhor determinado a partir do próximo capítulo. A problemática que se insere agora é: se semântica e ontologia são dois lados de uma mesma medalha, e, portanto, implicam-se mutuamente, como se deu tal relação no pensamento filosófico anterior? Tal relação deu-se de forma satisfatória? Sendo problemática, quais seriam os pressupostos, e como seria a formulação de uma nova semântica e uma nova ontologia que sejam satisfatórias? Estes será o plano de fundo do capítulo que se sucede.

¹²⁰ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 222-223.

¹²¹ PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus**, op. Cit. p. 159.

¹²² OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 222.

3 A FORMULAÇÃO DA NOVA SEMÂNTICA E DA NOVA ONTOLOGIA APRESENTADA PELA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL

Tendo apresentado, em linhas gerais, componentes imprescindíveis do quadro referencial teórico da filosofia punteliana, enfim será trabalhado o “coração” do presente trabalho, a dizer, a problematização em torno da semântica e da ontologia formulada na filosofia sistemático-estrutural. O mais fundamental que deve ser retomado aqui é a profunda unidade entre ambas as dimensões, que fora brevemente apresentada no fim do capítulo precedente, implicando que qualquer formulação de uma nova ontologia, sem a elaboração de uma semântica que a sustente, acaba sendo incoerente; ambas são duas faces de uma mesma medalha.

Para tanto, o primeiro aspecto a ser trabalhado aqui será uma visão geral de como a ontologia da substância foi formulada, sabendo que esta é sem dúvidas a proposta ontológica mais debatida na história da filosofia, por ter surgido na antiguidade, e ainda hoje continua com a sua influência mesmo utilizando outros termos, como é o caso de objeto. Teoricamente constitui a posição básica até em posições que hoje se situam na pragmática como é o caso de Habermas, que diz que para falarmos e agirmos no mundo temos que postular um mundo composto de objetos, propriedades e relações. Trata-se aqui da ontologia da substância rearticulada a partir da categoria de objeto. Junto à uma breve explanação acerca desta em suas mais famosas versões, será mostrada a semântica que está por trás dela, além das críticas que esta ontologia sofreu de maior relevância, incluindo, a crítica do próprio Puntel.

Será mostrada, em seguida, uma das propostas alternativas à substância: a ontologia dos tropos, juntamente com as críticas que esta mesma possui. Isto tudo, para enfim apresentar a proposta da filosofia sistemático-estrutural em resolver todas estas questões, a partir da sua *ontologia dos fatos primos*, e da *semântica contextual* implicada a ela. Por fim, serão mostradas algumas problematizações em torno da proposta punteliana dentro do debate ontológico contemporâneo.

3.1 A ONTOLOGIA SUBSTANCIALISTA E AS CRÍTICAS SEMÂNTICO-ONTOLÓGICAS QUE PERPASSAM O SEU EMPREENDIMENTO

Esta primeira ontologia que será tratada aqui e recebe duras críticas de Puntel, possui uma tradição milenar na história da filosofia, remetendo a Aristóteles e a sua *filosofia primeira* que tinha como objetivo tratar de tudo o que era comum a todos os entes; ou nas

palavras como esta ficou conhecida, na teoria que trata do ente enquanto ente¹²³. Em linhas gerais, a substância foi tematizada a partir da tentativa de discorrer acerca das próprias *coisas individuais* do mundo. Nela (na substância) inerem “várias propriedades e atributos, enquanto ela mesmo não inere e não é, nem pode ser, propriedade de qualquer outra coisa”¹²⁴. É o exemplo da diferença entre Sócrates e vermelho; o primeiro é uma substância no qual são ineridos vários atributos, enquanto o segundo, é um atributo que inere a algumas substâncias. Em suma, a substância (Sócrates) não é atributo de nada, enquanto o atributo (vermelho), mesmo que também possa ter propriedades (ser uma cor, ser bonito) e relações (ser mais próximo do laranja do que do azul etc.), pode ser atributo de outras coisas, e, portanto, não é substância.

Nos livros Z e H da *Metafísica*, Aristóteles também formulou a substância a partir do hilemorfismo¹²⁵, em que a substância aparece como uma unidade entre matéria e forma, sendo a *forma* entendida como a substância dita de forma mais plena¹²⁶, precedendo a matéria e o composto. Porém, foi a noção de *substrato* que se tornou mais estável e teve maior influência ao longo do pensamento filosófico, junto à ideia de substância imaterial que se torna central para falar de Deus no pensamento medieval e de alma humana na modernidade

Um aspecto que já é importante de ser citado aqui é a semântica que é implicada por meio da ontologia da substância, isto, porque já foi enfatizado no capítulo precedente acerca da mútua implicação entre ambas as dimensões (semântica e ontologia), sendo percebidas como dois lados de uma mesma medalha. A semântica que é implicada pela ontologia tratada aqui é a *semântica composicional*, e é expressa principalmente como: “O significado (ou o valor semântico) da sentença é uma função dos significados (ou dos valores semânticos) de seus

¹²³ “Em qualquer gênero de coisas, quem possui o conhecimento mais elevado deve ser capaz de dizer quais são os princípios mais seguros do objeto sobre o qual investiga; por consequência, quem possui o conhecimento dos seres enquanto seres [ente enquanto ente] deve poder dizer quais são os princípios mais seguros de todos os seres. Este é o filósofo.” In: **Metafísica** IV, 3, 1005b, 5-10.

¹²⁴ IMAGUIRE, Guido. **A substância e suas alternativas**: feixes e tropos. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), *Metafísica Contemporânea*. Editora Vozes, 2007. p. 273.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Segundo Reale, Aristóteles quando trata do hilemorfismo, afirma que a substância possui, em geral, cinco características: 1) não inere a outro e não se predica de outro; 2) subsiste por si ou separadamente do resto; 3) é algo determinado; 4) deve ser algo intrinsecamente unitário; e 5) é ato ou está em ato (ato ou atualidade). Após longa problematização, chega-se à conclusão de que entre a matéria, a forma e o *sínolo* (a junção entre matéria e forma), a forma mais plena da substância é a forma.

“O ser no seu sentido mais forte é a substância; e a substância num sentido (impróprio) é matéria, num segundo sentido (mais próprio) é o sínolo, e num terceiro sentido (e por excelência) é a forma: ser é, pois, a matéria; ser em grau mais elevado, é o sínolo; e ser é, no sentido mais forte, a forma. Assim compreende-se por que Aristóteles chamou a forma até mesmo de “causa primeira do ser”, justamente enquanto informa a matéria e funda o sínolo.” Cf. REALE, G. **Aristóteles**. Coleção: História da Filosofia Grega e Romana Vol. IV. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1994. p. 50.

componentes subsentenciais”¹²⁷. Isso significa que o valor semântico de uma sentença apenas é entendido a partir da compreensão de suas partes, a saber, o sujeito, o predicado e os vários termos que demonstram a relação entre estes dois (verbos, pronomes e etc.). No caso da sentença “Sócrates é mortal”, nesta semântica, é preciso primeiramente saber o sujeito denotado por “Sócrates”, e o que significa ser mortal, para daí entender a relação que o verbo “ser” completa na frase.

Ora, não precisa de muito esforço para perceber como esta semântica está absolutamente implicada pela ontologia da substância; esta ontologia aponta um substrato (X) que está relacionado à vários predicados/atributos. O sujeito (substrato) vai sendo compreendido a partir dos predicados que são dados na sentença. Nesta semântica, falar apenas “Pedro” seria quase sem sentido; normalmente seria questionado “qual Pedro?”, “o que tem o Pedro?”, isso porque as propriedades e relações são indispensáveis para que “Pedro” ganhe um sentido pleno (estritamente falando). Pedro não tem qualquer sentido sem os predicados, do mesmo modo que o substrato é para a ontologia substancialista. Portanto, semântica e ontologia são dois lados de uma mesma medalha, e a ontologia substancialista implica a semântica composicional (e vice e versa) que elabora frases do tipo sujeito-predicado. Se esta semântica e a ontologia por ela implicada são aceitáveis, isto será melhor debatido no decorrer do trabalho.

Portanto, nessa primeira seção deste capítulo, serão tratadas problematizações em torno de tal ontologia a partir das suas versões mais comuns, a saber, o substrato, o particular concreto e o conceito de independência ontológica. Além disso, serão apresentadas as críticas contemporâneas a este modelo, expondo também a própria crítica do filósofo trabalhado nesta dissertação tanto a esta ontologia, como à semântica que é implicada a ela.

3.1.1 A concepção da substância como substrato

Anteriormente, na introdução a toda esta seção, foi mostrado que a ontologia da substância foi desenvolvida ao longo da história do pensamento filosófico predominantemente de três formas: a partir da noção de substrato, do particular concreto, e da independência ontológica. Nas próximas subseções serão tratadas, portanto, de uma análise maior destas três formulações juntamente à crítica dessas, começando pela primeira.

¹²⁷ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 247.

A noção de substrato apesar de ser formulada desde Aristóteles, é a concepção na qual a ontologia substancialista foi desenvolvida no período medieval¹²⁸, e que na contemporaneidade é a mais problematizada. Nesta concepção, a substância é compreendida como “portador último” de todas as propriedades e relações que são atribuídas ao ente. Trata-se de uma “entidade que subjaz a todas as predicções de atributos”¹²⁹. De tal modo, é pressuposto para o conhecimento da substância (enquanto substrato), o conhecimento das outras categorias, sendo captada apenas quando se atribui algo a ela, visto que este substrato, em si mesmo, é destituído de qualquer determinidade¹³⁰.

Para Lotz, a palavra substância significa abstratamente o próprio subjazer e concretamente aquilo que subjaz aos fenômenos e acidentes, ou seja, o substrato. Esta, portanto, “pode subjazer aos acidentes e sustentá-los porque ela mesma é em si mesma (“inseidade”) e por si mesma (“perseidade” [...]), depende de si mesma”.¹³¹ Portanto, a essência da substância é o ser-em-si, sendo em si mesma, e não em outro. Apesar, porém, de subjazer em si mesma, o substrato está em relação com as propriedades e atributos que lhe são atribuídos, e se torna inteligível a partir destes. Em resumo, portanto, a substância enquanto substrato é uma entidade distinta de outras que “nela subsistem ou inerem (os atributos), ou seja, propriedades ou relações que são predicáveis ou exemplificáveis por algo”¹³². Predicar algo consiste, então, em atribuir algo ao substrato, de modo que o indivíduo é uma realidade composta por ambos. O substrato é então um “‘particular puro’, isto é, desprovido de atributos, uma espécie de ‘recipiente’, onde as propriedades estão agrupadas, um sujeito potencial de predicções”¹³³.

Os acidentes, por sua vez, possuem uma relação de inerência com o substrato e dependem essencialmente dele. Por isso, possuem uma determinação ulterior, enquanto a substância tem uma determinação primeira e independente, em que a sua única determinação é ser substrato de atributos. Estes são “incapazes de existir à parte de outro ente, uma vez que são desprovidos de um ser próprio e que não possuem outro que o do sujeito em que residem”¹³⁴. Manoel Oliveira, realiza uma boa síntese desta relação se utilizando do pensamento de Lotz.

Lotz fala de um “princípio da substância”: se existe algo, existe substância, pois, se todas as realidades fossem acidente, não poderiam ao mesmo tempo ser sem substância e, no entanto, seriam sem substância uma vez que só

¹²⁸ OLIVEIRA, Manoel A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 44.

¹²⁹ Ibidem. p. 45.

¹³⁰ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 252.

¹³¹ OLIVEIRA, Manoel A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 47.

¹³² Ibidem. p. 48.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem. p. 49.

existiriam acidentes, o que é uma contradição. Assim, os entes do mundo são substâncias e diferem no modo como o são, de tal modo que se deve falar aqui de analogia entre os diferentes tipos de substância que culminam no ser humano como ser pessoal dotado de inteligência e liberdade.¹³⁵

Tendo sido compreendido, de forma geral, este conceito do substrato, vale a pena ressaltar a crítica de Denkel sobre esta noção. Para este filósofo, as funções do substrato podem ser resumidas em duas: “1) garantir o estar junto das qualidades para formar um objeto concreto. 2) individuar o objeto assim constituído”¹³⁶. Em outras palavras, pode ser entendido como um princípio de individuação em que, sendo participado por *a* e *b* implica que estes são idênticos, e a sua não participação determina a sua distinção. Por isso, a participação do substrato é também condição necessária para a identidade de um objeto. A grande questão levantada por Denkel é: logicamente, seria o substrato um princípio adequado para a individuação? Além disso, o que seria então a indiscernibilidade, seu principal concorrente? Isso, pois, logicamente, não pode haver diferentes princípios de individuação (que não o próprio substrato), não podendo o substrato cooperar com outros princípios, se ele já completa esta função. É então que este filósofo busca tratar de problemas que revelam a inaceitabilidade deste conceito.

Ora, se apenas pode haver um único princípio de individuação, e este princípio é o substrato, então seria possível *a* e *b* terem os mesmos substratos, mas propriedades absolutamente distintas, e mesmo assim serem idênticos. Em tal caso, “a hipótese do substrato admite objetos com propriedades contraditórias, o que constitui uma consequência absurda intolerável”¹³⁷. Torna-se contraditório afirmar o substrato como um princípio de individuação.

Uma das formas de resolver este problema seria a de incorporar a indiscernibilidade como um princípio de individuação junto ao substrato. Isto, porém, excluiria a autossuficiência da noção de substrato, a sua noção de particular puro e a visão de ser apenas um portador de qualidades. Esta visão é absurda para a própria noção de substrato, visto que um núcleo com propriedades próprias é contrário a tudo o que foi alicerçado pela tradição. Além disso, chega-se a uma conclusão ainda mais dura: o substrato parece ser insignificante para a constituição de um objeto, visto que mesmo que dois objetos compartilhem do mesmo, ainda assim não seriam idênticos; precisariam de um outro princípio: a indiscernibilidade. Em outras palavras, o substrato perde a sua função de ser um princípio de identidade. Mesmo que se escolha pela opção de um substrato que tenha a propriedade da indiscernibilidade, fica ainda outro

¹³⁵ Ibidem. p. 50.

¹³⁶ Ibidem. p. 51.

¹³⁷ Ibidem. p. 52.

questionamento: “que é o substrato que mantém juntas suas próprias propriedades? Desembocamos aqui num regresso ao infinito”¹³⁸.

Outra alternativa que pode ser buscada é a de que as próprias propriedades consigam ser incompatíveis uma com a outra, sendo que um “princípio básico de existência é que nenhum objeto possui propriedades determinadas diferentes aliadas sob o mesmo determinável”¹³⁹. De tal modo, se *a* e *b* possuem algumas dessas propriedades, então este princípio funcionaria como uma “lei da incompatibilidade” bloqueando a identidade de ambos. Desta forma, “desde que o substrato seja pretensamente suficiente para a identidade de *a* e *b*, a lei tem o efeito de impedir *a* e *b* de partilhar o mesmo substrato”¹⁴⁰. Isto implica afirmar que não é o substrato, mas é a própria lei que não permite a realização do substrato, sendo *a* e *b* indiscerníveis; é a indiscernibilidade de *a* e *b* que se tornou condição necessária para um substrato comum. Portanto, Oliveira conclui:

Para Denkel, toda a argumentação dessa posição pode ser considerada uma explanação de como a existência pode ser preservada de ir logicamente à loucura, a despeito de um princípio deficiente de individuação. No entanto, isso não consegue mostrar que o substrato, como princípio de individuação, seja imune ao absurdo. Mesmo nessa posição, o substrato nos leva a objetos impossíveis. Então, levadas em consideração as desvantagens dessa noção, o melhor é submetê-la à navalha de Ockham.¹⁴¹

No final desta seção, serão apresentadas ainda a crítica de Puntel à toda a ontologia substancialista e, conseqüentemente, a esta noção de substrato.

3.1.2 A noção de substância como particular concreto, a partir da teoria dos feixes

Tendo sido explanado acerca da noção de substrato, que foi amplamente conhecida na história da filosofia, sendo a versão mais difundida da ontologia substancialista, existe ainda a visão do particular concreto. Para tal, Oliveira realiza a sua análise a partir da leitura de M. Loux desta noção de substância, sendo esta a leitura a que será exposta aqui. O importante, porém, a ser ressaltado aqui é que a própria noção de substrato já pode ser considerado uma versão de particular concreto. O que seria afinal este particular? Para os não-filósofos, seria aquilo que é amplamente conhecido “coisa”, enquadrando-se pessoas, plantas, objetos, animais etc. A “coisa” normalmente possui características básicas: “não podem ser exemplificadas;

¹³⁸ Ibidem. p. 53.

¹³⁹ Ibidem. p. 53-54.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 54.

¹⁴¹ Ibidem. p. 54.

possuem traços temporalmente marcados; são contingentes; cada uma ocupa justamente uma região singular do espaço”¹⁴². Além disso, estão sujeitas a mudanças dentro do tempo, podendo até ter atributos não apenas diferentes, mas também incompatíveis, como é o caso de ter cabelo, e trinta anos depois se tornar careca; é contraditório um indivíduo ter ambas as propriedades no mesmo período, mas não quando se tem uma mudança temporal. Como já foi analisado, foi o estudo desta “coisa” que iniciou o estudo da ontologia por Aristóteles.

A questão filosófica colocada em debate aqui, é a de que estas “coisas” são compostas, na realidade, por elementos ontológicos mais basilares. O próprio substrato já apresenta a noção de que este particular concreto seja compreendido de uma forma *duo-categorical*, isto porque, nesta teoria, existem duas entidades distintas: o próprio substrato e a “propriedade”, que “é um universal que pode ser multiplamente instanciado em diferentes objetos espacialmente descontínuos”¹⁴³. O nível ontológico de ambos é diferente e, por isso, na teoria do substrato entende-se o particular concreto como uma entidade complexa, devido à grande variedade de propriedades ligadas ao determinado substrato. A subseção anterior, porém, já fez uma apresentação da teoria do substrato e de sua problematização e, por isso, não será feita uma nova explanação sobre este tema¹⁴⁴. Portanto, nesta subseção será abordada a problemática em torno de um quadro teórico alternativo: *o da teoria dos feixes*

Segundo Loux, esta teoria surgiu de certo modo desde Aristóteles e os medievais, porém apenas na modernidade foi sistematizada. Primeiro, foi pensada a partir das críticas à noção de substrato do programa ontológico empirista (sobretudo de Berkeley e Hume) e, depois, assumida por teóricos como Russell, Ayer, Williams e outros. Para os empiristas que iniciaram a sistematização desta teoria, os particulares concretos precisam ser objetos de uma experiência direta ou imediata¹⁴⁵. O substrato, por sua vez, não cumpre tal critério, mas apenas as propriedades; afirmar a tese de um substrato, por isso, é absolutamente sem sentido algum.

Portanto, os particulares concretos são limitados unicamente aos atributos que são associados empiricamente a eles; o particular é um *feixe*, ou seja, “uma coleção de atributos empiricamente manifestos que o senso comum associa a ele”¹⁴⁶. Se forem retirados todos os

¹⁴² Ibidem. p. 55.

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Loux, por sua vez, apresenta duas críticas que não foram mostradas anteriormente à teoria do substrato: a primeira delas diz respeito ao princípio metodológico fundamental do empirismo (que é apresentado no próximo parágrafo), e a segunda é a de Sellars que aponta a teoria do substrato como contraditória. Isto é: os substratos (as coisas que possuem atributos) são puros (ou seja, sem atributos); isto se mostra obviamente como absurdo. Os teóricos do substrato se defendem ao afirmar que o substrato é *em si mesmo puro*, ou seja, ele é independente dos atributos que possui, fazendo com que esses não pertençam à sua essência. Cf. Ibidem. p. 58.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 59.

¹⁴⁶ Ibidem.

atributos de uma determinada substância, então, sobrarão nada; não haveria qualquer tipo de substrato. Sócrates, por isso, não é um suporte para todos os seus atributos, e sim a totalidade de todos eles. Se forem retirados todos os atributos de Sócrates (mortalidade, humanidade, ser grego, a sua sabedoria, forma, peso etc.) o próprio não existiria.

Segundo Imaguire, esta teoria parece ser motivada pela noção de identidade apontada por Leibniz, em que “A e B são idênticos se eles têm todas as propriedades em comum”¹⁴⁷. Portanto, se “o que determina a identidade de uma entidade é a totalidade das propriedades, então a entidade pode ser identificada com esta totalidade”¹⁴⁸. É por isso que esta teoria tem um fundamento epistêmico forte, visto que se a substância pode ser conhecida apenas através de suas propriedades (o que também é afirmado pelos teóricos do substrato), então não faz qualquer sentido afirmar “algo” que seja independente dessas propriedades. Em outras palavras, tudo o que existe são propriedades, e estas juntam-se a formação de feixes que seriam justamente uma coleção destas propriedades, o que implica na afirmação que aqui não se tem uma ontologia duo-categorial como é o caso da versão do substrato, e sim uma ontologia *mono-categorial*.

Existe, porém, algumas questões fundamentais que precisam ser muito bem resolvidas por esta teoria, e são bem sintetizadas por Imaguire.

Em primeiro lugar, não se pode admitir que qualquer conjunto de propriedades constituam um indivíduo: o conjunto {elefante, azul, metálico}, por exemplo, não constitui um indivíduo. Isso se deve tanto ao fato contingente de que não existem elefantes azuis metálicos, bem como ao fato de que se houvesse tal elefante, ele não seria somente composto por (e assim idêntico a) estas três propriedades. Um indivíduo precisa ser um conjunto maximamente determinado: para todas as propriedades atribuíveis a este indivíduo deve ser determinado se ele a possui ou não, *tertium non datur*. E se Dumbo fosse de fato tal elefante azul metálico, como sabemos que “ser ímpar” não é um predicado atribuível a ele? Por outro lado, mesmo um conjunto maximamente determinado predicativamente não constitui necessariamente um indivíduo, como seria um indivíduo num mundo possível particular de Leibniz. Ou tomem-se todos os brasileiros vivos atualmente, e se agrupem (maximamente) todas as propriedades compatíveis abstraídas de cada um deles, formando uma espécie de indivíduo padrão: seria isso um indivíduo?¹⁴⁹

O importante de ser compreendido aqui é justamente o problema da relação entre os vários atributos, e como alguns deles (e não outros) formam um determinado indivíduo. O que é capaz de unir determinados tipos de atributos para a formação de um particular concreto?

¹⁴⁷ IMAGUIRE, Guido. **A substância e suas alternativas**: feixes e tropos. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), *Metafísica Contemporânea*. Editora Vozes, 2007. p. 283.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem. p. 284.

Os teóricos do substrato respondem esta pergunta por meio dele próprio, que é um portador que garante a unidade e a identidade entre as várias propriedades. Para responder tal pergunta, surgiu a noção de *copresença* ou *co-instanciação*¹⁵⁰. Em linhas gerais, apenas predicados copresentes são capazes de formar um indivíduo. É por isso que bípede e racional, por exemplo, são predicados que juntos (com ainda muitos outros predicados) formam o indivíduo humano, e jamais uma girafa.

A teoria dos feixes apesar de ter sido uma alternativa que buscou ser mais coerente que a teoria do substrato, acabou tendo também os seus próprios problemas internos apontados pelas críticas dos mais diversos autores. Loux divide a crítica a esta teoria entre duas principais: 1) a crítica do discurso sujeito-predicado (que poderia ser vista como uma crítica semântica) e 2) a crítica a partir da tese da identidade dos indiscerníveis.

1) Analisando a primeira (que seria a semântica), é fundamental a percepção de que o princípio semântico que é implicado pela ontologia substancialista é a semântica composicional, que elabora sentenças na estrutura de “sujeito-predicado”. Se ela não busca uma semântica alternativa, ela precisará buscar adequar-se a tal semântica composicional. O questionamento feito aqui, porém, é o onde está o “sujeito” *no* qual os atributos estão inseridos. Como já foi visto anteriormente, o sujeito é absolutamente vazio. Para tanto, dois questionamentos são enfatizados nesta problemática: “que é a coisa prévia a que em cada caso relacionamos um atributo? Que tipo de relação ocorre entre os dois?”¹⁵¹ A resposta dada é que não existe essa prévia; o feixe é um todo no qual cada atributo o constitui, enquanto copresente a todos os outros. Portanto, o teórico do substrato provoca a afirmação de que, não existindo sujeito, na teoria dos feixes será sempre necessário falar dos atributos ao se referir a uma determinada substância, e por isso, suas sentenças não são informativas. É como se ao invés de se falar “Sócrates”, seria sempre necessário falar “mortal, grego, filósofo, esposo da Xantipa etc.”, o que é absurdo.

Apesar de um intenso debate que ainda se poderia ter entre teóricos do substrato e dos feixes, se chega à conclusão da necessidade de um sujeito para resolver tal questão semântica. Porém, o teórico dos feixes ainda poderia acusar os opositores de caírem em semelhante problema: se o substrato é algo puro, como é possível que estes sejam capazes de

¹⁵⁰ Esses foram os nomes mais comuns, mas, para Loux, segundo Manfredo Oliveira, outros nomes foram dados, como colocação, combinação, consubstanciação e coatualidade. “Trata-se de uma relação ontologicamente primitiva e não analisável, mas é pensada informalmente como a relação de “ocorrência junto”, de “ser presente junto”, e é sempre construída como uma relação, cujos atributos são contingentes.” Cf. OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 59.

¹⁵¹ Ibidem. p. 60.

serem o princípio que distingue os objetos de outros? Portanto, ambos possuem problemas semelhantes no que diz respeito a esta temática.

Ainda dentro desta questão semântica, a teoria dos feixes recebe uma crítica ainda mais incisiva: cada propriedade é essencial àquele feixe, de modo que ele não seria o que ele é, sem uma de suas propriedades. Isso é grave (para um adepto do substrato) visto que anula a contingência dos particulares concretos. É nesse sentido que Loux denomina a teoria dos feixes de ultraessencialista. Para ele, é justamente aqui a diferença fundamental entre ambas as teorias; no substrato, “toda pretensão verdadeira do discurso sujeito-predicado indica algo contingente ao substrato, um atributo que é externo ao substrato, enquanto que na teoria dos feixes se tratam sempre de propriedades necessárias”¹⁵². Como ficaria a questão da mudança nesta versão?

2) Quanto à segunda crítica (feita a partir da teoria da identidade dos indiscerníveis), torna-se evidente que para que aconteça uma coerência da teoria dos feixes, é estritamente fundamental que o princípio¹⁵³ seja também verdadeiro, visto ser uma questão também de identidade. O grande problema aqui é que tal princípio também levanta grandes problemas para a teoria dos feixes justamente por esta reconhecer que existem apenas atributos. Como estes teóricos afirmariam a indiscernibilidade de um objeto que em comparação com o outro, seja idêntico em todas as suas propriedades? O teórico do substrato diria facilmente que o substrato é a aquilo que seria o princípio de identidade da substância (apesar das várias críticas que já foram abordadas nas subseções precedentes).

Poderia ser dada uma saída para a resolução deste problema: seria possível pensar em duas bolas que seriam denominadas Sam e Pedro, que possuem propriedades idênticas¹⁵⁴. Porém, cada uma destas possui uma propriedade que a outra não têm; Sam têm a propriedade de ser idêntica a Pedro (que Pedro não possui) e vice-versa. Portanto, elas não seriam qualitativamente indiscerníveis de forma plena. O grande problema, porém, é que como já foi apontado na crítica anterior, a teoria dos feixes não possui uma noção de particular concreto que precede os atributos, sendo absolutamente determinado pelas suas propriedades. Portanto, “Sam” e “Pedro” não “existem” (apenas existem a partir das suas propriedades, como já foi visto na crítica anterior) e então, este argumento não poderia salvar o teórico dos feixes de cair no absurdo. É exatamente aquilo que é apontado por Manfredo Oliveira, expondo a posição de Loux.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Cf. 2.1.1 deste presente trabalho para os pormenores deste ponto.

¹⁵⁴ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 63.

No entanto, o argumento [apresentado acima] não procede porque o teórico dos feixes defende que o conceito de particular concreto é um conceito derivado a partir de entidades mais básicas [as propriedades]. Nenhuma das entidades que ele constrói como constituinte do concreto particular pode já pressupor a noção de concreto particular. Ora, os exemplos dados (ser idêntico a Sam e ser idêntico a Pedro) já pressupõem o concreto particular, e por essa razão o teórico dos feixes está impossibilitado de apelar a eles para elaborar uma concepção da estrutura ontológica dos concretos particulares. Por pressupor o concreto particular, eles são propriedades impuras, e para os teóricos dos substratos, esses podem ser qualitativamente indiscerníveis em suas propriedades puras.¹⁵⁵

Portanto, é absolutamente incoerente para o teórico dos feixes contar com o princípio de identidade dos indiscerníveis, o que leva esta teoria a uma grande contradição da forma que é formulada aqui. Ainda posteriormente será analisado que a ontologia defendida no presente trabalho, apesar de ter como base uma certa versão da teoria dos feixes, busca superar estas aporias. Vale ressaltar, por fim, que além destas teorias que são tipos de particulares concretos (teoria do substrato e teoria dos feixes), Loux tentou desenvolver outra teoria alternativa para a ontologia substancialista, que tendo em vista não deixar o trabalho mais extenso não poderá ser explanada aqui¹⁵⁶.

3.1.3 A noção de substância a partir da independência ontológica

Logo no início desta seção (na subseção 2.1.1) foi abordada brevemente a ideia de independência ontológica que é própria da substância. Alguns autores, por sua vez, levaram esta tese a reformulações ainda mais abrangentes, o que é o caso de Espinosa. Para este autor, a substância é aquilo que “existe em si e é concebido por si, isto é, aquilo cujo conceito não carece do conceito de outra coisa pelo qual deva ser formado”¹⁵⁷. É por isso que a substância não depende de nada além dela mesma, ou externo a ela mesma para ser. Portanto, é absolutamente livre e firmada unicamente na necessidade de sua essência, e é determinada por ela mesma. Substância é essencialmente poder; poder de autoafirmação e poder enquanto “força substantiva na constituição e conservação do ser, afirmação de si mesmo, atualidade produtiva necessária”¹⁵⁸.

Para este autor a substância é Deus, e Ele é a potência única infinita de existência e ação, estando implicado na potência das essências finitas. Em última instância, para Espinosa

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ Para mais detalhes, Cf. Ibidem. p. 63-67.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 67.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 68.

a existência de um número múltiplo de substâncias é logicamente incompatível, visto que seria necessária a ideia de um princípio fundamental que seria exterior a ela mesma, que abrangesse o todo das substâncias, e, por isso, esta não seria independente, e nem um princípio em si mesma, o que seria contrassenso para a sua própria definição. Sendo assim, a substância é única, e causa de si mesma. As coisas existentes no mundo, portanto, não são criadas de modo externo a Deus, e sim causadas por Ele dentro de si mesmo. Nada está fora da substância, pois apenas ela existe, de modo que Deus não seria uma causa transcendente, e sim imanente. Em resumo, “o ato pelo qual Deus se produz é o ato pelo qual ele produz a totalidade da Natureza. A causa de si é imanente. Fica abolida a ideia de criação”¹⁵⁹. Trata-se aqui de uma autocausalidade, ou como ficou amplamente conhecida a partir do pensamento espinosano, a substância é *Causa Sui*.

Para Espinosa, as coisas existentes no mundo são atributos, modos e afecções da substância, fazendo parte da essência desta. Vale enfatizar que fazendo parte da essência, em hipótese alguma é entendida como algo externo a ela. Sobre os *atributos*, estes são infinitos desde que a substância é absoluta. Porém, devido à limitação da inteligência humana, o indivíduo é capaz de conhecer apenas dois destes: o pensamento e a extensão. Estes atributos exprimem a substância de um ponto de vista qualitativo (e não quantitativo)¹⁶⁰. Vale ressaltar que o intelecto humano apenas “capta” toda a realidade, mas em hipótese alguma é definido como uma constituição própria do atributo “pensamento”, por exemplo¹⁶¹. O intelecto apenas *conhece* e não constitui o atributo. Tudo o mais que é conhecido são *modos* e *afecções* destes atributos. Deste modo, o universo é compreendido, como um todo abrangente e necessário.

Teóricos como Jonathan Lowe tentaram adequar as problemáticas postas por esta linha de pensamento substancialista ao debate contemporâneo, tratando com mais detalhes como a independência ontológica da substância e a dependência dos atributos podem ser bem postas na forma lógica, de modo que sejam evitados grandes problemas. Este pensamento, porém, não poderá ser trabalhado aqui¹⁶².

Duas críticas mais gerais são apontadas em torno desta noção de substância: a primeira é a do próprio Puntel que será adiantada logo aqui. Para este teórico, “independência é meramente uma condição necessária, mas não suficiente para aquilo que perfaz uma substância. Independência existencial de outro é somente um aspecto externo; ela não determina

¹⁵⁹ CHAUI, M. *apud*. Ibidem. p. 70.

¹⁶⁰ Ibidem. p. 72.

¹⁶¹ Ibidem. p. 73.

¹⁶² Cf. Ibidem. p. 73-79.

a estrutura interna do ente substancial”¹⁶³. Em outras palavras, independência é um predicado relacional, que normalmente se aplica na relação de um sujeito x com outrem. Portanto, é uma propriedade que é externa, e não interna à própria substância. De tal forma, apesar de poder ser posta como uma condição necessária, não pode ser vista como condição suficiente.

É desta forma que Imaguire também aponta a vagueza desta noção como causa de posteriores debates ainda na própria modernidade. Segundo ele, é “justamente contra esse conceito de substância em Espinosa que Hegel apontará sua crítica, antecipando o argumento da teoria de feixes de que a noção de uma substância absoluta e independente das suas propriedades é ininteligível”¹⁶⁴. Esta crítica já foi apresentada na subseção anterior (sobre a teoria dos feixes) e não será repetida aqui. O importante de ser ressaltado é que esta noção de independência ontológica também é vista como problemática dentro do debate ontológico contemporâneo.

3.1.4 A crítica de Lorenz Puntel à ontologia substancialista

A explanação feita da ontologia tratada nesta seção, juntas às variadas críticas sofridas ao longo da história do pensamento filosófico, já poderiam ser suficientes se o objetivo do trabalho fosse apenas criticá-la. Porém, se o objetivo aqui é também apresentar a alternativa de Puntel em torno da problemática ontológica, é indispensável também o seu parecer em torno delas, visto que é em torno da sua percepção, que a sua proposta também será elucidada. A crítica de Puntel a respeito da proposta substancialista se daria dentro de dois problemas centrais: a) o problema da inteligibilidade; e b) o problema da incoerência na relação substância-acidente. Além destes dois problemas ontológicos, é válido ressaltar que se semântica e ontologia estão intrinsecamente implicadas, Puntel realiza a crítica da semântica utilizada por esta ontologia, que é a semântica composicional, ainda vastamente utilizada pelos teóricos, que assumem a linguagem natural como linguagem teórico-filosófica.

a) A crítica quanto a inteligibilidade, está simplesmente no fato do substrato enquanto tal ser algo absolutamente inteligível. Após toda a explanação feita até aqui em torno da teoria do substrato, não é difícil a percepção de como Puntel chega a essa conclusão. Ora, já foi visto que a substância enquanto substrato é “algo” que não possui qualquer determinação em si mesma, pois essa só lhe advém dos atributos, ou seja, serve apenas como

¹⁶³ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 254.

¹⁶⁴ IMAGUIRE, Guido. **A substância e suas alternativas**: feixes e tropos. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), *Metafísica Contemporânea*. Editora Vozes, 2007. p. 276. Nota de Rodapé.

suporte de atributos para as variadas propriedades e relações. A pergunta que deve ser feita aqui, é simplesmente qual o valor ontológico que teria o substrato, se este, em si mesmo, é simplesmente *vazio* de qualquer entendimento. O que seria de “Sócrates” se fossem retirados todos os predicados possíveis que são atribuídos a ele? Seria algo absolutamente vazio e sem qualquer sentido. Portanto, Puntel argumenta que o substrato é ininteligível, e se a filosofia é uma atividade teórica, esta não deve lidar com aquilo que é ininteligível e, portanto, não-teorizável.

O *problema fundamental* pode ser formulado agora como a questão posta pela predicação a nível da linguagem de predicados de primeira ordem. A forma mais fundamental e simples de predicação desse tipo é “Fa”, isto é, a atribuição do atributo F ao item a (com quantificador: ($\$x$ (Fx))). O sujeito (substratum!) a ou (o valor da variável ligada) x é pressuposto de modo permanente e fundamental. Surge aqui o problema: uma tal entidade não é inteligível, posto que *ex hypothesi*, ou por suposição, ela tem de ser o item pressuposto para atribuir ou predicar quaisquer tipo de universais ou atributos, isto é, propriedades (e relações), bem como qualquer outro tipo de entidade que é atribuível a ela, por exemplo “estados de coisas” e/ou “fatos”. Mas então se põe a questão de saber que é esta entidade pressuposta. Se *todos* os atributos (propriedades e relações) e todos os outros tipos de entidades como estados de coisas e/ou fatos são extraídos destes, parece não sobrar nada. Uma vez que a entidade em questão (o “sujeito”) é pressuposta em todo e qualquer caso de predicação, ela em si mesma não é determinada de forma alguma. Mas então ressurgue a mesma questão: o que é esta entidade? Uma tal entidade é ininteligível e deveria, então, ser rejeitada.¹⁶⁵

b) A segunda crítica vai justamente sobre a incoerência na relação substância-acidente. Como já foi visto, a teoria substancialista declara que o sujeito/substrato é imutável e permanece sempre o mesmo, enquanto as propriedades accidentais são aquelas que vão mudando ao longo da história. Por exemplo, Pedro morava na Nigéria ha alguns anos atrás e hoje mora no Brasil. Morar na Nigéria era uma propriedade accidental e, por isso, é deixada para que a residência no Brasil se torne um novo atributo. Esta ideia para Puntel mostra-se incoerente pelo fato de que o substrato *permanece imutável* diante da mudança dos atributos accidentais. Ora, estando isso correto, apresenta uma ruptura entre o indivíduo e sua própria história de vida: morar na Nigéria, para o sujeito Pedro, independente de tudo o que foi vivido neste país, não interferiu em nada no seu próprio ser. Será mesmo que existe este abismo entre aquilo que o indivíduo é, e as suas várias experiências tidas ao longo da própria história? Quantas experiências categorizadas “contingentes” (como perder o próprio filho em um acidente brutal) mexem com toda a estrutura do indivíduo, e muda o seu comportamento e as suas ações? Para

¹⁶⁵ PUNTEL, Lorenz. **O conceito de categoria ontológica**: um novo enfoque, In: Revista Kriterion n. 104, p. 14.

o filósofo aqui apresentado, esta ideia é absolutamente incoerente, pois como diz Manfredo Oliveira ao comentar tal crítica punteliana, isso “significaria separar a história do indivíduo do próprio indivíduo, o que significa dizer que ele deixaria de ser o homem real; portanto esse quadro ontológico não é adequado para captar e articular a realidade de indivíduos enquanto seres humanos...”¹⁶⁶.

Quando, porém, Puntel critica a ontologia substancialista, não é apenas ela o alvo dos problemas e mal-entendidos, visto que já foi exaustivamente percebido que a ontologia possui como outro lado da medalha a semântica. Ainda na primeira subseção (2.1.1) foi visto que a semântica implicada aqui é a *composicional*, que articula sentenças do tipo sujeito-predicado e, portanto, apontam ontologicamente para a estrutura substrato-propriedades. O que se precisa compreender aqui, é que a ontologia substancialista jamais será definitivamente superada, se a semântica utilizada continuar sendo a semântica composicional¹⁶⁷. Isto implica na radical afirmação de que a linguagem natural (entendida como linguagem de predicados de primeira ordem) implicada da semântica aqui criticada, não deve ser utilizada como linguagem filosófica. Para o autor aqui trabalhado, porém, isto não quer dizer que o filósofo não pode mais utilizá-la; o que acontece aqui é que ela deve ser compreendida apenas como um ponto de partida, para que posteriormente o filósofo possa “verificar, corrigir, até eventualmente abandonar, mas, de qualquer modo, otimizar essa compreensão de[sic] acordo com critérios de coerência e de inteligibilidade relativamente maximais”¹⁶⁸.

O que se pode concluir de tudo o que é posto, é que se o filósofo opta por superar a ontologia substancialista, é necessário se livrar também da semântica composicional e da lógica de predicados de primeira ordem, em vista de utilizar uma outra linguagem como fundamentação teórica. Portanto, formular uma nova ontologia deve também implicar na formulação de uma nova semântica, e isto, para Puntel, é inclusive o maior dos problemas da ontologia que será apresentada a seguir: a ontologia dos tropos.

3.2 A ontologia dos tropos e os problemas que envolvem esta teoria alternativa

Após serem visualizados os problemas concernentes à teoria substancialista, nesta segunda seção será explanada, de forma geral, a teoria dos tropos juntamente ao debate contemporâneo em torno desta. Vale ressaltar que, diante de tantos problemas envolvidos em

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 226-227.

¹⁶⁷ PUNTEL, Lorenz. **O conceito de categoria ontológica**: um novo enfoque, In: Revista Kriterion n. 104, p. 13.

¹⁶⁸ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 361.

torno da ontologia substancialista, esta teoria tem ganhado defensores, ou até mesmo “melhorias”. De certo modo, por exemplo, a ontologia dos fatos primos que será abordada ainda neste capítulo, é tida como uma versão melhorada desta ontologia.

Esta ontologia teria uma categoria ontológica única (uma ontologia monocategorial): os próprios tropos; e, segundo Imaguire, corresponderia “à categoria de atributo individual no sistema ontológico de Aristóteles”¹⁶⁹, e que também foi reconhecida por muitos filósofos, como Leibniz, Locke, Hume, Sellars e Goodman. Mesmo com o reconhecimento destes outros autores, foi Williams que primeiramente conseguiu abordá-la de uma forma mais efetiva. Nesta seção, portanto, serão abordados alguns aspectos desta teoria, junto a algumas de suas principais críticas.

3.2.1 Aspectos gerais da ontologia dos tropos

Como toda teoria ontológica que busca compreender o fundamento ou princípio da própria realidade, a tese fundamental proposta pela ontologia aqui estudada é a de que o universo é um universo de tropos, e essa é a única categoria ontológica a ser pensada. Deste modo, uma coisa individual concreta seria compreendida como um feixe de tropos. O universal, por sua vez, “é entendido como um feixe tropos, enfaixados através de uma relação de localização e de similaridade”¹⁷⁰. Indo além desta definição, Imaguire bem aprofunda o que está posto na última sentença.

Os tropos são os componentes fundamentais, dos quais todas as outras categorias, que a tradição considerava elementares, são meramente derivadas. Tropos são particulares abstratos, são a ocorrência de uma essência. As outras categorias, coisas e propriedades, ou substâncias e atributos, são construídos a partir de duas relações fundamentais dos tropos: localização e similaridade. A relação de localização é externa – dois tropos não determinam mutuamente a localização do outro – a relação de similaridade é interna – dados dois tropos, eles determinam necessariamente a sua similaridade.¹⁷¹

Similaridade e localização merecem um maior detalhamento por serem aspectos centrais, que mostram o cerne desta teoria. Localização não deve ser entendida como uma localização física, enquadrada em uma noção de espaço e tempo. O sentido da localização está no tropo como *estar naquele específico feixe*; é o caso de ser ímpar e primo estar no número

¹⁶⁹ IMAGUIRE, Guido. **A substância e suas alternativas**: feixes e tropos. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), *Metafísica Contemporânea*. Editora Vozes, 2007. p. 285.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 89.

¹⁷¹ IMAGUIRE, Guido. **A substância e suas alternativas**: feixes e tropos. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), *Metafísica Contemporânea*. Editora Vozes, 2007. p. 286-287.

três, e onipotência e onisciência estarem em Deus. E a similaridade, sendo interna, mostra se por exemplo aquele feixe é mais ou menos similar a um outro feixe de tropos específico (como o livro X ser mais ou menos similar ao livro Y). Indo ainda além, a relação de similaridade de um tropo também mostra se um tropo é mais ou menos similar a outro (como o vermelho do livro X ser mais ou menos similar ao vermelho do livro Y). Isto é fundamental de ser compreendido: dois feixes, ou dois tropos, *nunca são idênticos, mas apenas similares*.

Sobre a particularidade de uma *coisa* (objeto, substância, feixe), é algo um pouco mais simples de compreender no nível de entendimento em que estamos aqui; dois livros, mesmo que sejam do mesmo título, mesmo autor, mesma editora, mesma edição, e estejam vendidos na mesma livraria, não são idênticos um ao outro. Existem nuances que mostram que ambos são apenas similares. Porém isto também ocorre com os tropos: o vermelho deste livro, é apenas similar ao vermelho do outro livro. Portanto, não se trata aqui de um mesmo universal vermelho que está presente no livro X e no livro Y. O vermelho do livro X é único; bem como o vermelho do livro Y. O que ocorre entre estes dois vermelhos é apenas uma relação de similaridade. É por isso que se torna compreensível que a relação de similaridade entre o vermelho do livro X e o vermelho do livro Y, são maiores do que a similaridade do vermelho do livro X em comparação com o vermelho da maçã Z. Sobre tal similaridade, “ela se assemelha tão rigorosamente [...] que mesmo um olho treinado não pode distinguir, ainda que estejam próximos um do outro”¹⁷². É desta forma que é feita a classificação entre gêneros e espécies nesta ontologia tratada aqui: por meio da semelhança. Portanto, o que difere esta teoria dos tropos, da teoria dos feixes (que já foi analisada 2.1.3), é que um objeto não é apenas uma união de propriedades ou elementos distintos, mas sim uma natureza particularizada, um concreto particular; uma totalidade de tropos copresentes. Dois diamantes, por exemplo, são feixes de particulares diferentes que se assemelham mais ou menos um ao outro.¹⁷³

Após toda a explanação acima, torna-se mais simples o entendimento de como fica a questão dos universais e dos predicados dentro do quadro teórico desta ontologia. Para estes teóricos, não existe um universal vermelho, que faz com que dois objetos sejam vermelhos; o que ocorre é que a semelhança do vermelho de dois determinados objetos, fazendo com que estes sejam enquadrados na mesma espécie, sendo cada um, um caso de vermelho, como já foi explanado. O que se deseja focar aqui, porém, é a tese de que o que existe não são universais, e sim a semelhança. Em relação à predicação, Manfredo Oliveira afirma duas coisas: “que um

¹⁷² OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 91.

¹⁷³ Ibidem. p. 92.

certo tropo ocorre (uma espécie básica de predicação), e que um certo complexo contém um tropo de uma certa espécie (a forma mais usual)”¹⁷⁴. É desta forma que é superado o problema do “terceiro homem” que gera o regresso ao infinito¹⁷⁵.

Aqui foi exposto o núcleo do quadro teórico desta teoria, porém, ela é base para que sejam trabalhados também diversos aspectos da totalidade do mundo. Na obra de Oliveira, pode ser encontrado um resumo de alguns destes aspectos, tais quais o mundo do indivíduo, do ser individual, do mundo social e etc.¹⁷⁶.

3.2.2 As críticas mais relevantes à teoria dos tropos

Tendo sido abordados os aspectos centrais da ontologia dos tropos, serão vistas agora as críticas mais relevantes a esta teoria. Dentre as várias críticas, algumas são respondidas pelo próprio Campbell¹⁷⁷, que é um dos defensores desta teoria. Manfredo Oliveira, por sua vez, apresenta as críticas de Peter Simons e Chris Daly, tendo estas uma maior relevância. Ao final desta subseção, será ainda aclarada a visão de Puntel sobre esta teoria.

O primeiro dos críticos que serão citados aqui, Peter Simons, apresenta duas críticas centrais: acerca da relação de copresença, e sobre a natureza não substancial dos tropos. A primeira crítica é fundada, principalmente, sobre o *como* esta relação de copresença entre os vários tropos deve ser compreendida. Para tal, ele apresenta algumas possíveis sugestões: a) “já que substâncias normais possuem muitos tropos, tem de haver muitas copresenças de todos os que são copresentes para formar uma substância singular”¹⁷⁸. O mais óbvio aqui é que esta alternativa propõe um regresso vicioso (que é diferente da questão da similaridade¹⁷⁹) em que se temos quatro tropos copresentes, são tidas seis copresenças; com cinco, são dez etc.

b) a segunda sugestão é mais problemática: poder-se-ia entender a copresença como uma relação tripla entre os dois tropos, e o lugar no qual estão, o que apresenta três desvantagens. A primeira é porque o lugar acaba sendo absolutizado, sendo o principal na

¹⁷⁴ Ibidem. p. 97.

¹⁷⁵ O problema é exemplificado do seguinte modo: “o homem Sócrates (a substância) e a humanidade (a propriedade universal) são portadores de uma semelhança, o que exige um segundo universal (o terceiro homem) para explicar a semelhança. A filosofia dos tropos não tem esse problema, pois o particularismo abstrato insiste em que não há nada em comum, apesar da semelhança entre os tropos gerar a ilusão de identidade. Os tropos são casos de espécies, os predicados se aplicam a ambos: aos tropos tomados singularmente e aos complexos em que os tropos são elementos e constituição” Cf. Ibidem.

¹⁷⁶ Cf; Ibidem. p. 97-103.

¹⁷⁷ Para mais detalhes destas críticas, e de como Campbell as responde, Cf. Ibidem. p. 103-113.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 113.

¹⁷⁹ A similaridade é uma relação interna entre dois tropos, enquanto a copresença, não.

relação de copresença (e não os tropos). O segundo é porque o lugar acabaria se tornando um novo substrato, que serve de suporte para dois tropos, tendo um feixe vários substratos. Isto seria bastante problemático. O terceiro problema é que isso torna o movimento dos feixes algo misterioso, visto que se estes estão copresentes em um lugar, e os tropos, portanto, não podem ser movidos, os feixes também não o poderiam. Uma possível resposta dada aqui seria a de que o feixe se moveria como um todo, não sendo possível ocorrer o movimento do tropo. Isso ainda levantaria outro questionamento: como se daria a mudança de apenas alguns tropos específicos, dentro de todo um conglomerado de feixes?

c) a terceira proposta, por sua vez, consiste em perceber a relação de copresença como uma relação de vários termos. De tal modo, não se saberia a aridade dessa relação, podendo ser até infinita, tendo “diferentes aridades para diferentes tipos de particulares concretos independentes, mas nunca haverá tal relação”¹⁸⁰. Para Simons, esta proposta não possui grande força explanatória, mostrando muitos problemas em apresentar tais aridades. Por tais motivos, a relação de copresença dos tropos é altamente problemática.

A segunda das críticas de Simons (acerca da natureza não substancial dos tropos) parte da inabilidade dos tropos de constituir uma substância enquanto um feixe de tropos, desde que possui uma natureza não substancial. A questão aqui é: apenas os tropos são suficientes para que, um conglomerado destes, formem uma coisa? Simons afirma que um objeto “não é a coleção de suas propriedades ou qualidades como uma multidão é uma coleção de seus membros, pois, para cada e qualquer propriedade ser, ela tem de estar no objeto, o que não é o caso da multidão”¹⁸¹. Ou seja, sem um indivíduo X, a multidão continuaria sendo a multidão, porém, sem o tropo “ser de madeira” uma cadeira não seria a tal, visto que ela depende de uma matéria específica (a não ser que tenha uma outra matéria). O que é que faz, porém, que todos aqueles tropos, juntos, constituam uma substância?

Além disso, Simons, partindo da crítica de Martin e Armstrong, afirma que todos os tropos são dependentes uns dos outros e, por isso, um feixe de tropos parece mais uma coleção de entidades dependentes; como algo de tal modo se tornaria uma substância independente? Seria necessário algo que aponte esta independência, mesmo que fosse uma propriedade emergente de independência. Na visão de Simons, seria indispensável o conceito relacionalidade fundacional que está nas *Investigações Lógicas* de Edmund Husserl.

¹⁸⁰ Ibidem. p. 114.

¹⁸¹ Ibidem.

Dois particulares são ditos relacionados diretamente se um é fundado no outro fraca ou fortemente. Dois particulares são, então, relacionados do ponto de vista da fundação se e somente se eles trazem o ancestral da relação da relacionalidade direta fundacional de um para com o outro. Uma coleção forma um sistema fundacional se e somente se cada membro nele é relacionado fundacionalmente a qualquer outro, e nenhum é relacionado fundacionalmente com algo que não seja membro da coleção. Um objeto é um todo integral se e somente se ele pode ser dividido em partes que formem um sistema fundacional.¹⁸²

Em resumo, essa relação fundacional pode ser entendida em termos de dependência e fundação, o que implica que dentro de um sistema fundacional, é necessário que exista uma relação de dependência entre cada membro no interior dele. Desse modo, todo o sistema é conectado e fundado, de modo que se torna um todo integral. Este conceito, para Simons, seria de grande valia para que este segundo problema da teoria dos tropos seja resolvido. Porém, mesmo este, não explicaria a questão da distinção entre tropos acidentais e essenciais, que é uma das grandes questões de qualquer debate ontológico. De tal modo, para Simons, esta teoria possui diversas lacunas que a faz ser refutada.

O segundo crítico de maior relevância é Chris Daly, que também aponta dois problemas centrais para essa teoria: o primeiro é a questão da semelhança, e o segundo, é sobre a infiltração da instanciação. Sobre a questão da semelhança, o argumento central de Daly é que ao ser tratada essa questão, torna-se necessário assumir um universal que a justifique; a não ocorrência de um universal realiza um regresso vicioso.

Ao se afirmar três tropos com a mesma tonalidade de vermelho (os tropos A, B e C) e que, por isso, possuem uma relação de semelhança entre eles, devem possuir tropos que apontem tal similaridade. Estes tropos estão entre A e B, B e C e A e C. Estes tropos de semelhança seriam nomeados de R1, R2 e R3, e cada um destes seriam um tropo “exatamente-semelhança-na-cor”. Relembrando o que já foi visto anteriormente, cada tropo é único, sendo apenas semelhante com o outro; portanto, estes tropos R1, R2 e R3 que são “exatamente-semelhança-na-cor” também são semelhantes entre si. Isso implica que entre R1 e R2, R2 e R3, e R1 e R3, existem novos tropos de semelhança, que seriam nomeados R4, R5 e R6, sendo estes “semelhança-exata-entre dois tropos-exatamente-semelhantes em cor”. Novamente estes tropos seriam semelhantes entre si, e aqui inicia um regresso. É deste modo, que a relação de semelhança não deve ser um tropo, e sim um universal. Se é assumido um universal, por que

¹⁸² Ibidem. p. 115.

não poderiam ser assumidos outros? Mesmo com algumas tentativas de Campbell de tentar refutar este argumento, para Daly, os seus argumentos não são satisfatórios¹⁸³

A segunda crítica de Daly se dá em torno da instanciação. A pergunta que fundamentalmente é posta seria: o que faz que um predicado esteja ligado a um sujeito? Porque alguns predicados, ligados a um sujeito formam um fato X e não um outro? Porque o sol é amarelo e não azul, mas em um outro mundo possível, o sol poderia ser azul? Como dois mundos possíveis com as mesmas substâncias e universais, são diferentes? A teoria da substância encontra uma resposta a esta questão: existe uma relação de instanciação entre o universal e a substância, de modo que o sol é amarelo neste mundo, porque ocorre esta relação de instanciação entre ambos, o que não ocorre entre sol e azul.

Aparentemente, a teoria dos tropos estaria imune a estes questionamentos, visto que não existem substâncias e nem universais para esta ontologia. Porém esta não está isenta de questões. Por exemplo: o que faz que os tropos F e G estejam ligados a um feixe *a*, e não a outro? “Ou todos os tropos do feixe podem existir sem que F e G existam, ou tropos não precisam existir em feixes para existir”¹⁸⁴. A resposta dada pela teoria dos tropos seria pela noção de copresença. Se F e G são copresentes, estes possuem a mesma localização no espaço e tempo, formando junto com outros tropos também copresentes, o feixe *a*.

O grande questionamento de Daly é: o que significa, realmente, esta noção de copresença? O que seria F e G serem copresentes? Mesmo que F e G existam junto a uma relação de copresença C, *porque* ou o que conecta essa copresença C a estes tropos? Introduzir outra relação (C') também não ajudaria, pois seria confuso a copresença estar em outra relação de copresença. É aqui que se mostra que a relação de instanciação seria necessária para a teoria dos tropos, a fim de justificar a relação de copresença com os próprios tropos. Isto, por sua vez, do mesmo modo que na relação de semelhança, seria um novo universal. Por todos estes motivos, a teoria dos tropos mostra que esta não conseguiu ser uma ontologia alternativa à substância livre de problemas internos.

Para Puntel, estes argumentos de Simons e de Daly são os mais relevantes, sendo este último da instanciação ainda mais decisivo. Porém, o maior problema desta ontologia, seria justamente a falta de preocupação com uma semântica. Como já foi mostrado ainda no primeiro capítulo, não basta a um teórico formular uma ontologia alternativa à substância, se este mantém a semântica composicional que remete diretamente à ontologia da substância.

¹⁸³ Cf. Ibidem. p. 118-119.

¹⁸⁴ Ibidem. p. 119.

[...] embora essa teoria baseie-se em uma intuição de muito valor, ela carece inteiramente de uma semântica adequada para expressar essa intuição correta. A teoria de tropos mantém o tipo de semântica que é, em certo sentido, uma função da ontologia tradicional de substâncias e, em outro sentido, dá origem a uma nova ontologia[...]. Teóricos de tropos simplesmente tomam a entidade “tropo” como o referente de expressões como “a posição de Napoleão” e semelhantes, mas eles não levantam a questão sobre qual tipo de ontologia é pressuposta ou implicada pelas outras expressões da linguagem ordinária ou natural. Os antigos conceitos de universais e particulares não são eliminados. A fim de estabelecer uma revisão genuína da ontologia de substância, os quadros lingüísticos [sic] ou semânticos pressupostos por ela precisam ser examinados em primeiro lugar.¹⁸⁵

O importante a ser citado aqui, à guisa de conclusão acerca da importância da teoria dos tropos, é que a nova ontologia que será apontada neste trabalho, pode ser considerada uma versão melhorada desta ontologia, ou nas palavras do próprio Puntel, trata-se “da tentativa de desenvolver sistematicamente o que o autor assume ser a intuição correta que subjaz à teoria de tropos”¹⁸⁶. Este faz isso, mudando a semântica utilizada, apresentando uma nova terminologia, e resolvendo suposições que não foram bem trabalhadas por estes teóricos.

3.3 Uma semântica contextual que implica a ontologia dos fatos primos, como novo enfoque semântico-ontológico

Após toda a abordagem dada nas seções precedentes em torno das ontologias de maior relevância que perpassaram a história do pensamento filosófico, chega-se ao objetivo do presente trabalho de apontar a proposta ontológica de Puntel, em vista de apresentar um novo enfoque que supere as problemáticas ontológicas precedentes. O que deve ser enfatizado aqui (mais uma vez) é que a ideia de formulação de uma nova ontologia deve ser seguida de uma nova formulação semântica, isto porque, se ambas são dois lados de uma mesma medalha, qualquer ontologia, independente da forma que seja abordada, com a semântica composicional será incoerente, visto que esta implica a ontologia substancialista. Para salvar este problema, a estratégia punteliana será a de embasar a sua teoria em torno da *semântica contextual*, que será abordada a seguir.

Resolvendo os problemas semânticos, e explicando os tipos de sentenças permitidos pela filosofia sistemático-estrutural, poder-se-á apresentar a nova ontologia proposta por este filósofo: a *ontologia dos fatos primos*, sendo essa também uma ontologia monocategorial.

¹⁸⁵ PUNTEL, Lorenz. **O conceito de categoria ontológica**: um novo enfoque, In: Revista Kriterion n. 104, p. 12.

¹⁸⁶ Ibidem.

3.3.1 Uma nova semântica embasada no princípio do contexto

Um primeiro aspecto que deve ser frisado na utilização de uma nova semântica, em vista de eliminar a estrutura de sujeito-predicado das sentenças, é que o objetivo aqui não é o de excluir a linguagem natural (embasada no princípio da composicionalidade e na lógica de predicados de primeira ordem) da filosofia, visto que a utilizamos o tempo todo, na maioria dos aspectos da vida em geral, inclusive para a escrita deste trabalho. Para Puntel, a exclusão ocorre apenas no ponto de vista semântico, e não do ponto de vista sintático. Sintaticamente, portanto, é absolutamente possível que o filósofo trabalhe com sentenças deste tipo.

Em vista de superar os problemas da linguagem natural enquanto linguagem filosófica, Quine já havia buscado elaborar uma nova teoria em torno disso. Ele buscou realizar um procedimento de elaboração dos termos singulares, mostrando a primazia semântica *das sentenças* (e não mais das palavras) como uma tese mais plausível. O objetivo deste autor é resolver o problema da não-referencialidade de alguns termos singulares a partir da concepção da lógica clássica que os termos singulares denotam objetos existentes. Acontece que há termos singulares sem denotação como, por exemplo, Pégaso. A intenção de Quine é justamente “revisar radicalmente a estrutura sujeito-predicado da sentença, então isso só pode acontecer pela eliminação dos componentes da sentença assim estruturada”¹⁸⁷. O modo como este teórico propõe isso, seria manobrando termos singulares para a posição-padrão “= *a*” que seria entendida como um termo geral/universal, evitando o problema dos termos singulares. Segundo o próprio Quine, esse “= *a*” seria um verbo, e acaba sendo adaptado a uma forma predicativa. Este símbolo de igualdade (=), seria agora compreendido como uma “cópula, que – como em ‘é mortal’ e ‘é um ser humano’ – meramente serve para emprestar um termo geral a forma de verbo e adaptá-lo à colocação predicativa”¹⁸⁸. Em outras palavras, Sócrates, em uma sentença *Fa*, teria agora a função do predicado *F*, e não mais do sujeito *a*.

Na prática, uma sentença de observação: um gato branco encontra um cachorro e eriça o pelo (*a White cat is facing a dog and bristling*), seria adequada para algo do tipo: está gatando brancamente, eriçadamente e na-direção-do-cachorramente (*it's catting whitely, bristlingly, and dogwardly*). Desta forma, a sentença seria do tipo $\exists x$, em que “*x* é um gato, e *x* é branco e *x* está eriçando o pelo e *x* está virado na direção do cachorro”¹⁸⁹. É importante ressaltar que deste modo, fica claro que as sentenças não possuem um valor referencial,

¹⁸⁷ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 259.

¹⁸⁸ QUINE, W. v. O. apud. Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem. p. 260.

tratando-se aqui de uma semântica sem ontologia na base da pressuposição de que o mundo consiste de objetos que possuem atributos (propriedades ou relações), que não é questionado. O diferencial aqui é que tais objetos não são mais percebidos como entidades a que se referem os termos singulares (os sujeitos das sentenças), mas sim os valores das variáveis ligadas¹⁹⁰.

Por uma série de fatores, porém, essa ideia de Quine, que pode ser uma intuição muito importante inclusive para a filosofia sistemático-estrutural, ainda é incompleta. Primeiro porque tudo isso implica em apenas uma questão lógico-semântica, não possuindo qualquer implicação ontológica. Este é o primeiro dos problemas da tal visão quineana, que exclui qualquer referencialidade ontológica das sentenças. É ainda diante desta não-referencialidade que Puntel aponta incoerências nestas teses, como por exemplo, se “está gatando (*it's catting*)” não possui referência ontológica, então quer dizer que a sentença “está chovendo”, se verdadeira, também não possui? Como justificar esta tese? Ou estas sentenças são diferentes? Mas qual seria a diferença entre ambas? Por que a redução de termos singulares somente a predicados?

Para Puntel, apesar de Quine buscar resolver tais problemas, apenas se é possível uma teorização coerente quando é situada dentro de um quadro ontológico mais abrangente. Apesar dos problemas, a tentativa de Quine é reconhecida pela filosofia sistemático-estrutural no sentido de superação da questão sujeito-predicado como concepção semântica fundamental, mas ao mesmo tempo é falha devido aos elementos já citados, fazendo com que o seu procedimento seja apenas parcial.

A proposta desenvolvida por Puntel, em contraposição à ontologia substancialista que utiliza de uma semântica composicional, é a de utilizar o princípio do contexto. Este foi um princípio formulado por Frege nos *Fundamentos da Aritmética*, mas apenas foi nomeado como tal por M. Dummett. Este pode ser compreendido como: “somente no contexto de uma sentença as palavras significam algo”¹⁹¹, o que significa afirmar a tese da primazia da sentença sobre a palavra. Em geral, porém, o princípio da composicionalidade e o do contexto foram vistos de forma conciliatória, em que algumas teorias apenas fazem sentido se forem assumidas as duas teses dentro do determinado pensamento (no caso de Quine e Davidson)¹⁹². O que ocorre para Puntel, é que sendo defendida uma *versão forte do princípio do contexto*, ambos são inconciliáveis. Isso significa afirmar que, se antes, as partes da sentença (principalmente, o sujeito e o predicado) determinavam o seu significado, agora (nesta versão forte do princípio

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 229.

¹⁹¹ FREGE, G. apud, PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 265.

¹⁹² Cf. Ibidem. p. 265-266.

do contexto) isto se dá pelo todo. As partes apenas ganham um determinado significado, quando são compreendidas dentro do seu contexto.

O primeiro aspecto de grande importância para a semântica aqui proposta, é que, “uma sentença só pode ser completamente explicada se for assumido que ela possui um teor informacional semântico, isto é, que ela expressa uma proposição”¹⁹³. É por isso que tanto sujeito, quanto predicado são compreendidos como expressantes de uma proposição, ou falando de modo ainda mais acertado, sujeito e predicado são “eliminados” em vista de serem compreendidos como abreviações de sentenças¹⁹⁴ que expressam uma proposição. Estas sentenças, são compreendidas como *sentenças primas*, e recebem esta nomenclatura por serem as sentenças mais *primárias*¹⁹⁵ e basilares, ocorrendo o mesmo com as proposições primas e com os fatos primos que serão analisados posteriormente. Aqui, as sentenças primas merecem um maior aprofundamento.

Estas sentenças, seriam equivalentes na linguagem coloquial a sentenças do tipo “Chove”. “A forma generalizante semiformalizada de tais sentenças tem o seguinte teor: ‘é o caso que ϕ ’”¹⁹⁶. Este ϕ , por sua vez, não é um predicado, mas é o que “resta do predicado em uma sentença de sujeito-predicado com a forma ‘*Fa*’ *sem sujeito*”¹⁹⁷. Trata-se do que resta do predicado de uma maneira transformada, ou seja, não mais como um universal no sentido tradicional. Sendo mais específico, se for assumida a sentença “Sócrates é um filósofo”, e analisado o sujeito Sócrates, este é na realidade uma abreviação de muitas sentenças primas, como, “é o caso que grego”, “é o caso que autor da maiêutica socrática”, “é o caso que ruivo” e etc. Em outras palavras, cada sentença utilizada na linguagem natural, é na realidade, uma forma abreviada de um número muito maior de sentenças primas. Estas sentenças, por sua vez, expressam uma proposição prima.

Conforme uma assunção basilar a filosofia sistemático-estrutural, toda sentença teórica expressa uma proposição. Sentenças primas expressam uma forma específica de proposição: uma proposição prima. Esta não é, como no caso da semântica composicional, composta por um objeto e propriedades/relações; ela é, antes, o puro *expressum* da sentença prima em seu todo; concretamente, ela é o *expressum* do verbo que ocorre na sentença prima. Nada impede que o filósofo, como teórico, continue a formular sentenças com a forma sintática “sujeito-predicado”. Mas, nesse caso, ele deve conceber essas sentenças como abreviações cômodas (e, em termos práticos,

¹⁹³ Ibidem. p. 268.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Cf. Nota de rodapé. PUNTEL, Lorenz. **O conceito de categoria ontológica**: um novo enfoque, In: Revista Kriterion n. 104, p. 9.

¹⁹⁶ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 269.

¹⁹⁷ Ibidem.

quase que inevitáveis) de uma grande quantidade de sentenças primas. [...] Este termo é concebido, então, como uma configuração (extremamente complexa) de sentenças primas.¹⁹⁸

O parágrafo acima bem exemplifica aquilo que a filosofia sistemático-estrutural resume ser a relação de implicação das sentenças primas, para as proposições primas. Em sua principal obra (*Estrutura e Ser*), ainda são explanadas algumas problemáticas em torno deste embate semântico, abordando questões de identidade semântica. Este tem a preocupação de responder duas perguntas relevantes: com base em que critérios duas (ou mais) sentenças primas expressam a mesma proposição? E ainda: sob quais condições duas (ou mais) sentenças primas são idênticas?

A resposta dada para a primeira pergunta é de grande importância para a compreensão da semântica aqui proposta: na filosofia sistemático-estrutural, *nunca duas sentenças expressam a mesma proposição*, isso porque esta filosofia não assume uma relação solta entre linguagem e mundo. Portanto, “cada ocorrência sentencial individual (*token*) expressa uma proposição prima individual”¹⁹⁹. O que pode ocorrer é de duas sentenças possuírem uma um grau muito elevado de semelhança de família, conceito que remonta a Wittgenstein. O problema da indeterminação da tradução apontada por Quine também já evidencia isto de certo modo. Em alguns casos de tradução, sentenças podem possuir um determinado grau de equivalência, ou até serem *pragmaticamente* idênticas, como no caso de “está chovendo” e “it’s raining”.

Esta ideia de que duas sentenças não podem expressar a mesma proposição ainda pode tornar-se evidente quando, por exemplo, em um diálogo em que duas pessoas estão conversando sobre a “política no Brasil”, ambas possuem visões, ideias e experiências que podem até ser distintas sobre o que significa “política”, e ainda mais sobre a relação desta com o Brasil. De todo modo, ambos os falantes, por determinados aspectos mais gerais, irão entender-se, dialogar, e até mesmo refletir juntas sobre o determinado assunto. Mesmo, porém, que se chegue a um consenso, o entendimento deste termo para um dos indivíduos, jamais será idêntico ao entendimento que possui para o outro.

Outro aspecto que justifica a impossibilidade de duas sentenças expressarem a mesma proposição, é a fundamentação de que linguagem e mundo possuem uma relação intrínseca, sendo isto central para a filosofia sistemático-estrutural, dando-se justamente pela expressabilidade universal e da linguagem maximal. Estes aspectos, por sua vez, já foram bem

¹⁹⁸ PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus**, op. Cit., p. 161.

¹⁹⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 271.

aclarados ao longo do primeiro capítulo deste trabalho. Por fim, Puntel finaliza o argumento apontando o processo de eliminação da sentença na forma de sujeito-predicado em seu pensamento: a sentença, na filosofia sistemático-estrutural, é a sentença prima; não a sentença na forma sujeito-predicado. Isto é importante de ser ressaltado pois muda toda a forma de se abordar a questão.

Sobre a segunda pergunta, (sob quais condições duas, ou mais, sentenças primas são idênticas?) a questão é um pouco diferente. Para resolvê-la, o filósofo aqui trabalhado propõe a distinção entre proposições primas simples e complexas, onde as complexas são configurações mais abrangentes de proposições primas simples²⁰⁰. Além disso, torna-se também indispensável tratar acerca da relação de identidade entre uma proposição prima, e um fato primo no mundo (que será ainda melhor detalhado na próxima subseção). Portanto, é preciso compreender aqui quais são as condições de identidade semântico-ontológicas utilizadas pela filosofia aqui proposta. Puntel a resume do seguinte modo:

As condições de identidade ontológico-semânticas são uma conjunção de condições materiais (conteudísticas) e formais.

Duas (ou mais) configurações de proposições ou fatos são idênticas exatamente quando

1. cada uma das duas configurações contiver todas e unicamente as proposições primas (ou fatos primos) individuais simples que pertencem à outra configuração correspondente;
2. em ambas as configurações o modo da configuração das proposições primas ou fatos primos simples for exatamente o mesmo em todos os pontos (portando: quando ambas as configurações comportarem exatamente a mesma sequência das proposições primas ou fatos primos simples e as mesmas formas de interconexão entre elas).²⁰¹

Portanto, para que duas configurações de proposições primas ou fatos primos sejam idênticos, é necessário que ambas possuam exatamente os mesmos fatos primos simples. Por exemplo, a configuração “Sócrates₁” apenas será idêntica à outra configuração “Sócrates₂” se:

Sócrates₁ (é o caso que ruivo, é o caso que grego, é o caso que filósofo) = Sócrates₂ (é o caso que ruivo, é o caso que grego, é o caso que filósofo)

Ambas as configurações precisam possuir a mesma sequência de fatos primos simples, e as mesmas interconexões. É a partir desta distinção de sentenças primas e

²⁰⁰ “Sócrates”, por exemplo, é uma proposição prima complexa, enquanto o, “é o caso que ruivo”, seria uma proposição prima simples.

²⁰¹ Ibidem. p. 274.

proposições primas, que enfim é possível adentrar na proposta ontológica de Puntel: a ontologia dos fatos primos.

3.3.2 Os fatos primos: a única categoria ontológica aceitável na filosofia sistemático-estrutural

Na subseção 3.2.3 de *Estrutura e Ser*, Puntel realiza uma exposição sobre os aspectos mais fundamentais da sua ontologia proposta: a dos fatos primos. Tudo o que existe no mundo, todas as entidades que o povoam, são fatos primos simples ou complexos. O fato primo, representa o outro lado da moeda de uma proposição prima, ou a proposição prima de uma forma mais determinada. Os fatos primos, portanto, são entendidos como fatos *concretos*, e não deve ser vislumbrado como algo abstrato, bem como, estruturas abstratas (como as estruturas lógicas/matemáticas e semânticas) não podem ser compreendidas como não existentes, ou como algo fantasioso. Abstrato aqui significa algo que ainda não foi determinado como fato primo, e possui um caráter mais *abrangente*, como já deve ter sido compreendido ao serem analisadas essas outras estruturas. Portanto, as estruturas ontológicas primas (os fatos primos) são menos abrangentes e mais determinadas, o que as torna não abstratas, mas concretas.

Vale ressaltar que fato primo não significa fato “simples”, ou algo que seja oposto ao fato complexo; para a filosofia sistemático-estrutural, fatos primos podem ser simples ou complexos. Configurações de fatos primos, por sua vez, são fatos primos complexos. Puntel ilustra essa ideia a partir de uma ideia de conjunção: uma conjunção de sentenças primas, proposições primas, ou fatos primos, são sentenças primas complexas, proposições primas complexas e fatos primos complexos.

Os fatos primos simples (lembrando que assim como exposto anteriormente nas sentenças primas, o termo “primo” aqui se refere à primário, basilar, fundamental) não devem ser compreendidos como “uma entidade isolada ou atômica num sentido absolutamente literal e negativo, ‘sem janelas’ e totalmente encapsulada”²⁰². O fato primo simples é estruturado e determinado por uma rede de relações ou funções; em outras palavras, o fato primo simples apenas existe dentro de uma rede de relações, que seriam os fatos primos complexos ou configurações de fatos primos. Isto, porém, não o torna uma estrutura abstrata. Para bem

²⁰² Ibidem. p. 277.

exemplificar isto, basta-se compreender na configuração “Sócrates”, o fato primo simples “ser ruivo”. Normalmente, é impossível pensar no “ruivo em si” de forma isolada; sempre o pensamos dentro de um formato, em um determinado tipo de cabelo, ou no próprio Sócrates que é ruivo, por exemplo. Porém, isso não implica que o “ser ruivo” é algo abstrato, visto que é um fato concreto que Sócrates é ruivo. Isto apenas exemplifica o quanto tudo aquilo que existe na realidade, são configurações, enquanto os fatos primos simples possuem uma determinação minimal²⁰³.

O fato primo simples, portanto, acaba sendo compreendido com uma *relação de identidade com a própria relação consigo mesmo*, onde se for tomado o fato primo como f^* e o conjunto de relações que este realiza consigo como R^* , então este deve ser compreendido como o par ordenado $\langle f^*, R^* \rangle$, de tal modo que $f^* = R^*$ ²⁰⁴. O fato primo complexo, por outro lado, possui uma rede de relações muito mais ampla entre vários fatos primos simples. Ou ainda em outros termos, “o fato primo f^* consta na ou sob a relação $R^*|id$, ou seja, na ou sob a relação $f^* = f^*$. De modo ainda mais preciso deve-se dizer: o fato primo f^* é idêntico à relação $f^* = f^*$. Formalmente: $f^* = (f^* = f^*)$ ”²⁰⁵.

Como foi analisado precedentemente, o fato primo simples possui uma determinação minimal em si mesma, mas quando é posta em relação com outras estruturas ontológicas primas, possui uma determinação *parcial*. Portanto, a sequência $(f^*1, f^*2, \dots f^*n)$ já é analisada como uma configuração de fatos primos simples. Vale ressaltar algo aqui de grande relevância, que possui uma implicação direta da ontologia dos tropos: cada fato primo é único, e ocorre em apenas um lugar no espaço e tempo. Portanto, o fato primo simples “ser vermelho” em uma configuração, é diferente do “ser vermelho” em outra. Isso pode ser exemplificado do modo: $f^*(s1, t1) \neq f^*(s2, t2) \neq \dots \neq f^*(sn, tn)$. Portanto, na ontologia dos fatos primos, *não é aceita a presença de universais que são instanciados dentro das configurações*. O que pode ocorrer entre fatos primos (como por exemplo, o “ser vermelho” em várias configurações diferentes) é uma *semelhança de família*, que pode ser muito alta, mas nunca idêntica. Como já foi mostrado anteriormente em outra citação, Puntel não nega a influência que a ontologia dos tropos tem em sua filosofia, mas deixa claro que pretende superar os problemas não resolvidos por ela.

Enquanto o fato primo simples é determinado minimamente pela relação consigo mesmo, e parcialmente na relação com outros fatos primos dentro de uma configuração, a sua

²⁰³ Ibidem. p. 284.

²⁰⁴ Ibidem. p. 282.

²⁰⁵ Ibidem. p. 282-283.

determinação maximal ocorre quando este é situado no Ser como um todo, que seria outra fase da filosofia sistemático-estrutural que não poderá ser analisada neste presente trabalho.

Um aspecto interessante, ressaltado pelo teórico aqui estudado, é acerca da relação entre as estruturas lógicas/matemáticas e os fatos primos. Esta relação (entre lógico e ontológico) foi e continua sendo vista de muitos modos no pensamento filosófico de modo abismal, constituindo dimensões separadas. Esta separação é algo que a filosofia sistemático-estrutural supera a partir de seu quadro teórico, sendo a lógica uma estrutura do quadro estrutural e enquanto tal só pode ser pensada em sua relação com as demais estruturas. Já foi visto no primeiro capítulo do presente trabalho (na subseção 1.4.1) que mesmo estas dimensões mais abrangentes (as formais ou lógico-matemáticas) possuem também um caráter ontológico. Para esta filosofia, estas possuem “um status rigorosamente ontológico quando são ‘aplicadas’ a fatos primos ou estruturas primas, isto é, quando ‘estruturam’ estas entidades”²⁰⁶. Ora, sendo o mundo compreendido como a totalidade dos fatos primos que são configurados com grande complexidade e variedades, é necessário que as estruturas formais sejam aquelas (juntas às estruturas semânticas) que atuam como fatores que configuram os fatos primos. A lógica, portanto, também é indispensável para a compreensão do debate ontológico.

Estes acima são os aspectos mais fundamentais colocados pelo filósofo em sua obra na parte citada no início desta subseção. Mas é ainda importante ressaltar que os fatos primos podem ser diferenciados de três formas: em constituição ou graus de complexidade (como simples e complexo), em espécies (estáticos, dinâmicos, processuais, eventuais; concretos – abstratos – ideais e etc.) e em diferencialidade ontológica (materiais, físicos, biológicos, matemáticos, morais, jurídicos, estéticos e etc.). Destes, os graus de complexidade possuem um caráter central, visto que, sendo os fatos primos simples uma estrutura minimal, que apenas existem e são compreendidos dentro de uma configuração (como já foi analisado previamente), tudo o que existe no mundo, que é palpável e é objeto da ciência, são configurações. Nas palavras de Manfredo Oliveira, a configuração “é o fato primo supremo ou a estrutura ontológica prima suprema quando ela ‘configura’, ou seja, estrutura outras estruturas ontológicas primas simples ou complexas de forma completa e definitiva...”²⁰⁷.

Por sua vez, as próprias configurações também são configuradas de forma cada vez mais complexa, até chegar a uma Teoria do Ser primordial, que não poderá ser analisada aqui. O mundo, por sua vez, é a “totalidade dos fatos primos configurados em extrema variedade e

²⁰⁶ Ibidem. p. 286.

²⁰⁷ OLIVEIRA, Manfredo A.de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. Cit., p. 239.

complexidade”²⁰⁸. Uma análise minuciosa sobre como devem ser entendidas as dimensões do mundo, é feita no capítulo 4 de *Estrutura e Ser*, em que o autor realiza uma explanação acerca do mundo natural, mundo humano, mundo estético, e sobre a totalidade do mundo, que não poderão ser explanados no presente trabalho.

3.3.3 *Algumas problematizações em torno da ontologia dos fatos primos*

Após tanto a explanação, quanto também algumas críticas às propostas ontológicas que tiveram destaque e relevância ao longo do pensamento filosófico, torna-se mister, também, após a exposição da proposta da filosofia sistemático-estrutural, realizar uma problematização em torno de aspectos que precisam ser bem aclarados, e que também foram problemáticos para as demais ontologias. Wellistony Viana, em sua obra *A filosofia estrutural-sistemática*, realiza em um dos capítulos esta problematização, mostrando a relevância da filosofia sistemático-estrutural no debate contemporâneo. É importante ainda ressaltar que Viana é um filósofo que *defende a filosofia sistemático-estrutural*, e o seu objetivo é o de inserir a filosofia de Puntel em um debate mais amplo, com várias problemáticas da filosofia contemporânea, apresentando as respostas da filosofia sistemático-estrutural para estes mesmos problemas.

Viana trabalha, em linhas gerais, três problemas que podem surgir para a filosofia sistemático-estrutural; dois que envolvem a questão dos universais (no caso, a eliminação destes), e um que envolve às próprias configurações individuais. Estes seriam: 1) sobre a questão da relação de semelhança entre os fatos primos, 2) sobre o problema da referência abstrata, enquanto 3) como é possível que os indivíduos continuem os mesmos após as mudanças.

No primeiro aspecto, sobre a questão da semelhança, já foi analisado anteriormente que a proposta ontológica dos fatos primos elimina a presença de universais em seu sistema. O grande questionamento que é feito ao ser negada esta tese é justamente, o que corrobora para que dois objetos sejam vermelhos, sem que ocorra a instanciação do universal “vermelhidão”, que era a proposta substancialista. Vale ainda ressaltar que a solução dos universais para justificar a semelhança é problemática justamente porque acaba se chegando a um círculo vicioso em que se tenta “explicar as instâncias a partir dos universais, ao mesmo tempo em que se exige as instâncias para se ascender ao universal”²⁰⁹.

²⁰⁸ Ibidem. p. 238.

²⁰⁹ VIANA, Wellistony C. **A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019. p. 253.

A forma que a ontologia aqui tratada resolve este problema é por meio da própria relação entre linguagem e mundo, a saber, da semântica e da ontologia como dois lados de uma mesma medalha; uma sentença prima verdadeira resulta em uma proposição prima que, sendo também verdadeira, é idêntica a um fato primo no mundo. Como já foi analisado na subseção 2.3.1 do presente trabalho, duas sentenças primas verdadeiras nunca expressam uma mesma proposição prima e, do mesmo modo, um fato primo no mundo ocorre de apenas um único modo. Portanto, uma “explicação ulterior desse fenômeno pressuporia ferramentas semântico-ontológicas mais fundamentais que sentenças primas/proposições primas/fatos primos”²¹⁰, o que não é encontrado no quadro teórico aqui proposto.

Sobre o segundo problema, que é o da referência abstrata, é justamente o de como a filosofia sistemático-estrutural compreende a sentença “a sabedoria é uma virtude”, visto que para realistas, “somente assumindo a existência de universais se pode esclarecer o porquê de podermos falar de entes abstratos e atribuir a eles propriedades”²¹¹, como no caso da “sabedoria” na sentença citada acima. Para os adeptos de tal corrente, é pelo universal “sabedoria” que é possível enquadrar Sócrates, Platão e Aristóteles como “sábios”, fazendo com que eles participem deste universal. Para Puntel, não é bem desse modo que ocorre na própria linguagem natural, visto que estas entidades abstratas surgem quando o atributo é isolado da sentença e é posteriormente substantivado deixando o atributo “pairando no ar” ou em um “céu platônico”²¹², não havendo a necessidade de um universal neste caso.

A questão aqui, porém, é como dentro do quadro teórico aqui apresentado estas sentenças podem ser visualizadas. Ora, entidades genéricas consistem numa “totalidade de fatos primos, ocorridos em tempos-lugares-contextos determinados do mundo”²¹³, sendo então abreviações cômodas de uma determinada totalidade de fatos primos. Em outras palavras, os fatos primos “ser vermelho” de diversas entidades formam estruturas ontológicas mais complexas, “*mas apenas de segunda ordem*, enquanto são abstraídas de estruturas primas ontológicas simples ou complexas”²¹⁴. É como se o “ser vermelho”(entenda-se, a totalidade de todos os “ser vermelho”) fosse compreendida como uma configuração que acopla a totalidade destes fatos primos; isto não torna “ser vermelho” um universal.

Para que se entenda ainda melhor, basta compreender que um status ontológico de segunda ordem, dentro da ordem do mundo humano, “designa tudo o que se origina de ações

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Ibidem.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibidem. p. 254.

do ser humano *qua* ser espiritual-corporal ou está ligado a elas, em suma: é o âmbito das entidades que são ‘produzidas’ pelo próprio ser humano”²¹⁵. No mundo humano, a moralidade, a eticidade, as instituições, e tudo o mais que é uma criação do ser humano, possui um status ontológico de segunda ordem; é algo que não existe em si mesmo. Do mesmo modo, o “ser vermelho” não pode ser compreendido como um universal que existe em si mesmo e é instanciado diversas vezes, e sim como uma configuração de diversos fatos primos simples, e que não existiria sem a existência destes.

Isso não impede, portanto, que sejam elaboradas sentenças primas de estruturas genéricas, como, “é o caso que isso é uma virtude”, em que o “isso” é uma abreviação para a totalidade dos fatos primos “ser sábio”. Ou de forma ainda mais clara, caso seja trocado o “isso” ou “sabedoria” por ela totalidade, se teria então “é o caso que todos os fatos primos ‘ser sábio’ são virtuosos”.

O terceiro problema é: como os indivíduos podem continuar os mesmos, após as mudanças? Logo na subseção 2.1.1 já foi mostrado que esse foi um dos primeiros problemas que a ontologia substancialista precisou responder, e por isso, não será novamente exposto aqui como esta ontologia pode buscar se livrar deste problema. Porém, quando se parte de um quadro referencial teórico da ontologia dos feixes e dos tropos, o problema acaba sendo mais delicado principalmente por não haver uma distinção entre feixes necessários e contingentes.

James van Cleve lança ainda mais problemas à filosofia dos tropos, mostrando como esta filosofia percebe a relação de propriedades sem estas serem instanciadas por alguma coisa²¹⁶. O grande problema apontado por ele é que justamente a teoria dos feixes nega qualquer tipo de suporte que sirva como um sujeito, e isto significaria que seria negado o próprio “eu”, “uma vez que ele não seria idêntico a nenhuma propriedade ou a nenhum complexo delas, ele teria que acreditar que não há nada com o qual ele é idêntico, [...] que não há tal coisa como ele mesmo”²¹⁷. Isto porque é como se fosse criado um novo indivíduo a cada pequena mudança.

Casullo, por sua vez, tentou responder esse problema afirmando que a crítica feita por Cleve apenas é coerente se a teoria dos feixes possuir uma visão endurantista. Esta visão

²¹⁵ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit, p. 404.

²¹⁶ Nas palavras do próprio Cleve: “Uma linguagem apropriada para esta ontologia consistiria simplesmente de nomes e propriedades mais um sinal para a instanciação, digamos um sinal de exclamação. Ao invés de escrevermos ‘ $\exists x(Fx)$ ’ que sugere a existência de alguma coisa que instancia F, nós poderíamos ter ‘!(F)’ (F é instanciado); ao invés de $\exists x(Fx \& Gx)$, nós poderíamos ter ‘!(FG)’ (F é coinstanciado com G), e ao invés de ‘ $\exists x \exists y (Fx \& Fy \& \sim (x=y))$ ’ nós poderíamos ter ‘!!(F)’ (F é instanciado pelo menos duas vezes). Esta notação esclarece o fato que, embora propriedades sejam instanciadas, elas não são instanciadas por alguma coisa – nem mesmo por um feixe de propriedades”. CLEVE, James van. apud. VIANA, Wellistony C. **A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019. p 254-255.

²¹⁷ Ibidem. p. 255.

(endurantista) afirma que os indivíduos são como um todo tridimensional em cada um dos momentos no tempo. Em outras palavras, no endurantismo, o indivíduo é exatamente o mesmo em toda a sua história, e isto não é um problema grande para o teórico substancialista, visto que ele afirma propriedades essenciais que garantem que isto ocorra. Enquanto isso, na visão *perdurantista*, “cada momento do tempo revela apenas partes temporais diferentes do ente”²¹⁸, ou seja, o indivíduo é a soma de todas as suas partes temporais; Pedro seria, então, a soma de Pedro1 + Pedro2 + ... + Pedron. Neste caso, não haveria problema o Pedro1 ser completamente diferente de Pedro2 (como o Pedro criança e o Pedro adulto) visto que este não é idêntico a um ou outro, e sim à soma destes. Esta visão (perdurantista) não aponta problemas para a teoria dos feixes.

Mesmo de tal modo, o perdurantista ainda teria que responder o que garantia a continuidade entre ambas as partes, pois se Pedro1 e Pedro2 são completamente diferentes, “teríamos um tipo de *creatio ex nihilo*, que não explicaria nossa intuição de que somos, de alguma forma, os mesmos ontem e hoje”²¹⁹. Resta agora a percepção de como a filosofia sistemático-estrutural percebe tal problema.

Primeiramente, Puntel critica a visão de Cleve principalmente por este estar *embasado no próprio quadro teórico da ontologia substancialista*, e que a própria forma de predicação de como ele enxerga a ontologia dos feixes, é usando a referência da predicação no modelo substancialista, o que é absurdo. Na filosofia sistemático-estrutural, como já foi visto ao longo do trabalho, é absolutamente diferente e Viana resume isso.

A predicação na linguagem natural é feita aplicando o atributo “... é sábio” ao termo singular “Sócrates”. Na FES [filosofia sistemático-estrutural], o termo singular “Sócrates” vem reduzido a uma estrutura ontológica complexa (configuração²) e o atributo “... é sábio” transformado numa proposição prima/fato primo pertencente à configuração². Isto significa que a configuração como um todo é entendida como indivíduo, não assumindo nenhum suporte de propriedades. Assim, pode-se fugir da crítica de que uma predicação do feixe seria uma predicação “no ar”, seja porque o conceito de predicação da FES é outro, seja porque a proposição prima verdadeira se determina num lugar sistemático preciso do mundo. A crítica de Van Cleve seria válida apenas partindo dos pressupostos da teoria da substância.²²⁰

O que importa agora é, então, a forma como Puntel resolve em seu quadro teórico esta questão da mudança nas configurações. O primeiro aspecto é que, diferente da ontologia dos feixes e tropos, os fatos primos possuem uma classificação mais abrangente como

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Ibidem. p. 256.

²²⁰ Ibidem. p. 257.

trabalhado no final da subseção anterior. Porém, no âmbito individual, existem ainda modos diferentes de fatos primos, e este assunto é tratado na própria obra *Estrutura e Ser*²²¹. Dentro da diferenciação modal, os fatos primos no indivíduo podem ser compreendidos da forma 1) absolutamente essencial, 2) relativamente ou historicamente essencial e 3) contingente. Como absolutamente essencial se tem, principalmente, no caso do ser humano, o intelecto (razão e entendimento), a vontade e a consciência/autoconsciência, enquanto como relativamente ou historicamente essenciais são fatores que não podem faltar ao indivíduo, mas precisam de uma indexação, como é o caso de ter um corpo, que exige estar em um lugar e tempo. Os contingentes, por sua vez, são a maioria dos fatos primos, como “ter comido lasanha no jantar do dia X” e etc.

O que importa aqui é a compreensão de que existem modalidades dentro da ontologia dos fatos primos, e, deste modo, mesmo em uma visão endurantista, não haveria problemas para este quadro teórico, pois os fatos primos essenciais garantiriam a identidade na mudança. Viana reflete aqui se, porém, na filosofia sistemático-estrutural haveria um endurantismo ou um perdurantismo, visto que isto não é tratado pelo próprio Puntel. Para Viana, nenhuma das duas visões seriam bem enquadradas; o *exdurantismo* parece mais aceitável, constituindo a “concepção na qual os entes persistem no tempo através de estágios de um mesmo indivíduo”²²². Estágios seriam diferentes do que apenas partes temporais defendidas pelo perdurantismo, e este exdurantismo teria um grau maior de coerência por haver uma similaridade e conexão causal entre os estágios, não havendo uma *creatio ex nihilo* que seria uma lacuna no perdurantismo. De tal modo, as configurações seriam um complexo de fatos primos unidos não apenas numa relação de copresença espacial, mas também por uma sucessão temporal.

²²¹ Cf. PUNTEL, Lorenz B. *Estrutura e ser*, op. Cit, p. 363-364.

²²² VIANA, Wellistony C. *A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019. p 254-255.

4 A TEORIA DA VERDADE COMO CONCLUSÃO E DETERMINAÇÃO DA NOVA SEMÂNTICA E DA NOVA ONTOLOGIA DA FILOSOFIA SISTEMÁTICO-ESTRUTURAL

Enquanto no capítulo precedente se tornou conhecida a proposta punteliana de sua nova semântica e nova ontologia, que visa a superar problemas das propostas ontológicas precedentes, ficam, porém, questionamentos relevantes e que apenas o que foi apresentado anteriormente não responde: o que determina que uma sentença prima implique uma proposição prima? O que, por outro lado, decide que uma proposição prima seja idêntica a um fato primo? Tais questionamentos são respondidos pela teoria da verdade proposta pela filosofia sistemático-estrutural, que será apresentada a seguir, e que por isso, possui um caráter conclusivo para tudo o que foi proposto ao longo do presente trabalho.

De tal modo, serão tratados aqui aspectos gerais da teoria da verdade, junto aos seus pressupostos e pormenores, como a sua noção catafórica, a tese da identidade, e o como ocorre o seu caráter de determinação dentro do plano das estruturas fundamentais, que são abordados na subseção 3.3 de *Estrutura e Ser*²²³. Além disso, serão tratadas problematizações que são abordadas pelo próprio Puntel, como a visão da filosofia sistemático-estrutural em torno da falsidade, o caráter ontológico das estruturas formais (lógicas e matemáticas) e a forma moderada do relativismo da verdade proposta por esta filosofia. Além disso, diante dos problemas abordados, poderá ser tratado também como ocorre a relação de verdade entre diferentes quadros teóricos; para um debate mais amplo sobre isto, serão apresentados também alguns aspectos do que é apresentado no quinto capítulo da mesma principal obra de Puntel²²⁴.

Por fim, após toda a explanação feita, assim como no capítulo precedente, será realizada uma problematização acerca do debate contemporâneo em torno desta teoria, usando como base a obra *A filosofia estrutural-sistemática* de Wellistony Viana²²⁵, em que este dedica um capítulo para tratar deste assunto. Tal autor faz um debate mais amplo em torno da tese da identidade que é vastamente debatida na filosofia contemporânea e assumida pela filosofia sistemático-estrutural, mostrando as vertentes robusta e modesta desta tese, e onde a filosofia sistemático-estrutural é enquadrada, mostrando também como esta busca superar os problemas apontados à estas vertentes.

²²³ Cf. PUNTEL, Lorenz B. *Estrutura e ser*, op. Cit. p. 295-326.

²²⁴ Cf. Ibidem. p. 611-641.

²²⁵ Cf. Cf. VIANA, Wellistony C. *A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019. p 263-301.

4.1 Pressupostos para a compreensão da teoria da verdade

A temática da verdade é, sem dúvidas, um dos temas centrais não apenas da metafísica, da filosofia da linguagem, ou de uma teoria ontológica; esta é um dos temas centrais de toda a filosofia, perpassando as variadas áreas específicas desta disciplina. A história deste tema é praticamente tão longa quanto a história da própria filosofia e, por isso, seria impossível para o objetivo do presente capítulo, realizar uma extensa abordagem sobre ele. Para o pensamento de Puntel, porém, uma primeira intuição importante seria a de Frege, que articula a ideia de uma “passagem”, “progresso”, ou “passo” de um plano, para outro: a saber, do plano do sentido, para o plano do significado²²⁶. Este significado, ou “objeto” de uma sentença, seria o valor de verdade, que poderia ser apenas dois: o verdadeiro e o falso.

Na filosofia apresentada no presente trabalho, que possui uma proposta semântico-ontológica/einailógica bem distinta da ideia de Frege, é reconhecida que esta ideia de “progresso” ou “passagem” é muito importante. Puntel, porém, prefere apenas mudar a nomenclatura, visto que a ideia de progredir “possui antes uma conotação de que se trata de dois pontos ou lugares distintos ou de duas entidades distintas, que ao progredir de um para o outro ou de uma para a outra em nada se modificam nem se determinam mais precisamente”²²⁷. Por isso, a ideia é em vez de “progresso”, usar o conceito “transposição” ou “transição” que implica uma modificação do *status* de uma e mesma coisa, seja a sentença ou a proposição.

Em outras palavras, esclarecer “o conceito de verdade significa, então, esclarecer o fenômeno da indeterminidade e a passagem para a determinidade completa da linguagem”²²⁸. É esta questão da determinação que da forma que será mostrada ao longo de capítulo, busca contrapor-se ao deflacionismo, que defende a tese que “verdadeiro” não seria um atributo positivo, mas apenas uma redundância, ou, ainda mais, uma tautologia, tornando-se deste modo inútil. A forma como o deflacionismo realiza isso se dá pela afirmação de que dizer “é verdade que p” é o mesmo que dizer: (simplesmente) ‘p’²²⁹. A forma como a filosofia sistemático-estrutural refuta esta tese, será apontada ao longo deste capítulo, enquanto será trabalhada tal determinação. Portanto, a ideia central de ser compreendida, deste modo, é que o conceito de verdade da filosofia sistemático-estrutural possui duas dimensões fundamentais: a primeira é a dimensão da determinação, e a segunda, a dimensão ontológica/einailógica.

²²⁶ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 296.

²²⁷ Ibidem. p. 297.

²²⁸ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 243.

²²⁹ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit., p. 192.

Ora, se a ideia aqui é a de determinação, que ocorre não como um “progresso”, mas como uma “transição” (como foi mostrado anteriormente), isto ocorre justamente quando é inserido o operador “é verdade que”. A sentença sem o operador (é verdade que) possui apenas um caráter indeterminado ou subdeterminado, de modo que com a inserção do operador, esta ganha um *status* completamente determinado, passando a ser um *argumento* completamente determinado; e ainda mais do que isso, passa a ganhar um *status ontológico* completamente determinado, que deverá ser melhor analisado posteriormente.

O *status* completamente determinado de uma sentença pode ser compreendido a partir do esquema de verdade de Tarski que pode ser apresentado como: “‘*p*’ é verdadeira $\leftrightarrow$ *p*”. Este esquema é criticado sobretudo pelos deflacionistas, que afirmam que o primeiro é idêntico ao segundo, e, portanto, a verdade não afirma nada de novo sobre uma sentença. Quine, por outro lado (segundo Puntel, possivelmente não sendo essa a sua intenção²³⁰), possui uma citação interessante que formula um pensamento que rebate tal tese: “A sentença ‘A neve é branca’ é verdadeira, como Tarski nos ensinou, se e somente se a neve real for realmente branca”²³¹. Para Puntel, tal citação de Quine apresenta a tese de que a *verdade implica uma referência ao mundo, à dimensão ontológica*. De tal forma, o esquema da verdade pode ser reformulado do modo: “‘*p*’ é verdadeiro $\leftrightarrow$ realmente: *p*”. O primeiro *p* não repete o segundo na mesma sentença, pois ambos possuem uma qualificação diferente; o segundo “*p*” pode ser compreendido como o *status* semântico completamente determinado²³².

O questionamento que surge agora é justamente sobre se o “verdadeiro” pode ser compreendido como um predicado que é atribuído a “algo”, como é afirmado pelo problema dos “portadores de verdade”. Ora, já foi analisado de forma enfática no presente trabalho que tal terminologia de predicado ligado a um portador remete diretamente à ontologia da substância e à semântica composicional que são criticadas por Puntel. A visão do presente autor, portanto, é a de compreender o “verdadeiro” como um operador. Viana bem resume tal visão.

A FES [filosofia sistemático-estrutural, na nomenclatura do presente trabalho] não entende “verdade(iro)” como um predicado, mas como um operador, o que torna a expressão “portador de verdade” inadequada. O operador “é verdade que” traz uma sentença (por exemplo, ϕ) como argumento, que *expressa* uma proposição. [...] o operador “é verdade que” se refere, em primeiro lugar, à proposição, depois à sentença e, por fim, ao proferimento (linguístico). Isto significa que, embora se possa aplicar a qualificação de ‘completa determinação’ também à sentença e ao proferimento, ela se refere,

²³⁰ Ibidem. p. 298.

²³¹ QUINE, *apud*, Ibidem.

²³² VIANA, Wellistony C. **A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019. p 101.

sobretudo, à estrutura semântica chamada pela FES de *proposição prima*, que constitui a *raison d'être* da sentença (prima) e do proferimento.²³³

Portanto, atuando o operador sobre a proposição (que aqui na filosofia sistemático-estrutural está em profunda conexão com o plano ontológico e aos fatos primos), o operador também atua sobre a própria sentença e o seu proferimento. Compreendendo melhor a problematização proposta aqui, torna-se possível aprofundar maiores detalhes.

4.1.1 Uma visão catafórica e a análise das três funções da verdade

Para a filosofia sistemático-estrutural, apesar da verdade possuir este caráter de determinação que já foi apresentado anteriormente, isto não ocorre de uma só vez; existem níveis que permitem à determinação uma ocorrência gradativa. Para explicar bem esta ideia, Puntel inicia comparando a sua visão com a da teoria “prossentencial da verdade”, que consiste na afirmação de que o “verdadeiro não é um predicado, mas um fragmento de uma prossentença que deve ser entendida em analogia com um pronome, ou seja, com uma expressão que tem uma relação anafórica com outra expressão ocorrida anteriormente”²³⁴. Esta visão anafórica diz respeito justamente a algo que remete para trás, ou seja, o “é verdade que” remete a uma expressão já ocorrida. Em certo sentido, tal teoria reflete um certo deflacionismo, visto que acaba não ocorrendo uma mudança qualitativa da sentença, tanto no nível sintático, quanto no semântico²³⁵.

A visão de Puntel, por outro lado, é uma visão *catafórica*, ou seja, que remete a algo que é posterior. Em outras palavras, o operador de verdade remete a algo que ainda está por vir, e por isso, a sentença anterior não é completamente determinada, e precisa de uma posterior determinação. De tal forma, em vez de defender a tese prossentencial, o autor aqui trabalhado formula uma visão PERsentencial, a partir do latim *perficere* que significa aperfeiçoar, completar, determinar completamente²³⁶. Uma “*sententia perficienda*”, portanto, é uma “sentença a ser completada ou a ser completamente determinada”²³⁷. De tal forma, apesar da sentença permanecer a mesma em um sentido sintático, esta vai mudando em um ponto de vista semântico de forma gradativa. Vale ainda ressaltar que tal determinação vai ocorrendo

²³³ Ibidem.

²³⁴ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 245.

²³⁵ VIANA, Wellistony C. **A filosofia estrutural-sistemática**, op. cit., p. 102.

²³⁶ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 303.

²³⁷ Ibidem.

primariamente no nível da proposição prima, e apenas posteriormente passa para a sentença, e para o proferimento.

Dito isto, fica mais claro que se a determinação é gradativa, esta deve ocorrer em níveis. É aqui que Puntel insere os seus três níveis de determinação, ou as três funções de verdade. O primeiro deles se refere ao *status* semântico indeterminado, ou subdeterminado que aponta que tal status *deve* ser determinado, que é denominado como T*; enquanto no segundo, ocorre a passagem do *status* que deve ser determinado, para uma completa determinação, sendo denominado como T+; o terceiro, por sua vez, aponta que o status semântico completamente determinado aponta uma dimensão ontológica, sendo caracterizado por Tx. Diante do que já foi apresentado anteriormente, é importante ressaltar que desde a primeira das fases, o operador “é verdade que” assume a função de uma PERsentença, anunciando os níveis de determinação pelos quais a sentença irá passar.

- a) A primeira caracterização (T*) pode ser apresentada da seguinte maneira:

$$T^*: X \rightarrow Y$$

especificando:

$$T^*: p \leftrightarrow p_{per} \in Y$$

Neste caso, X se refere ao conjunto de sentenças e/ou proposições “p” que embora sintaticamente determinadas, ainda estão *semanticamente* indeterminadas. Y, por sua vez, aponta o conjunto de PERsentenças ou PERproposições em que são adicionadas o operador “é verdadeiro que”²³⁸. Em tal caso, tal nível pode ser exemplificado do seguinte modo (assumindo a sentença “a neve é branca”):

$$T^*: \text{É verdade que a neve é branca} \leftrightarrow \text{é semanticamente qualificável ou determinável que a neve é branca.}$$

- b) A segunda função (T+), em um nível mais avançado que a primeira, pode ser caracterizada do seguinte modo:

$$T^+: Y \rightarrow Z$$

$$T^+: p_{per} \mapsto p \in Z$$

²³⁸ OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**, op. cit., p. 247.

Nesta função, é possível ser percebido como a PERsentença ou PERproposição já passa a ganhar um *status* de completamente determinada. Neste caso, Y seria as PERsentenças já elucidadas na primeira função, enquanto Z seriam as sentenças ou proposições “p” completamente determinadas, que são o resultado catafórico das PERsentenças ou PERproposições “*p_{per}*”. Neste caso, usando o mesmo exemplo da “neve é branca”, este nível pode ser exemplificado do seguinte modo:

T+: Está estabelecido que é semanticamente qualificável/determinável que a neve é branca ↔ está semanticamente completamente determinado que a neve é branca.

c) A terceira função (Tx), por sua vez, diz respeito à própria referência ontológica do conceito de verdade. Sobre ela, será melhor explanada na próxima subseção, e apenas nela será também exposta a sua forma lógica. Porém, já é possível adiantar aqui uma clara exemplificação do que ela afirma:

Tx: Está semanticamente completamente determinado que a neve é branca ↔ é fato que a neve é branca.

Portanto, segundo Puntel, a explicação do seu conceito de verdade pode ser formulada como a sequência de equivalências explicativas: É verdade que a neve é branca ↔ deve ser semanticamente qualificado ou determinado (ou é semanticamente qualificável ou determinável) que a neve é branca ↔ está semanticamente completamente determinado que a neve é branca ↔ é fato que a neve é branca.²³⁹

4.1.2 A tese da verdade como identidade

Tendo sido visto que a teoria da verdade da filosofia sistemático-estrutural possui três níveis de determinação, culminando justamente com a referência à própria realidade, torna-se de suma importância abordar melhor tal assunto. Este, por sua vez, já foi se tornando gradativamente mais claro ao longo de todo o presente trabalho (por meio da estrita relação entre semântica/ontologia, proposição prima/fato primo), visto que a referência ontológica à

²³⁹ PUNTEL, Lorenz B. *Estrutura e ser*, op. Cit. p. 306.

realidade é uma das questões que o perpassa desde o início. A questão agora é a percepção de como a verdade atua efetivamente em todo este contexto.

Esta referência da verdade é quase que evidente para a maioria dos filósofos de um modo ou de outro. Existe, por exemplo, a teoria da correspondência que possui um estatuto antigo na história da filosofia, e mesmo que os autores refutem tal teoria, com poucas exceções, não negam esta referência; “eles não chegam a considerá-la um ingrediente intrínseco da verdade, mas a entendem apenas como um momento irrenunciável do discurso sobre a verdade”²⁴⁰. Pode-se ainda achar que os deflacionistas, por exemplo, seriam uma vertente que negaria tal referência, mas nem mesmo com todos estes isto ocorre; Puntel dá o exemplo de Horwich, que reconhece, de certo modo, a referência da verdade à realidade²⁴¹.

Como já foi percebido no final da subseção anterior, a filosofia sistemático-estrutural defende uma tese da identidade, mas uma versão original desta tese, visto que “embora a identidade plena aconteça apenas na última fase, a verdade não ocorre apenas nela, senão também nas fases anteriores de modo progressivo”²⁴². Apesar desta tese aqui apresentada poder ser relacionada com a teoria da correspondência (principalmente o seu caráter de perceber o mundo como “ingrediente absolutamente essencial da verdade”²⁴³), Puntel deixa claro que a sua tese não é idêntica a esta outra teoria.

A forma lógica desta tese da identidade equivaleria à terceira função apresentada na subseção anterior (Tx), podendo ser caracterizada do seguinte modo:

$$Tx: Z \rightarrow F$$

$$Tx: p \mapsto f \in F$$

“Z” equivaleria justamente ao conjunto das sentenças ou proposições “p” completamente determinadas, e “F” o conjunto dos fatos. De tal modo, vale:

$$\forall p \in Z, \forall f \in F (f = Tx(p) \leftrightarrow p = f)$$

²⁴⁰ Ibidem. p. 308.

²⁴¹ “O minimalismo não nega que verdades *correspondem* – em *algum* sentido – aos fatos; ele reconhece que os enunciados devem sua verdade à natureza da realidade. (...) De fato, é inegável que sempre quando uma proposição ou um proferimento é verdadeira/o, ela/e é verdadeira/o *porque* algo no mundo é de certo modo.” HOWICH, *apud*, Ibidem. p. 308.

²⁴² VIANA, Wellistony C. **A filosofia estrutural-sistemática**, op. cit., p. 103.

²⁴³ PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**, op. Cit. p. 311.

De tal forma, o conceito de verdade completo (CVC) é percebido do seguinte modo:

$$(CVC)T = T_x \circ T_+ \circ T^*$$

Portanto, resta compreender agora o como ocorre essa identidade entre proposição prima e fato primo, visto que esta é também uma das principais críticas feitas à teoria da correspondência (como duas dimensões distintas podem corresponder uma à outra). A resposta dada por Puntel é que, primeiramente, para os teóricos adeptos à teoria da correspondência, o “mundo consiste de objetos, propriedades, relações e fatos. Estes últimos são entendidos como estados de coisas existentes, como entidades compostas de objetos, propriedades e relações”²⁴⁴.

Quanto aos problemas da ontologia substancialista, estes já foram bastante delimitados; a questão aqui é que a própria categoria “fato” e “estados de coisas”, também não é muito bem explicada por esta ontologia, sendo na realidade questionados com muita radicalidade pela filosofia analítica²⁴⁵. Quanto à proposta ontológica apresentada pela filosofia sistemático-estrutural, Puntel afirma como acertada a tese de Wittgenstein: “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas”²⁴⁶. Porém, adaptando esta tese ao quadro teórico aqui apresentado, a formulação seria: “o mundo é a totalidade dos fatos primos como estruturas primas ontológicas expressáveis (não como coisas)”²⁴⁷.

De tal modo, fatos primos e proposições primas não devem ser compreendidos como entidades contrapostas, visto que elas possuem uma natureza inteligível comum: a inteligibilidade e a expressabilidade linguística; as estruturas primas ontológicas são expressáveis linguisticamente, e esta mesma expressão já seria a proposição prima. Em outras palavras, o fato primo é inteligível e compreensível por meio da linguagem, por ela possuir este outro lado da moeda, que é a proposição prima. Negar tal tese repetiria o mesmo abismo entre linguagem e mundo já analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

4.1.3 Três questões relevantes para a teoria da verdade punteliana

Tendo sido explanado o cerne de como a filosofia sistemático-estrutural compreende a dimensão da verdade, torna-se necessário abordar três questões absolutamente relevantes; a primeira delas é a questão da falsidade, visto que seria absurdo tematizar acerca

²⁴⁴ Ibidem. p. 312.

²⁴⁵ Ibidem. p. 313.

²⁴⁶ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logicus-philosophicus*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 1.1. p. 55.

²⁴⁷ PUNTEL, Lorenz B. *Estrutura e ser*, op. Cit. p. 314.

da verdade, sem delimitar bem o que seria o falso. A segunda seria acerca da referência ontológica da verdade dentro das ciências formais da lógica e da matemática; e por fim, a terceira questão é como Puntel percebe a questão do relativismo da verdade, visto ser um tema tão atual não apenas na filosofia, mas em boa parte das ciências humanas.

1) Começando pela questão da falsidade, os questionamentos de fundo aqui seriam: “existem sentenças falsas? Caso existam: elas expressam proposições primas falsas? Proposições primas falsas são idênticas a algo ontológico? Sentenças primas falsas ou proposições primas falsas possuem um *status* completamente determinado?”²⁴⁸ Obviamente seria absurdo negar a existência de sentenças falsas.

Puntel, em sua obra, coloca três opções possíveis para o *status* ontológico dessas sentenças: a primeira é que essas são completamente determinadas, e expressam uma proposição; esta proposição é abstrata e não corresponde a um fato primo no mundo. Para o presente autor esta tese não é plausível justamente por não especificar o que seria tal entidade abstrata, não tendo, portanto, um caráter filosófico sério. A segunda das opções seria atribuir à proposição falsa um aspecto negativo, ou seja, a proposição prima não possui uma referência à realidade e não é idêntica a qualquer fato primo no mundo. Para Puntel esta visão é fraca, problemática e insuficiente, pois como uma proposição, em si mesma, subdeterminada ou indeterminada poderia ser completamente determinada negativamente? Isto não parece inteligível.

A filosofia sistemático-estrutural adota, portanto, a terceira das opções: a proposição falsa possui um *status* completamente determinado, mas se diferencia da primeira por esta referência não ser abstrata; é explicada. A explicação se dá justamente a partir da problemática em torno do mundo atual e dos mundos possíveis. Uma “proposição falsa é uma proposição completamente determinada que não é idêntica a um fato do mundo atual, mas certamente a uma entidade de um mundo possível”²⁴⁹. A proposição prima verdadeira, por outro lado, seria idêntica a um fato primo deste mundo atual. Portanto, uma sentença do tipo, “José Serra foi presidente do Brasil de 2003 a 2006”, apesar de não fazer sentido no mundo atual em que Lula foi eleito, a proposição expressa por esta sentença, é idêntica a uma configuração de fatos primos em outro mundo possível.

²⁴⁸ Ibidem. p. 315.

²⁴⁹ Ibidem. p. 317.

O que se dizer, porém, de sentenças do tipo “a caneta de Pedro é redonda e quadrada no mesmo tempo e lugar”? Esta sentença, contraditória e absurda no mundo atual, teria uma referência ontológica em outro mundo possível? Sobre isso, o próprio autor descreve:

O caráter contraditório da proposição necessariamente falsa refere-se juntamente ao exposto: a não-realização ou não-realizabilidade da *ligação* de dois estados de coisas em algum mundo. Porém, uma ligação de dois estados de coisas que não é realizável em nenhum mundo até por definição não possui um *status* completamente determinado, ainda mais precisamente: ela *necessariamente* não possui um *status* completamente determinado. Mas uma proposição que é necessariamente indeterminada não é uma proposição em sentido próprio; ela só pode ser designada de ‘proposição aparente’.²⁵⁰

Portanto, a resposta dada por Puntel é que as proposições expressas por esta sentença (“a caneta de Pedro é redonda e quadrada no mesmo tempo e lugar”) e outras sentenças que ferem princípios fundamentais e são *necessariamente falsas*, não são idênticas a nenhum fato no mundo atual, e em nenhum mundo possível; estas seriam apenas proposições aparentes, sendo incapazes de qualquer tipo de determinação, visto que não passaria sequer do primeiro dos *status* da verdade. Estas são impossibilitadas de se tornarem uma PERsentença, sendo irreal que estas sejam “semanticamente qualificáveis ou determináveis” sendo a exemplificação geral do T*. Em linhas gerais, é desta forma que a filosofia sistemático-estrutural aborda a questão da falsidade.

2) A segunda questão levantada para a teoria da verdade aqui esboçada seria quanto à referência ontológica de proposições lógicas e matemáticas, visto que equações e cálculos matemáticos não fazem parte do “mundo das coisas ‘concretas’, em suma, o mundo como o universo ‘real’ em um sentido intuitivo e compreensível de modo geral”²⁵¹, onde é possível atestar que tais proposições correspondem ou não a fatos primos. O problema central aqui é que proposições primas verdadeiras *devem* possuir uma referência ontológica; como ficaria então o caso destas proposições?

O primeiro ponto que precisa ser aclarado, é que em um primeiro sentido as estruturas formais (lógicas e matemáticas) são responsáveis por estruturar o mundo como tal, e para tanto, possuem um *status* ontológico determinado (sobre isso, Cf. a subseção 2.3.2 do presente trabalho). A questão levantada aqui seria a verdade das estruturas formais em seu sentido *puro*, não aplicadas ao mundo enquanto tal; ou seja, como ficaria a verdade dentro da “matemática pura” ou da “lógica pura”. Ora, se estas adquirem um caráter ontológico ao serem

²⁵⁰ Ibidem. p. 317-318.

²⁵¹ Ibidem. p. 318.

aplicadas ao mundo, se elas não tiverem um caráter ontológico em seu sentido puro, seria como se acontecesse um milagre não explicável em sua aplicação. A resposta dada pela filosofia sistemático-estrutural é justamente o reconhecimento de um “mundo lógico/matemático” composto por estes fatos, como quer que esse mundo seja entendido, seja “um mundo ‘platônico, abstrato, como um mundo conceitual artificial etc.’”²⁵². Para isso, Puntel ressalta como o termo “*logical facts*” é utilizado sem qualquer problema contemporaneamente para designar o que ele chama de estruturas lógicas.

Um último questionamento dentro desta questão seria se tal mundo lógico/matemático poderia ser compreendido como uma criação do espírito do humano, ou um construto da subjetividade, o que seria uma visão fisicalista. O autor aqui trabalhado afirma que tal reducionismo não pode ser, em hipótese alguma, fundamentado dentro do quadro teórico aqui delimitado. O principal argumento utilizado por ele é justamente sobre a amplitude do mundo lógico/matemático em comparação ao mundo físico. Seria completamente absurdo “comprimir” o mundo lógico/matemático dentro do mundo físico, por aquele possuir uma infinitude que supera esse. De tal modo, é inevitável supor que tal mundo matemático possua a sua autonomia ontológica, e é esta autonomia que faz com que este mundo matemático se imponha a partir do que ele mesmo é; se isto não ocorre, “então todo o processo físico-matemático que caracteriza essencialmente a ciência (natural) seria completamente ininteligível”²⁵³.

3) A terceira das questões levantadas por Puntel é justamente acerca de como a filosofia sistemático-estrutural compreende a questão do relativismo da verdade, visto que duas teses são importantes ao ser abordada a temática do quadro referencial teórico dentro desta filosofia: a primeira é que “todo enunciado teórico (e assim também todo enunciado teórico verdadeiro) é proposto dentro de e *em conformidade com* um determinado quadro teórico”²⁵⁴; a segunda das teses é a de que existe uma grande pluralidade de quadro teóricos. Portanto, o que se torna evidente aqui é que cada enunciado teórico apenas é verdadeiro quando analisado a partir do seu próprio quadro referencial teórico, ou em outras palavras, um enunciado é verdadeiro *relativamente* àquele quadro teórico específico. Isso significaria afirmar que a verdade é apenas relativa do mesmo modo como todos os enunciados verdadeiros? Afirmar isto mostraria que a tese do relativismo total ou radical é correta e implica uma antinomia

²⁵² Ibidem. p. 319.

²⁵³ Ibidem. p. 321.

²⁵⁴ Ibidem.

irrevogável: “se toda verdade é relativa, também a verdade da tese do relativismo radical é relativa – desse modo, porém, ela anula a si mesma”²⁵⁵.

É por isso que a filosofia sistemático-estrutural não assume este relativismo radical, optando por um *relativismo moderado* que assume que “toda verdade é relativa a algum (pelo menos um) quadro teórico e verdades absolutas são aquelas válidas em todo e qualquer quadro teórico”²⁵⁶. Portanto, diferente do relativismo radical, Puntel assume em seu pensamento a existência de verdades absolutas, que seriam equivalentes a verdades necessárias não apenas nos variados quadros teóricos do mundo atual, mas ainda em todos os mundos possíveis, numa palavra, verdades absolutas são as que são válidas em todos os quadros teóricos.

Este conceito de verdade absoluta está diretamente relacionado ao conceito de *ideia reguladora* de Kant, apesar de que não em todo o sentido utilizado por este filósofo. Puntel ainda compara ao conceito do conjunto não enumerável (infinito) na matemática, em que “é irrefutável que a este último conceito cabe um ‘lugar’ bem determinado e irrenunciável nas teorias matemáticas. Ele serve para explicitar de modo correto e preciso nexos fundamentais no âmbito matemático”²⁵⁷. O que se deseja afirmar aqui é que, então, cabe à verdade absoluta regular e explicitar de modo coerente todo e qualquer empreendimento teórico, de modo que sem essa(s) verdade(s), qualquer empreendimento teórico torna-se ininteligível. Fica claro que para que esta verdade seja absoluta ela não pode estar exclusivamente presente no quadro referencial teórico aqui esboçado, mas sim em um lugar teoricamente mais abrangente: elas seriam um *metaenunciado* dentro de uma *metadimensão* dessa filosofia, que comporta todos os demais quadros teóricos²⁵⁸.

Ora, resta agora compreender *quais são* estas verdades absolutas que regulam todo e qualquer empreendimento teórico. Puntel responde tal questionamento afirmando que em geral, se trata de “verdades” lógicas e metafísicas mais abrangentes, como os princípios da não-contradição, da coerência universal, de unidade de toda a realidade, da razão suficiente (entendido em conformidade com as teses básicas do presente quadro teórico) e etc. Portanto, assim como uma sentença é necessariamente falsa (como já foi visto) quando esta fere tais princípios (sendo apenas uma sentença e proposição aparentes), não possuindo qualquer referência ontológica, então uma sentença/proposição apenas passa a ser articulada e inteligível a partir da “regulação” destas verdades absolutas, podendo as sentenças ou proposições

²⁵⁵ Ibidem.

²⁵⁶ VIANA, Wellistony C. *A filosofia estrutural-sistemática*, op. cit., p 105.

²⁵⁷ PUNTEL, Lorenz B. *Estrutura e ser*, op. Cit. p. 324.

²⁵⁸ VIANA, Wellistony C. *A filosofia estrutural-sistemática*, op. cit., p 106.

coerentemente articuladas, corresponderem a um fato ontológico no mundo atual (caso tais sentenças ou proposições coerentemente articuladas forem verdadeiras), ou em um mundo possível (caso estas, ainda que coerentemente articuladas por tais verdades absolutas, mesmo assim forem falsas).

4.1.4 A pluralidade e o diálogo entre os variados quadros teóricos

Na última subseção pôde ser analisada a questão de que a verdade é, em síntese, percebida dentro de cada quadro referencial teórico, e por isso, ela é relativa a cada um destes. O que ocorre, porém, é que tal afirmação não é tão simples de ser acolhida, visto que, diante da grande variedade de quadros teóricos, todos seriam simplesmente verdadeiros? Como fica, por exemplo, o debate ético e político em que se têm quadros teóricos absolutamente contrários, e fica praticamente impossível afirmar que ambos são verdadeiros? O filósofo então terá que simplesmente descartar a possibilidade de analisar qual é o mais “verdadeiro” entre ambos? E enquanto a ciência? O quadro referencial teórico da filosofia nada teria a acrescentar à ciência por estes serem distintos? Obviamente tais problemas não poderão ser tratados aqui de forma pormenorizada, visto que é uma das questões mais discutidas do debate filosófico atual. De igual modo, também não poderia ser totalmente descartada no presente trabalho pela sua relevância, e, portanto, serão mostradas apenas algumas respostas da filosofia sistemático-estrutural que *dão base* a soluções destes problemas.

Um primeiro fato importante de ser aclarado é que toda essa problemática em torno da verdade no aspecto tratado nesta subseção não é tão simples de ser analisado. Se for analisada a sentença “O sol nasce e se põe todos os dias” dentro do quadro referencial teórico da vida cotidiana, é uma sentença verdadeira, e a tese contrária seria absurda. Porém, para o quadro teórico científico, esta sentença é falsa, visto que na verdade não existe um “nascer” ou um “pôr” do sol, e sim um movimento de rotação terrestre formado por uma série de fatores físicos que dão esta impressão. Seria, porém, no mínimo desagradável em uma conversa cotidiana, um cientista corrigir a pessoa que está usando a expressão “me é muito agradável ver o pôr do sol” com toda uma explicação científica de que tal expressão, no seu quadro teórico, está errada. Neste aspecto, o próprio Puntel comenta.

O que isso mostra é que o “fenômeno” chamado verdade não é algo simples, uma questão de “sim-ou-não-e-ponto-final”, senão que é um todo grande e complexo constando de muitas facetas e, sobretudo, de muitos graus. A escala de graus de verdade corresponde à escala de quadros referenciais teóricos. A

pluralidade de quadros referenciais teóricos não deve ser entendida no sentido de uma pluralidade de diferentes possibilidades ou opções de igual estatuto teórico, situadas por assim dizer no mesmo plano, sem diferença de estatuto ou grau. Antes, um quadro referencial e, assim, um grau de verdade não é igual a outro, é inferior ou superior a outro(s). O critério para um estatuto superior (respectivamente inferior) é extensamente exposto em ES: o critério é dado pela coerência e inteligibilidade superior (respectivamente inferior).²⁵⁹

De forma clara, o autor expõe que, mesmo existindo verdade em diferentes quadros teóricos, tais verdades não são situadas no mesmo nível ou no mesmo grau, podendo ser superior ou inferior. Em outras palavras, é absolutamente plausível afirmar uma hierarquia a partir dos critérios de teoricidade, inteligibilidade, coerência, abertura temática ilimitada e rigor expositivo²⁶⁰. Portanto, “esses diferentes graus de verdade constituem partes de um enorme processo hierarquizado chamado verdade”²⁶¹. Assim, o quadro teórico mais alto abarca os quadros teóricos inferiores, de tal modo que a verdade absoluta, como já foi mostrado, é aquela que é verdade em todos estes quadros.

Ora, torna-se evidente que para analisar a superioridade ou inferioridade da verdade em um determinado quadro teórico, é preciso aprofundar com mais detalhes estes critérios. Em suma, como pôde ser visto na citação anterior, os principais critérios seriam a coerência e inteligibilidade, visto que são os critérios que o próprio autor resumiu na referida citação. Porém, compreender esta coerência e inteligibilidade de modo mais coerente e detalhado seria imprescindível, e para tal, Puntel expõe no extenso capítulo 5 de *Estrutura e Ser* como se poderia perceber o quadro teórico mais adequado ontologicamente. Estes, podem ser diferenciados a partir de três pares de conceitos: os *graus de profundidade* que os diferencia entre estruturas de superfície e estruturas profundas, o *critério da texturalidade*, que os diferencia entre textura fina e grossa, e os *graus de coerência*.

1) Como foi introduzido anteriormente, os graus de profundidade podem ser diferenciados pelas estruturas de superfície ou estruturas profundas. As estruturas de superfície dizem respeito a uma perspectiva particularista, sendo “tão parciais e restritas quanto as perspectivas ou quadros teóricos a partir dos quais foram desenvolvidas”²⁶². Aqui estaria enquadrado o exemplo anterior sobre a sentença “O sol nasce e se põe todos os dias” dentro da perspectiva do quadro teórico cotidiano. Neste caso, existe apenas uma perspectiva particular, que é a da(s) própria(s) pessoa(s) que visualiza o aparente movimento solar.

²⁵⁹ PUNTEL, L. B. “Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: *Estrutura e Ser*. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática”. *Síntese*, v. 40, n. 126, 2013. p. 51.

²⁶⁰ OLIVEIRA, Manfredo A. de. *A ontologia em debate no pensamento contemporâneo*, op. cit., p. 250.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² PUNTEL, Lorenz B. *Estrutura e ser*, op. Cit. p. 543-544.

Por outro lado, as estruturas profundas são as que buscam assumir uma perspectiva crescentemente universal, sendo cada vez menos particularista, e mais universalista. Em outras palavras, uma estrutura profunda busca abranger diferentes pontos de vista, ou até mesmo abarcar outros quadros teóricos dentro de determinados assuntos. Poderia se atestar teorias filosóficas, por exemplo, que buscam realizar diálogos com o quadro teórico da ciência, da religião, da cultura, ou de outras perspectivas. Nessa perspectiva, os quadros teóricos ainda podem ser percebidos com estruturas mais ou menos profundas.

Vale ressaltar que a filosofia sistemático-estrutural defende que a tentativa de articulação de uma estrutura “absolutamente mais profunda” ou “absolutamente mais universal”, é um esforço vão; a ideia de um dia atingir tal quadro teórico absoluto é insustentável. Isso porque a própria história está em desenvolvimento, novas temáticas aparecem junto com seus problemas, novas perspectivas são criadas, a ciência vai descobrindo novos horizontes, e o próprio espírito humano vai superando a si mesmo. Desta forma, seria absurdo afirmar que a filosofia sistemático-estrutural ou qualquer outro quadro referencial teórico afirme-se como absoluto.

2) O segundo critério, sobre a diferenciação entre texturalidade fina e texturalidade grossa, complementa o primeiro critério, pois na medida em que a teoria se torna mais refinada, essa também se vai tornando mais capacitada à universalidade. Portanto, a texturalidade grossa equivaleria à estrutura de superfície em que “falta aquilo que se pode denominar a diferenciação, o detalhamento e a especificidade”²⁶³; este déficit não é encontrado em evidência na texturalidade fina. Vale ainda ressaltar que neste caso de textura, não é possível estabelecer um limite entre elas, visto que estas formam *um contínuo*; o que significa afirmar que uma teoria pode ser “mais grossa” e aos poucos ir se refinando.

O exemplo dado por Puntel, neste caso, é de quando um observador está passando por uma casa e expressa a sentença “No próximo cruzamento, do lado direito, há uma casa vermelha”. Esta informação, que é verdadeira, mostra uma estrutura de superfície, de textura grossa, que é muito generalizada. Na medida em que este se preocupa em detalhar mais as informações desta casa, como o número de janelas, o tom da cor vermelha da casa, o tipo de telhado e etc., esta informação vai, aos poucos, perdendo a sua texturalidade grossa, e vai se tornando cada vez mais fina. Para o autor, é interessante o fato que “a casa não permanece, em termos absolutos, simplesmente ‘a mesma’ nem em seu todo nem quanto aos seus aspectos

²⁶³ Ibidem. p. 544.

específicos, mesmo que, na vida cotidiana, se fale sem pensar muito da ‘mesma casa’”²⁶⁴. Isso ocorre justamente pela ocorrência de que neste processo de progressão para a estrutura de textura fina, parece que a própria casa vai se modificando constantemente, apesar de que o primeiro dado (“No próximo cruzamento, do lado direito, há uma casa vermelha”) não deixa de se manter verdadeiro.

Apesar deste exemplo acima ser um exemplo mais cotidiano, Puntel afirma que tal fato deve ser definitivamente atestado na própria ciência, diante do refinamento de teorias, e a percepção de qual possui uma texturalidade mais fina. O exemplo aqui dado por Puntel é um dos assuntos bem enfatizados no presente trabalho: a comparação da ontologia da substância ligada à uma semântica composicional, e a da ontologia aqui sustentada, dos fatos primos ligados à uma semântica contextual, terminando por afirmar que a ontologia aqui sustentada possui um maior refinamento quando comparada à primeira ontologia citada²⁶⁵.

3) O último dos critérios é justamente o de *coerência*. Neste caso, o autor afirma que não deve ser compreendido simplesmente como um sinônimo de consistência em um sentido rigorosamente lógico, e por isso, não é entendido de forma negativa, como uma ausência de contraditoriedade, mas sim de modo positivo. Deste modo, uma coerência maior se dá primeiramente “por uma quantidade maior de aspectos ou momentos estruturais (que é o aspecto ‘material’); e segundo, pela totalidade das relações que interconectam os ‘elementos naturais’”²⁶⁶. De tal modo, quanto mais exata e estrita for a configuração das relações, maior será a coerência.

Portanto, torna-se claro aqui que apesar da verdade ser relativa ao seu determinado quadro teórico, é adequado perceber que, a partir de tais princípios, é possível atestar o quadro teórico mais profundo, refinado e coerente. Um quadro teórico que se caracteriza de tal modo não é fechado a si, mas busca abarcar a máxima quantidade de outros quadros teóricos e dialoga com diferentes vertentes, em vista de atestar o seu maior grau de verdade. É praticamente impossível afirmar que um quadro teórico fechado apenas em si mesmo possui este maior grau de inteligibilidade, visto ter toda a sua percepção vinculada ao seu próprio parâmetro e é por isso, particularista. O relativismo moderado defendido pela filosofia sistemático-estrutural não corrobora com a tese de uma falta de relação entre os vários quadros teóricos, visto que no final das contas, todos estes são diretamente conectados por um quadro teórico muito mais

²⁶⁴ Ibidem. p. 545.

²⁶⁵ Ibidem. p. 546.

²⁶⁶ Ibidem. p. 546-547.

abrangente, que é a própria configuração de mundo, ou a configuração do Ser como tal e em seu todo.

4.2 Problematizações em torno da teoria da verdade: contextualização e pressupostos metodológicos

Assim como no capítulo precedente, em que foram mostradas problematizações em torno dos temas propostos, é imprescindível também apresentar um pouco do debate contemporâneo em torno da teoria da verdade, que é um dos temas mais discutidos ao longo do pensamento filosófico, e possui grande relevância, desde que se a filosofia é uma atividade teórica, esta precisa importar-se com a verdade mesmo que seja para a afirmação de que esta possui apenas um caráter de redundância, como é o caso do deflacionismo. Nesta seção, portanto, será mostrado como a teoria da verdade da filosofia sistemático-estrutural se posiciona diante das questões contemporâneas *em torno da verdade enquanto teoria da identidade* a partir da análise de Wellistony Viana²⁶⁷, sendo válido ressaltar, portanto, que este autor não problematiza toda a teoria, mas apenas a tese da identidade.

Um primeiro aspecto importante de ser lembrado é que a filosofia aqui estudada defende uma tese da identidade da verdade, em que proposições verdadeiras são idênticas a fatos; tal tese difere da teoria da correspondência que consiste na afirmação de que “proposições tornam-se verdadeiras *através* dos fatos”²⁶⁸. A questão existente aqui, por sua vez, é que ao se tratar de tese da identidade, duas vertentes são predominantemente apresentadas: a concepção robusta e a modesta. Ambas diferem justamente na compreensão do significado de “fato”; a robusta defende que fatos são “entidades do mundo e, por isso, quando proposições verdadeiras são idênticas a tais fatos, algo acerca da realidade é afirmado”²⁶⁹, enquanto a concepção modesta aponta que fatos não são entidades que pertencem ao mundo, mas apenas ao pensamento, o que significa afirmar que a identidade entre proposições verdadeiras e fatos não afirma nada acerca da realidade. A questão importante é que os teóricos adeptos à concepção robusta acabam compreendendo o mundo dentro do quadro teórico da ontologia da substância, enquanto os da concepção moderada acabam, mesmo que indiretamente, adotando o deflacionismo.²⁷⁰ O que cabe questionar aqui, por sua vez, seria: qual das duas concepções é

²⁶⁷ VIANA, Wellistony C. *A filosofia estrutural-sistemática*, op. cit., p 263-301.

²⁶⁸ Ibidem. p 264.

²⁶⁹ Ibidem. p. 265.

²⁷⁰ Wellistony Viana realiza uma apresentação geral sobre o debate entre essas duas concepções. Sobre isso, cf. Ibidem. p. 265-269.

aceita pela filosofia sistemático-estrutural? Puntel não é adepto de qualquer uma destas duas vertentes, mas ao mesmo tempo busca conciliá-las em seus pontos favoráveis.

Como já foi apontado, a concepção robusta acaba adotando uma semântica composicional, e a sua consequente ontologia substancialista. Sobre isso, Dodd afirma que o “teórico da identidade robusta [...] toma os fatos e as proposições verdadeiras, com as quais eles são idênticos, como estados de coisas: coisas do reino da referência, cujos constituintes representam objetos e propriedades mundanas”²⁷¹. Ora, já foi insistentemente visto que o mundo constituído de objetos e propriedades é a tese da ontologia da substância que é criticada pela filosofia sistemático-estrutural. Por outro lado, a afirmação de que os fatos não são algo do reino do pensamento, mas sim entidades do mundo e que, portanto, a verdade afirma algo sobre a realidade, é um aspecto da teoria robusta assumido pelo pensamento punteliano e que de tal forma, o seu oposto (a concepção modesta) é criticado justamente pela afirmação contrária desta tese (ou seja, a verdade não diz nada acerca da realidade). Ora, se a verdade nada afirma sobre a realidade, esta é insignificante tanto para a vida cotidiana, como mais ainda para a ciência. É o que Puntel questiona: “Se realmente a ‘verdade’ não significasse nada a respeito do mundo, como se poderia esperar que o mundo respondesse às nossas teorias?”²⁷² É evidente, por sua vez, que o mundo claramente atesta as teorias verdadeiras, o que torna incompreensível a identidade entre proposições e fatos estar apenas no âmbito do pensamento.

Deste modo, apesar da filosofia aqui proposta não ser totalmente adepta da teoria robusta, três teses, de tal concepção, poderiam ser afirmadas no presente quadro teórico: assim como Wittgenstein, a filosofia sistemático-estrutural assume o mundo como uma “constelação de fatos”, mas sem assumir a compreensão da ontologia substancialista; crítica o deflacionismo e por fim, busca superar o abismo entre pensamento e mundo que perdura em uma teoria modesta.

Viana continua a sua exposição abordando alguns pressupostos metodológicos para que se possa adentrar de forma mais sucinta no pensamento de Puntel. Para isso, Viana deixa claro que a teoria da verdade proposta pela filosofia sistemático-estrutural aborda a verdade de uma forma *interdisciplinar*, visto que apenas uma disciplina não consegue dar conta da grande vastidão deste tema. Por sua vez, uma primazia deve ser dada a pelo menos duas delas: a semântica e a ontologia; isto pelo fato de “proposição” e “fato” serem as duas entidades básicas assumidas ao ser tratado do problema da verdade.

²⁷¹ Dodd, J. *apud*. Ibidem. p. 269.

²⁷² Cf. Puntel, L. B. “*Truth, Sentential Non-Compositionality and Ontology*”, em *Synthese*, n. 126, 2001. p. 248.

A seguinte questão, de grande relevância, é a questão de como pode ser compreendida a *definição* de verdade, visto que tal questão pode levar a um paradoxo em que “*definiendum = definiens*”; se o primeiro, que é o que deve ser definido (*definiendum*), tem o mesmo sentido (no caso da filosofia sistemático-estrutural, valor semântico) que o segundo, que é o que define (*definiens*), então a verdade não passa de algo trivial e redundante, que apenas reafirma algo que já foi expresso. De tal forma, ao se dar a definição a um termo, ou esta definição seria trivial (no caso de verdadeira), ou seria incorreta. Fugir deste paradoxo seria um primeiro aspecto importante a ser desenvolvido aqui. A forma como a filosofia sistemático-estrutural busca resolver este problema é por meio de um procedimento denominado como *reconstrução racional-sistemática*, que utiliza de alguns argumentos que já foram apresentados no presente capítulo.

Dentro deste ponto, um primeiro elemento importante de ser considerado é que quando se considera uma definição, “se procura definir ou explicar um conceito, o que vem pressuposto é que o *definiendum* não está claro ou precisa ser elucidado”²⁷³. Em outras palavras, o seu valor semântico não está completamente determinado, ou esclarecido, precisando passar por um processo de melhor determinação, o que significa que o *definiens* precisa apresentar um *status* semântico mais completo e determinado que o *definiendum*. Ora, o que ocorre aqui é que se torna necessária uma relação de determinação, ou uma passagem de um *status* semântico indeterminado (ou subdeterminado) do *definiendum*, para um *status* completamente determinado do *definiens*.

É deste modo que a reconstrução racional-sistemática busca resolver este e problema, sendo aqui exemplificado:

- 1) Água = água
- 2) Água = H₂O

Enquanto em 1) se tem apenas uma repetição tautológica em que o *definiens* nada acrescenta ao *definiendum*, em 2) o *definiens* acrescenta uma informação mais precisa e mais clara, possuindo um *status* semântico mais elevado, o que também retoma a questão dos graus de verdade que já foi citada anteriormente neste capítulo. O conceito de verdade entra aqui, então, como uma completa determinação do *status* semântico de uma proposição, sendo “o

²⁷³ VIANA, Wellistony C. *A filosofia estrutural-sistemática*, op. cit., p. 273.

estágio final da determinação, onde se obtém uma definição adequada de um *definiendum*”²⁷⁴ Sobre isto, é válido ainda ressaltar o que foi exposto na subseção 3.1.2 em que fora abordada a questão das três funções da verdade, em que todo este aspecto foi melhor aclarado.

4.3 Problemas em torno da tese da identidade que são confrontados pela filosofia sistemático-estrutural

Ao aprofundar alguns problemas da tese da identidade que podem ser replicadas pela filosofia aqui explanada, Viana expõe seis destes: o problema modal, o problema do “fato certo”, o “problema do estilingue”, o problema da individuação, o problema da congruência e o problema da relação entre verdade e intrinsicismo. A presente seção buscará problematizar cada uma destas críticas.

1) O primeiro dos problemas é justamente o modal. A tese aqui é de que proposições e fatos possuem um *status* modal diferente, que não devem ser identificados. O exemplo dado por Fine é que se for tomada uma proposição *p* que afirme “Carter foi presidente em 1979” e o fato *f* de que Carter foi presidente em 1979, não podem ser idênticos porque é lógico que *p* pode existir mesmo que *f* ocorra ou não. Se *f* é falso, e, portanto, nenhum fato corresponda a *f* e por isso, *f* não exista, mesmo assim a proposição *p* existe; de tal modo, *p* possuiria uma propriedade que *f* não possui: a existência. Segundo a lei dos indiscerníveis de Leibniz *p* e *f* não poderiam ser idênticos por não possuírem todas as propriedades em comum.

A forma como a filosofia sistemático-estrutural resolve este problema é a partir de um aspecto que já foi abordado anteriormente: a questão da falsidade. Proposições primas falsas correspondem a um fato primo existente *em outro mundo possível*, de modo que se *p* é verdadeira, ela corresponde a *f* neste mundo atual, e sendo *p* falsa, ela corresponde a um *f* em outro mundo possível. O exemplo dado por Fine em *p* (“Carter foi presidente em 1979”) corresponde a um *f* neste mundo atual, enquanto a proposição *q* “Ford foi presidente em 1979” seria idêntica a um fato em outro mundo possível. Sendo utilizados os modos contingente e necessário, a proposição *p* e o fato *f* são idênticos de forma contingente (visto que *p* e *f* não são idênticos em todos os mundos possíveis), enquanto proposições primas necessariamente verdadeiras o são em todos os mundos possíveis. Proposições primas necessariamente falsas, na filosofia sistemático-estrutural, são apenas proposições aparentes. Deste modo, este primeiro problema enfrentado pela tese da identidade não se aplica à filosofia sistemático-estrutural.

²⁷⁴ Ibidem. p. 274.

2) O segundo dos problemas é o do “fato certo” e foi levantado por R. Cartwright e S. Candlish. O problema levantado aqui é justamente a partir da tese de que uma proposição p é verdadeira apenas se esta for idêntica a *um* fato; tal tese (da identidade) não “dá conta de apresentar o ‘fato certo’ com o qual a proposição p é identificada, uma vez que o que interessa na teoria não é afirmar que a proposição verdadeira p é idêntica a qualquer fato, mas a um determinado”²⁷⁵. Pressupõe-se aqui que dentre os candidatos ao “fato certo”, existem fatos errados e a generalização da teoria não trata de como excluí-los e mostrar qual destes é o idêntico ao da proposição p .

Beall tentou refutar este problema afirmando que não existem vários “candidatos” ao fato certo, mas apenas um: o fato que é idêntico à proposição p . Ou seja, não existem fatos errados, “qualquer candidato para ser o *fato certo* com o qual p é idêntico deve ter a seguinte propriedade: *ser idêntico a p*”²⁷⁶. Segundo Viana, esta mesma resposta de Beall é adequada à filosofia sistemático-estrutural, mas é importante ser ressaltado como esta resposta também se aplica ao plano modal, eliminando possíveis questionamentos que surjam. Como foi visto na resposta anterior, uma proposição prima falsa é idêntica a um fato primo possível, isto é, existente em outro mundo possível. Isto, por sua vez, não implica que existem vários candidatos a fatos que sejam idênticos à proposição falsa; uma proposição prima falsa é idêntica a apenas um fato primo em um dos mundos possíveis, enquanto uma proposição prima necessariamente falsa, como também foi analisado, não é idêntica a qualquer fato primo em qualquer mundo possível. Exemplificando, a proposição “Carter foi presidente em 1979” é idêntica apenas ao fato primo de que “Carter foi presidente em 1979”, anulando qualquer candidato em outro mundo possível.

3) O terceiro dos problemas é conhecido como o do “estilingue” (“*slingshot problem*”), e em linhas gerais, afirma que a tese da identidade entre proposição e fato “levaria à conclusão absurda de que existe apenas um ‘grande fato’ para todas as proposições verdadeiras”²⁷⁷. Isto teria como pano de fundo a tese de Frege de que a sentença possui tanto um sentido como uma referência, onde o sentido seria o “pensamento” e a referência o seu valor de verdade (verdadeiro ou falso). É válido ainda ressaltar que Frege afirmava que a referência “não mudava quando são atribuídos dois nomes com sentidos diferentes para ela, mas como nomes podem ter sentidos diferentes, uma substituição nem sempre é legítima”²⁷⁸. O famoso

²⁷⁵ Ibidem. p. 286.

²⁷⁶ BEALL, J. C. *apud*, Ibidem.

²⁷⁷ Ibidem. p. 287.

²⁷⁸ Ibidem.

exemplo dado aqui é justamente que “estrela matutina” e “estrela vespertina” possuem sentidos diferentes para um mesmo referente, que é o planeta Vênus, e por possuírem sentidos diferentes, nem sempre podem ser substituídas em contextos intencionais.

É interessante citar a formulação de Davidson para este argumento que visava criticar a teoria da correspondência. Adaptando para a teoria da identidade, a sua tese levaria à consequência de que se proposições forem idênticas a fatos, então existiria apenas um único fato para todas as proposições verdadeiras, o que seria absurdo. Isto se daria por dois argumentos: a) “todos os termos singulares logicamente equivalentes têm o mesmo referente”²⁷⁹ e b) “um termo singular não muda sua referência, quando é substituído por outro termo que tenha o mesmo referente”²⁸⁰. Além de termos singulares, sentenças nominalizadas também poderiam entrar aqui. Um exemplo que pode ser dado, é que a sentença “Machado de Assis é Machado de Assis” é equivalente a “Machado de Assis é o autor de *Quincas Borba*”; a substituição de “Machado de Assis” por “*Quincas Borba*” é possível visto que estas possuem o mesmo referente. Viana resume à conclusão de Davidson:

Resumidamente, poderíamos asseverar: se sentenças verdadeiras forem logicamente equivalentes, então elas podem ser substituídas umas pelas outras. Nesse caso, se tais sentenças correspondessem a fatos, argumenta Davidson contra a teoria da correspondência, teríamos que admitir apenas um “grande fato”, com o qual toda sentença verdadeira corresponderia. Uma vez que isso é absurdo, então se deve negar que sentenças verdadeiras correspondam a fatos.²⁸¹

Alguns argumentos são apresentados por Viana, mostrando que o problema do estilingue é controverso e não é suficiente para causar problemas para a filosofia sistemático-estrutural. O primeiro deles é justamente a afirmação de que sentenças possam ser nominalizadas. Ora, isto parte de uma semântica composicional que é rejeitada pelo pensamento aqui proposto, e que não receberá maiores explicações justamente por ter sido enfaticamente trabalhado aqui. O segundo dos argumentos é que não deve ser aceito que sentenças logicamente equivalentes possam ter o mesmo referente. Para tal, o contraexemplo dado é que a sentença “Machado de Assis é o autor de *Quincas Borba*” não é equivalente à sentença “Machado de Assis é o autor de *Quincas Borba* e (a Terra é um planeta ou não é o caso que a Terra é um planeta)”. A segunda sentença tem uma parte (a sentença disjuntiva) que indica um referente diferente da primeira sentença.

²⁷⁹ Ibidem. p. 287-288.

²⁸⁰ Ibidem. p. 288.

²⁸¹ Ibidem. p. 288.

Outro argumento que pode ser dado aqui é a questão da substituição de termos singulares ou sentenças por outras, contanto que tenham a mesma referência. Gödel já havia afirmado que o argumento do estilingue não possui força em contextos intencionais, enquanto Frege já dizia que substituir “estrela matutina” por “estrela vespertina” também não se mostraria coerente por possuírem sentidos diferentes. Isto leva à conclusão de que a filosofia sistemático-estrutural também possui esta mesma visão, onde, como foi mostrado no capítulo precedente, duas sentenças primas nunca expressam uma mesma proposição prima, podendo haver apenas uma semelhança de família. Portanto, este problema do estilingue “não somente está baseado em pressuposições controversas, como também não apura o fator semântico de proposições, essencial para o problema da verdade”²⁸².

4) O quarto problema é o da individuação. O argumento apresentado aqui é que a identidade entre uma proposição e um fato não explica como proposições podem ser mais “refinadas” do que fatos, visto que supostamente seria possível várias proposições designarem um mesmo fato. É o caso das sentenças “três quartos do eleitorado compareceram às urnas” e “75% do eleitorado compareceram às urnas”, ou ainda das sentenças “para cozinhar precisamos de algum sal comum” e “para cozinhar precisamos de algum cloreto de sódio”.

A resposta da filosofia sistemático-estrutural a este questionamento é simples: duas ou mais proposições primas nunca são idênticas ao mesmo fato primo. Para melhor compreender o que ocorre no exemplo dado acima, é importante ser remetido ao que foi abordado em 3.1.5, que remete aos graus de verdade. No caso, os critérios utilizados para a percepção destes graus são principalmente três: os graus de profundidade (estruturas de superfície e estruturas profundas), a texturalidade (que podem ser finas e grossas) e os graus de coerência. De tal modo, o que pode ocorrer aqui é que “quadros teóricos diferentes articulem uma ‘mesma’ realidade, mas isto não significa que as proposições primas verdadeiras destes diferentes quadros sejam idênticas a um mesmo fato primo”²⁸³. Por isso, “sal” e “cloreto de sódio” mostram apenas graus diferentes de estruturalidade do sal, em que obviamente o “cloreto de sódio” articula um grau superior de inteligibilidade.

5) A próxima problemática é a da congruência, que afirma que proposições e fatos não podem ser idênticos porque não possuem congruência de propriedades e, deste modo, não podem ser substituídos um pelo outro; enquanto se diz que proposições são verdadeiras ou falsas, fatos ocorrem; só se pode negar o que é declarado, enquanto nenhum evento pode ser

²⁸² Ibidem. p. 290.

²⁸³ Ibidem.

declarado. Obviamente a filosofia sistemático-estrutural é contrária a esta tese, visto que semântica e ontologia são vistas como dois lados de uma mesma medalha. O que ocorre nessa visão é que ela utiliza termos de que a própria filosofia sistemático-estrutural tenta se distanciar.

Uma proposição prima verdadeira é manifestação/expressabilidade linguística de fatos primos ocorridos no mundo, e deste modo, não é uma entidade abstrata puramente linguística; proposições aqui são compreendidas como “estados de coisas” do mundo²⁸⁴. Isto já mostra como a concepção de “proposição” e “fato” da crítica da congruência não se adequa a filosofia sistemático-estrutural. No exemplo da sentença “a vitória do partido trabalhista em 2001 é um fato que nenhum cidadão britânico nega”, a “crítica pressupõe que ‘fato’ seja algo que ‘ocorre’ no mundo (um *evento*) como se tal evento fosse ‘dado’ a nós sem a mediação da linguagem, o que não é possível”²⁸⁵. Desde o início do presente trabalho já fora mostrado que a expressabilidade do mundo na linguagem é fundamental para a superação do abismo entre linguagem e mundo, e esta mesma tese é de grande importância aqui: quando um fato ocorre no mundo, este é expresso linguisticamente, sendo esta expressão a proposição prima. Proposição prima ser idêntica ao fato é o mesmo que ser idêntica ao próprio fato apreendido na linguagem. O exemplo dado acima poderia, na filosofia sistemático-estrutural, ser compreendido do modo: “A vitória do partido trabalhista em 2001 é um fato primo (=proposição prima verdadeira) que nenhum cidadão britânico nega”²⁸⁶.

6) O último dos problemas a serem tratados aqui é o problema da verdade ser intrínseca ou extrínseca. As duas teses colocadas aqui seriam: a) de um lado, o intrinsicismo que afirmou que a verdade seria um “conceito simples/indefinível/primitivo/não analisável”²⁸⁷. Para estes teóricos, embasados em uma ontologia substancialista, a verdade seria uma característica genuína (e não relacional) da própria sentença/proposição, da mesma forma que “ser verde” é intrínseca a uma folha. Outra característica aqui é que a verdade seria uma propriedade *contingente* de proposições *particulares*, e por isso não é possível uma explanação geral da verdade. De tal forma, a verdade da proposição particular “que H₂O é incolor” seria explicada a partir dos agentes químicos que compõem a água. Uma explanação mais geral do *por que* uma proposição é verdadeira não é possível. b) Do outro lado, existe a tese das teorias coerentistas, ou da teoria da correspondência que afirma que a verdade seria relacional entre

²⁸⁴ Ibidem. p. 291.

²⁸⁵ Ibidem. p. 292.

²⁸⁶ Ibidem. p. 292.

²⁸⁷ Ibidem.

sentença/proposição e coisas do mundo. Ao contrário do intrinsicismo, neste caso, a verdade seria externa à proposição, sendo trabalhada a partir da relação.

A filosofia sistemático-estrutural concorda em parte com a crítica do intrinsicismo à teoria da correspondência, visto que esta última teoria entende o mundo com a visão substancialista que já foi criticada no presente trabalho, e entende a verdade como uma relação de correspondência entre duas realidades diversas (proposições e fatos). Esta tese é negada no presente trabalho, visto que proposições primas verdadeiras e fatos primos “constituem apenas a dimensão linguística e a dimensão ontológica de uma mesma entidade”²⁸⁸. Por outro lado, o intrinsicismo também possui teses inaceitáveis, visto que a verdade não pode ser compreendida como indefinível/primitiva/não analisável. Quando uma proposição prima é verdadeira, ela possui um *status* semântico completamente determinado e é identificada a um fato primo no mundo, ou ainda, o *definiens* de uma sentença apresenta uma determinação ontológica mais precisa do *definiendum*. Diante disso, é inaceitável a tese de que a verdade não precisa de um procedimento de análise/explicação mais abrangente, que explique como este processo de determinação ocorre. Para tanto, a filosofia aqui trabalhada também rejeita a tese de que não é possível uma explicação geral do conceito de verdade, o que não é contrário à tese de que cada proposição prima possui o seu próprio fato particular.

Portanto, é possível concluir-se aqui que a filosofia sistemático-estrutural não apenas formula uma teoria da verdade que consiga determinar a coerência da identidade entre proposição prima e fato primo, e a intrínseca unidade entre semântica e ontologia, mas também responde a problemas contemporâneos, almejando um grau de coerência e inteligibilidade maior do seu quadro teórico. Como foi analisado neste capítulo, quanto mais uma teoria dialoga e abrange outros quadros teóricos, mais este quadro se torna mais profundo, mais refinado e mais coerente, atingindo um grau de verdade superior. Sem dúvidas, mostrar a sofisticação da filosofia punteliana neste sentido, seria imprescindível para o todo deste trabalho.

²⁸⁸ Ibidem. p. 293.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Puderam ser desenvolvidos no presente trabalho, aspectos que favoreceram o entendimento de um novo enfoque ontológico que visou a superar problemas de formulações anteriores, e apresentar um quadro teórico mais coerente e conciso. De tal modo, tornou-se necessário primeiramente apresentar aspectos de grande importância para a filosofia sistemático-estrutural, tais quais o conceito de quadro referencial-teórico, e o da centralidade da linguagem que inclusive não torna a filosofia aqui proposta um tipo de filosofia da linguagem, mas mostra que a linguagem possui o papel de *mediação fundamental* para qualquer teoria filosófica. Os conceitos de expressabilidade universal e linguagem maximal ainda mostram com mais clareza o papel da centralidade da linguagem, visto que o mundo ser expressável é uma característica imanente dele, e a linguagem maximal é justamente esta mediação na qual o mundo se expressa, e por isso é absolutamente universal. Um notório feito se dá, portanto, na percepção de que linguagem e mundo estão implicados de forma estrita, e por isso, semântica e ontologia são dois lados de uma mesma medalha, uma das teses centrais defendidas ao longo do trabalho.

A quase-definição (*filosofia sistemático-estrutural é a teoria das estruturas universais [mais gerais] do universo ilimitado/irrestrito do discurso*) foi outro aspecto de grande importância de ser compreendido, onde este *quase* da definição não indica que este conceito está inacabado, tratando-se de uma definição programática que, na medida em que se avança no todo do pensamento punteliano mais esta definição vai tornando-se explícita. Sem dúvidas, ao leitor que tinha desconhecimento do pensamento punteliano, reler essa quase-definição no término trabalho mostra um entendimento muito mais profundo do que quando foi lido em seu início. Dois elementos foram essenciais de serem compreendidos aqui: a dimensão estrutural, e o universo ilimitado do discurso.

É justamente diante destes aspectos tratados, que se torna claro que a dicotomia, ou o abismo inserido na filosofia moderna pela filosofia transcendental kantiana entre sujeito e mundo torna-se superado. É perceptível diante de tudo o que foi abordado que o universo ilimitado do discurso (que corresponde ao polo da realidade, ou seja, de tudo aquilo que pode ser teorizado) apenas é compreendido enquanto estruturado pelas estruturas fundamentais, e por outro lado, as estruturas apenas são concretizadas quando são aplicadas aos dados. Tal dicotomia entre sujeito e mundo apresenta-se, portanto, infundada a partir do presente quadro teórico.

Tornou-se perceptível, também, a relevância da ontologia dos fatos primos para o debate ontológico contemporâneo. É fato que a ontologia substancialista possuiu uma notoriedade ao longo de todo o pensamento filosófico, de modo que influencia não apenas o olhar desta disciplina, mas até mesmo o cotidiano dos indivíduos, visto que a própria linguagem é permeada pela semântica composicional e pelo modelo de sentenças de sujeito/predicado. Contrapor-se a uma tese que não apenas é milenar, mas que também se torna “natural” por causa de sua semântica, não é um desafio qualquer. Ora, mas para que serviria o pensamento filosófico se este não questiona até mesmo aquilo que *aparentemente* é inquestionável?

Tentativas foram feitas de buscar resolver os problemas ontológicos da tradição, como a ontologia dos tropos que foi apresentada, mas que falharam justamente por não se pensar em uma semântica que correspondesse a tal proposta. A versão forte do princípio do contexto tratada aqui, que serve justamente de base para a ontologia dos fatos primos, mostra um reconhecível esforço de alargar o debate filosófico em torno da ontologia.

O pensamento aqui proposto confronta uma longa tradição ontológica não apenas para deixar um lugar vazio em seu lugar, mas para preenchê-lo com uma proposta ainda mais inteligível e coerente, firmando-se a partir de um longo estudo feito por Puntel, utilizando-se de estudos em torno da temática ontológica, tanto da tradição, como também dos argumentos da filosofia analítica. É interessante a percepção do autor de reconhecer esforços de diversos filósofos em buscar superar as problemáticas tratadas, assumindo criticamente o pensamento de tais autores buscando aperfeiçoá-los. Se como foi mostrado, um quadro teórico mais profundo e refinado (e por isso com um grau de verdade superior) é justamente aquele que dialoga e abarca conceitos de diversos quadros teóricos, a filosofia sistemático-estrutural visa a apresentar-se como aquele quadro teórico de maior inteligibilidade e coerência, ou em outras palavras, como a “melhor” filosofia pensável hoje²⁸⁹, o que não significa que se trata de um quadro teórico absoluto, já que esta tarefa é absolutamente vã, visto que a própria história está em desenvolvimento e, por isso, novas temáticas e problematizações surgirão dentro da filosofia e das ciências.

Como dimensão final e conclusiva da nova semântica e da nova ontologia apresentada no presente trabalho, também puderam ser aprofundados aspectos da teoria da teoria da verdade da filosofia sistemático-estrutural, que possui um caráter de determinação, contrapondo-se à tese deflacionista, cuja afirmação básica é que a verdade é algo apenas

²⁸⁹ PUNTEL, Lorenz B. **A filosofia como discurso sistemático**: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto. Tradução de Nélío Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2015. p. 43.

redundante. Para a filosofia sistemático-estrutural, inserir o operador de verdade significa que aquela sentença, antes indeterminada, passa por um caráter de determinação que, no final do processo, identifica tal sentença a um plano ontológico. Tal tese possui grande relevância para a atualidade, em que diante de diversos contextos, a verdade passa a ser algo até mesmo manipulável para determinados interesses, como é o caso das *Fake News*, ou até mesmo de discursos retóricos que manipulam informações tendo em vista o próprio ponto de vista. Para um quadro teórico em que a verdade é algo apenas irrelevante e que não possui nenhuma objetividade, todos esses problemas passam a ser justificados, sendo acarretados problemas éticos, políticos e sociais. Em outras palavras, uma questão que diz respeito ao debate ontológico, ganha proporções mais amplas, mostrando o quanto a formulação de uma coerente teoria ontológica é fundamental para os diversos campos do saber da filosofia e da ciência.

Se a verdade possui um caráter, em última instância, ontológico, então uma sentença verdadeira expressa uma proposição verdadeira idêntica a um fato primo do mundo, portanto, existe aqui um caráter ontológico e objetivo. É óbvio que não é uma objetividade “dura” (no sentido de algo inquestionável ou não aberta a um diálogo mais amplo), sendo muitas vezes necessário o debate em vista da compreensão do que é mais coerente, mostrando também a importância dos *graus de verdade* que foram explanados no presente trabalho. Mesmo que a verdade seja relativa a cada quadro teórico, sendo impossível ao ser humano pelo seu próprio caráter de limitação chegar a um quadro teórico absoluto, é fato que uma teoria mais coerente é aquela que abarca e dialoga com diversos quadros teóricos, que não apenas corroboram com o determinado quadro, mas que também os confronta, em vista de tornar tal teoria ainda mais profunda, refinada e coerente.

Portanto, diante de tudo o que foi explanado aqui, torna-se importante afirmar que debater ontologia não é algo dispensável para a filosofia e para as demais ciências. Não foi por acaso que na tradição tal disciplina foi intitulada como *filosofia primeira*²⁹⁰, visto que esta serviria de base para todas as demais disciplinas. Toda teoria que diga a respeito ao mundo e à realidade, possui uma visão de mundo (uma teoria ontológica) que justifica as suas teses, mesmo que estas não estejam explicitadas. De tal forma, fazer uma teoria sem um trabalho ontológico, acaba tornando a filosofia uma disciplina vazia, sem base ou fundamento, que tenta mesmo assim justificar teses a respeito da realidade, mostrando aqui um grave problema metodológico.

²⁹⁰ Vale ressaltar que aqui se trata da visão da tradição. Para o próprio Puntel, a filosofia primeira não é a ontologia, e sim a metafísica, que trata da Teoria do Ser como tal e em seu todo, e que por isso é a *Metafísica do Ser Primordial*.

Vale ainda ressaltar que tudo o que foi exposto aqui, é apenas a apresentação de um quadro teórico que serve de base para uma teoria ontológica, delimitado apenas no capítulo 3 da obra *Estrutura e Ser* (sobre a Sistemática Estrutural). No capítulo seguinte, Puntel apresenta como se tornaria aplicada a sua visão ontológica nas dimensões do mundo (sobre a Sistemática do Mundo). Tudo isso, por sua vez, não é um ponto de chegada, mas apenas um ponto de partida para uma temática ainda mais abrangente: a Sistemática Compreensiva em que é tratada a *Teoria do Ser como tal e em seu todo*. O importante a ser realçado aqui, portanto, é que a realização de uma coerente teoria ontológica é um esforço para um ponto de partida; qualquer teoria que diga algo sobre o mundo precisa primeiramente explicitar uma base ontológica que fundamente a sua visão. Tal explicitação, por sua vez, é apenas o começo para uma teoria filosófica em torno da realidade, que se vai se tornando cada vez mais abrangente. O debate ontológico, portanto, não é irrelevante para a filosofia e sim fundamental; sem ele, a filosofia estaria sem um grande fundamento, e deste modo, seria uma disciplina vazia, formulando teses que não possuem uma base metodológica.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Edição bilingue. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 695 p.

CARNAP, Rudolf. **Empirismo, Semântica e Ontologia**. In: Os Pensadores: Rudolf Carnap, Moritz Schilick e Karl Popper. São Paulo: Abril Cultural. p. 113-128.

HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome**. Lisboa: Edições 70, 1988. 246 p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**; tradução revisada e apresentação de Márcia Sá Cavalcante Schuback; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão – Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006. 598 p.

IMAGUIRE, Guido. **A substância e suas alternativas**: feixes e tropos. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), **Metafísica Contemporânea**. Editora Vozes, 2007. p. 271-289.

JUNIOR, Alexandre de Freitas de Mello. **Realismo interno como realismo pragmatista e o esquema conceitual**: uma proposta crítica à metafísica tradicional. Griot: Revista de Filosofia, vol. 13, núm. 1, 2016. p. 200-217.

KANT, Immanuel. **Prolegómenos a toda a metafísica futura**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988. 192 p.

MILLER, Alexsander. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Paulus, 2010. 352 p.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Antropologia filosófica contemporânea**: subjetividade e inversão teórica. São Paulo: Paulus, 2012. 288 p.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A metafísica do ser primordial**: L.B Puntel e o desafio de repensar a metafísica hoje. São Paulo: Edições Loyola, 2019. 465 p.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. – São Paulo: Paulus, 2014. 268 p.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. Edições Loyola, 1997. p. 426 p.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Metafísica estrutural enquanto Teoria do Ser**. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 82-107.

PENCO, Carlo. **Introdução à filosofia da linguagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. 272 p.

PUNTEL, Lorenz B. **A crítica da metafísica em Carnap e Heidegger: análise, comparação e crítica**. In: Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos

críticos na perspectiva histórico-filosófica. Tradução de Nélio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. p. 229-258.

PUNTEL, Lorenz B. **A filosofia como discurso sistemático**: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto. Tradução de Nélio Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2015. 164 p.

PUNTEL, Lorenz. **A totalidade do Ser, o Absoluto e o tema “Deus”: um capítulo de uma nova metafísica**. In: IMAGUIRE G./ALMEIDA C.L.S. de/OLIVEIRA M.A.de (orgs.), *Metafísica Contemporânea*. Editora Vozes, 2007. p. 191-222.

PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática; tradução: Nélio Schneider – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2008. 682 p.

PUNTEL, Lorenz B. **Idealismo transcendental e idealismo absoluto**. In: Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica. Tradução de Nélio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. p. 176-199.

PUNTEL, Lorenz. **O conceito de categoria ontológica: um novo enfoque**, In: Revista Kriterion n. 104, p. 7-32.

PUNTEL, L. B. “Observações críticas sobre uma resenha de Guido Imaguire da obra: *Estrutura e Ser*. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática”. *Síntese*, v. 40, n. 126, 2013. p. 43-72.

PUNTEL, Lorenz B. **Ser e Deus**: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J. -L. Marion. Tradutor: Nélio Schneider – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011. 384 p.

Puntel, L. B. “*Truth, Sentential Non-Compositionality and Ontology*”, em *Synthese*, n. 126, 2001. p. 221-259.

REALE, G. **Aristóteles**. Coleção: História da Filosofia Grega e Romana Vol. IV. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1994. 195 p.

VIANA, Wellistony C. **A filosofia estrutural-sistemática**: uma análise interpretativo-sistemática. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019. p. 392 p.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logicus-philosophicus**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 152 p.